

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Aline Ogliari

**“Se tem gente com fome, dá de comer”**: a estratégia da agroecologia para a segurança alimentar e nutricional

FLORIANÓPOLIS

2022

Aline Ogliari

**“Se tem gente com fome, dá de comer”**: a estratégia da agroecologia para a segurança alimentar e nutricional

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social, do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção de título Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Mailiz Garibotti Lusa.

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ogliari, Aline  
"Se tem gente com fome, dá de comer" : a estratégia da  
agroecologia para a segurança alimentar e nutricional /  
Aline Ogliari ; orientador, Mailiz Garibotti Lusa, 2022.  
99 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Questão Agrária. 3. Segurança  
Alimentar e Nutricional. 4. Agroecologia. I. Lusa, Mailiz  
Garibotti . II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Graduação em Serviço Social. III. Título.

Aline Ogliari

**“Se tem gente com fome, dá de comer”:** a estratégia da agroecologia para a segurança alimentar e nutricional

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso Serviço Social

Florianópolis, 08 de dezembro de 2022.



Documento assinado digitalmente  
**Heloísa Teles**  
Data: 20/12/2022 08:43:13-0300  
CPF: \*\*\*.314.250-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Profa. Dra. Heloísa Teles**  
Coordenadora do Curso de Serviço Social

**Banca examinadora:**



Documento assinado digitalmente  
**Mailiz Garibotti Lusa**  
Data: 15/12/2022 20:59:53-0300  
CPF: \*\*\*.819.959-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Profa. Dra. Mailiz Garibotti Lusa**  
Orientadora - Depto. Serviço Social UFSC



Documento assinado digitalmente  
**Sirlândia Schappo**  
Data: 15/12/2022 19:24:43-0300  
CPF: \*\*\*.975.799-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Profa. Dra. Sirlândia Schappo,**  
1ª Examinadora - Depto. Serviço Social UFSC



Documento assinado digitalmente  
**Cristiane Luiza Sabino de Souza**  
Data: 19/12/2022 09:54:58-0300  
CPF: \*\*\*.145.886-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

**Profa. Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza**  
2ª Examinadora - Depto. Serviço Social UFSC

**Msc. Marcos José de Abreu,**  
3º Examinador - Assembleia Legislativa Municipal de Florianópolis

Florianópolis, 2022.

Às 33 milhões de pessoas que passam fome no Brasil de 2022.

A quem sonha, semeia, luta, transforma, partilha e ajuda a gestar um mundo novo.

Ao meu sobrinho ou sobrinha também em gestação, no desejo que o mundo novo que vai

nascer lhe seja mais bonito e gentil.

À memória e à história, do que foi e do que será.

## AGRADECIMENTOS

*“Povoada.  
Quem falou que eu ando só?  
Tenho em mim mais de muitos.  
Sou uma, mas não sou só”  
(NUNES, 2021)*

Quando pequena, minha mãe me ensinava a cozinhar. Calcular as medidas necessárias dos ingredientes básicos, as possibilidades de temperos para dar à comida o sabor que eu quisesse; fazer o suficiente para que todos pudessem comer, e ter um pouco a mais para o caso de alguém inesperado chegar para o almoço ou o lanche da tarde. Ainda que inconsciente, ela me passava a herança coletiva da comensalidade: reunir os alimentos e prepará-los, sentar-se à mesa e comer junto; partilhar sempre e partilhar do melhor que a gente podia criar e fazer, para que todas as pessoas pudessem comer e comer bem. A comensalidade carrega em si um ato extremamente simbólico: *cum-panis*, compartilhar e comungar do mesmo pão, formar comunidade; tornar-se companheira e companheiro.

Não andei e não ando só. E, por saber disso, é que no caminhar até chegar à graduação, no seu decorrer e o da escrita do TCC, tive e “tenho em mim mais de muitos” nomes, desejos, lugares, histórias, partilhas, construções. É na coletividade que essa caminhada se fez e se faz, que a vida se tece e os sonhos são gestados. É comungar do mesmo Horizonte.

E por saber-me “povoada”, são muitas as companheiras e os companheiros que quero agradecer aqui. À minha mãe, Ivone, minha mestra na arte da culinária e da comensalidade, primeira e sempre companheira de cozinha. Na mesa, ela esteve em trânsito por um tempo, mas parou no segundo lugar à minha direita. Ao meu pai, Mateus, primeiro companheiro à esquerda da mesa, e quem também sempre me lembrou de que ‘valia a pena’ dedicar tempo e energia para as boas lutas, mesmo que houvesse crises de esperança, porque elas também fazem parte do caminho. Às minhas irmãs, Francieli, primeira companheira à direita, e Ana Laura, segunda companheira à esquerda, cúmplices de toda a vida. Na outra ponta da mesa, ao lado da Ana e da mãe, e à minha frente, meu cunhado e mais recente companheiro, Thiago. E, agora, no findar da pesquisa, à nova vida gestada pela Ana e o Thiago. Em seus nomes e pela acolhida de sempre estendo os agradecimentos a toda minha família estendida.

Afora essa minha primeira comunidade, preciso dizer que a mesa da partilha e da comensalidade é gigante, e a lista de nomes que tenho no coração é imensa. De pronto, quero agradecer à professora Mailiz, pela paciente e bonita pedagogia freiriana no processo de

orientação do TCC, e pela amizade construída nesse ínterim, compartilhada inclusive de um passado militante comum, ainda que separado por uma geração de quadros. Aproveito para já agradecer aos membros do Grupo Terra, Trabalho e Resistência, com quem compartilhei bonitas construções durante esse ano.

Em seguida, agradeço à minha família adotiva em Florianópolis, numa amizade e companheirismo de longos anos, responsável pela minha vinda para a UFSC: Felipe, Maria Eduarda e o pequeno Francisco. Junto à essa mesa, quero agradecer ao Rogério, fundamental nesse caminho louco de desafios, que esteve lado a lado, com a mão e ouvidos estendidos para acolher, escutar, provocar com serenidade companheira, passar segurança nas decisões que deveriam ser feitas, e que há mais de 5 anos topou acompanhar meu projeto de vida.

Por falar em projeto de vida, agradeço à Pastoral da Juventude por ter me forjado militante política e social, por sempre dialogar e lembrar ao coração o amor ao mundo e à humanidade e que move os sonhos. Desse lugar, poderia citar vários nomes de gentes desse Brasil, que estão em minha vida num lugar de irmandade e companheirismo, mas arrisco citar alguns, sabendo que também representam os demais: Liége, Joseanair, Mariana, Rafael, Vinícius, Débora, Lidiane, Carlinhos, Tiago, Milady, Amélia, Luís, Vanessa, Gabriele, Carol.

Às amigadas presenteadas à vida, feitas no Marista Escola Social São José. Com muito carinho, trago os nomes de Franciele, Júlio, Daniel Correa, Lizandra, Priscila da Luz, Bibiana, Daniel Wallace, Suzana, Gustavo, Liniker, Priscila Souza, Leonardo, Emerson. Ao Danuzio e Ir. Valdir, um agradecimento pela parceria, especialmente em minhas demandas acadêmicas.

Iniciei o curso de Serviço Social na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a UNILA, em Foz do Iguaçu. Dessa breve estada, agradeço às amigadas acolhedoras de Felipe, Larissa, Marcela, Daniela, Max, Clovis, Osmarina, Édina, Hiago e Betina. No cotidiano de fazer-me estudante da UFSC, agradeço às amigadas companheiras da Camila, Ana Carla, Morgana e Júlia, e às minhas queridas supervisoras de estágio, Myriane e prof. Fabiana.

Por fim, para que se encerre como um fio que une passado e lança ao futuro, agradeço aos povos e à ancestralidade pelo conhecimento legado ao mundo numa vasta rede saberes populares como patrimônio da humanidade. E agradeço a todas as formas possíveis de espiritualidades e forças que passam à transcendência daquilo que é mais bonito, poético e mobilizador de sonhos e caminhos coletivos.

“Com Zeca Chapéu Grande me embrenhava pela mata nos caminhos de ida e de volta, e aprendia sobre as ervas e raízes. Aprendia sobre as nuvens, quando haveria ou não chuva, sobre as mudanças secretas que o céu e a terra viviam. Aprendia que tudo estava em movimento – bem diferente das coisas sem vida que professora mostrava em suas aulas. Meu pai olhava para mim e dizia: ‘O vento não sopra, ele é a própria viração’, e tudo aquilo fazia sentido. ‘Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida’, ele tentava me ensinar. [...] Meu pai não tinha letra, nem matemática, mas conhecia as fases da lua. Sabia que na lua cheia se planta quase tudo; que mandioca, banana e frutas gostam de plantio na lua nova; que na lua minguante não se planta nada, só se faz capina e coivara. [...] Meu pai, quando encontrava um problema na roça, se deitava sobre a terra com o ouvido voltado para seu interior, para decidir o que usar, o que fazer, onde avançar, onde recuar. Como um médico à procura do coração” (VIEIRA JR., 2019, p. 100).

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema de pesquisa a segurança alimentar e nutricional, e como objeto, a agroecologia e o seu papel na efetivação desse direito. A formação sócio-histórica brasileira é marcada por uma questão agrária irresoluta, com efeitos deletérios que atravessam o tempo e se manifestam no presente, onde a permanência da fome é uma dessas manifestações. A histórica concentração fundiária e o desenvolvimento agrário-urbano-industrial são indissociáveis da permanência do modelo agrário capitalista, representado hoje pelo agronegócio. Esse conjunto mantém como característica um perfil agroexportador de *commodities*, e que reforça o capitalismo dependente e o papel que o país ocupa na divisão internacional do trabalho. Paralelo à imposição desse modelo agrícola do grande capital, sabe-se da resistência camponesa e de povos tradicionais na defesa de territórios, na manutenção de um conjunto de valores e de outros modos de vida. A pesquisa apresentada tem como objetivo geral compreender como agroecologia contribui para a efetivação do direito à alimentação adequada (DHAA) no contexto atual de agravamento da pobreza e da fome. Para atingir tal objetivo, o presente trabalho se distribui em três capítulos que visam, respectivamente, refletir sobre a formação agrária brasileira, a fim de identificar suas implicações na ocorrência da segurança ou insegurança alimentar e nutricional; abordar as concepções de segurança alimentar que estão em disputa, para apontar limites e possibilidades da política de segurança alimentar e nutricional, e; identificar as contribuições das lutas e movimentos sociais do campo que constroem experiências de agroecologia para a efetivação do direito humano a alimentação adequada. Além insegurança alimentar grave, moderada e/ou leve, preocupa ainda a qualidade dos alimentos disponíveis à população, observando-se uma crescente no consumo de alimentos ultraprocessados. Em contraposição ao modelo agrícola hegemônico, a agroecologia emerge com força na década de 1970, e amadurece a compreensão de seu projeto agrário e político, e propõe saídas efetivas para a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Essas saídas transparecem nas cartas políticas finais dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia, e foram analisadas de forma qualitativa na metodologia de análise documental, de fonte primária, e com recorte temático. Conclui-se que o movimento agroecológico, ao pôr a soberania e segurança alimentar e nutricional como estratégia, também mobiliza todas as suas dimensões políticas para que ela seja viabilizada. Isso inclui a luta pela Reforma Agrária e demarcação de territórios tradicionais, a justiça socioambiental, o resgate de saberes tradicionais e reconstrução de identidades, e a superação do agronegócio e do modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Questão Agrária; Segurança Alimentar e Nutricional; Agroecologia.

## RESÚMEN

Este Trabajo de Conclusión de Curso tiene como tema de investigación la seguridad alimentaria y nutricional, y como objeto la agroecología y su papel en la realización de este derecho. La formación sociohistórica brasileña está marcada por una cuestión agraria no resuelta, con efectos nocivos que atraviesan el tiempo y se manifiestan en el presente, donde la permanencia del hambre es una de esas manifestaciones. La histórica concentración de la tierra y el desarrollo agrario-urbano-industrial son inseparables de la permanencia del modelo agrario capitalista, representado hoy por el agronegocio. Este grupo mantiene un perfil agroexportador de *commodities*, lo que refuerza el capitalismo dependiente y el papel que ocupa el país en la división internacional del trabajo. Paralelamente a la imposición de este modelo agrícola por parte del gran capital, se sabe de la resistencia campesina y de los pueblos tradicionales en la defensa de sus territorios, en la manutención de una serie de valores y de otros modos de vida. La investigación presentada tiene el objetivo general de comprender cómo la agroecología contribuye a la realización del derecho a la alimentación adecuada (DHAA) en el contexto actual de agravamiento de la pobreza y del hambre. Para lograr este objetivo, el presente trabajo se divide en tres capítulos que tienen como objetivo, respectivamente, reflexionar sobre la formación agraria brasileña, con el fin de identificar sus implicaciones en la ocurrencia de la seguridad o inseguridad alimentaria y nutricional; abordar los conceptos de seguridad alimentaria que están en disputa, señalar los límites y posibilidades de la política de seguridad alimentaria y nutricional, y; identificar los aportes de las luchas campesinas y los movimientos sociales que construyen experiencias de agroecología para la realización del derecho humano a la alimentación adecuada. Además de la inseguridad alimentaria severa, moderada y/o leve, también existe preocupación por la calidad de los alimentos disponibles para la población, con un consumo creciente de alimentos ultraprocesados. En oposición al modelo agrícola hegemónico, la agroecología surge con fuerza en la década de 1970, y madura la comprensión de su proyecto agrario y político, y propone soluciones efectivas para la realización del Derecho Humano a la Alimentación Adecuada. Estas salidas aparecen en las cartas políticas finales de los cuatro Encuentros Nacionales de Agroecología, y fueron analizadas de forma cualitativa utilizando la metodología de análisis documental, de fuente primaria, y con un enfoque temático. Se concluye que el movimiento agroecológico, al poner como estrategia la soberanía y seguridad alimentaria y nutricional, moviliza también todas sus dimensiones políticas para viabilizarla. Esto incluye la lucha por la Reforma Agraria y la demarcación de los territorios tradicionales, la justicia socioambiental, el rescate de los saberes tradicionales y la reconstrucción de las identidades, y la superación del agronegocio y el modo de producción capitalista.

**Palabras clave:** Cuestión Agraria; Seguridad alimentaria y nutricional; Agroecología.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>A FORMAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA</b> .....	19
2.1	DAS SESMARIAS À ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA.....	19
2.2	COM A REPÚBLICA, A INDISSOCIABILIDADE AGRÁRIO-URBANA- INDUSTRIAL E PERMANÊNCIA DO LATIFÚNDIO AGROEXPORTADOR .....	28
2.3	O CAMPESINATO E AS HISTÓRICAS LUTAS SOCIAIS PELA TERRA .....	37
<b>3</b>	<b>“TEM GENTE COM FOME”:</b> A IDEIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM UM PAÍS “CELEIRO DO MUNDO” .....	44
3.1	AS CONCEPÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: POR QUE IMPORTA FALAR SOBRE ELAS? .....	46
3.2	“SE TEM GENTE COM FOME”, CADÊ A COMIDA PRODUZIDA AQUI? .....	52
3.3	DOS PRODUTOS <i>IN NATURA</i> AOS ULTRAPROCESSADOS: O QUE CHEGA NA MESA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA?.....	56
<b>4</b>	<b>“DÁ DE COMER!”:</b> A AGROECOLOGIA E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA .....	61
4.1	JUNTAR E AVANÇAR: A AGROECOLOGIA EM MOVIMENTO.....	63
4.2	OS ENCONTROS NACIONAIS DE AGROECOLOGIA E AS ABORDAGENS PARA EFETIVAR O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.....	67
4.3	SOBERANIA ALIMENTAR, AGROECOLOGIA E A RECONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO: COMER E COMER BEM É DIREITO DOS POVOS!.....	73
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	77
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	81
	<b>APÊNDICE A – Quadro-analítico utilizado para a sistematização e análise das cartas políticas dos Encontros Nacionais de Agroecologia</b> .....	87

## 1 INTRODUÇÃO

*“Crecimos, pero pa' que otro se aproveche  
 Somos un pueblo con dientes de leche  
 Los hijos del trabajo sin merienda  
 La limonada para el capataz de la hacienda”*  
 (RESIDENTE, 2017)

O processo de formação da estrutura agrária brasileira, o desenvolvimento econômico, social e cultural do país, bem como de outros países da América Latina, foi muito distinto daqueles vividos especialmente na Europa. Tomar os processos de desenvolvimento do ‘velho mundo’ como um parâmetro de comparação aos do ‘novo mundo’ se dá pelo fato de termos sido – e sermos – eternas colônias de exploração e expropriação de recursos naturais e força de trabalho pelos países do norte global. Na verdade, é um parâmetro assimétrico, e até de ‘não-comparação’, mas que se faz necessário tomar como um dos pressupostos básicos para essa abordagem, e que certamente perpassarão por toda a pesquisa.

Quijano (2005, p. 127) fala que “a primeira identidade geocultural moderna e mundial foi a América. A Europa foi a segunda e foi constituída como consequência [*sic*] da América, não o inverso” e, nessa relação, sempre existiu um movimento dialético de construção histórica. Significa dizer que a Europa só se tornou a Europa que conhecemos porque a América (que muitas vezes desconhecemos) passou a ‘existir’ na História universal.

Nesse sentido, Dussel (2005) propõe uma segunda visão do conceito de Modernidade para além do espaço-tempo intra-europeu que inicia no século XVIII, que é hegemônica e o berço nato da modernidade como evolução da razão e da humanidade. O filósofo fala que essa segunda visão deve ter um sentido mundial que se inaugura em 1492. Antes dessa data, os sistemas culturais coexistiam entre si, e com a ‘descoberta’ da América pela Espanha, o ‘lugar’ de ‘uma só’ História Mundial passa a ser todo o planeta.

A Espanha seria a primeira nação tida como “moderna”, e abriria a primeira etapa “Moderna” a partir do mercantilismo mundial. A segunda etapa viria, então, com o Iluminismo e a Revolução Industrial, nos séculos XVII e XVIII, e com a Inglaterra substituindo a Espanha no controle mundial, até 1945. Dessa forma, a “*Europa Moderna*, desde 1492, ‘centro’ da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua ‘periferia’” (DUSSEL, 2005, p. 27. *Grifo do autor*). Ou seja, o autor reforça a ideia de que o ‘descobrimento’ da América pela Espanha (e a posterior invasão colonial feita também por outros países europeus) marca o surgimento da *Modernidade* como período histórico.

Outrossim, se não fosse a imposição da colonização, violenta e assassina, o saque de ouro e prata e outros recursos naturais, além dos séculos de escravização indígena e africana, especialmente na América Latina, a riqueza e o poder dos países europeus e a acumulação primitiva do capital não teriam sido possíveis. Não teria havido condições materiais objetivas para o desenrolar das revoluções burguesas que ‘inauguraram’ um novo modo de produção e relação social.

Com o advento do capitalismo, estabeleceu-se uma economia mundial de mercado, assentada também em novas identidades culturais hierarquizadas. Essas, por sua vez, contaram com a inferiorização e o apagamento de inúmeras e distintas culturas e identidades dos povos indígenas americanos e dos povos africanos, reduzidos a “índios” e a “negros”. Quijano (2005, p. 127) reflete que a construção de uma nova identidade cultural para os povos do novo mundo se tornou racial, colonial e negativa, com uma perspectiva evolucionista e dualista que passou a balizar as relações sociais entre moderno-atrasado, civilizado-primitivo, europeu-não europeu, centro-periferia.

A imposição de uma nova identidade cultural e identidades inferiores, de novos costumes e saberes, de novas relações sociais e de gênero, de nova organização política e econômica, de exploração e uso da terra, uma inédita divisão social, racial, internacional (*e sexual*) do trabalho, só foi possível graças ao que Quijano (2005) chama de colonialidade do ser, do saber e do poder. Essas três perspectivas coloniais são chaves fundamentais para interpretar a “História Mundial” e latino-americana.

O autor peruano apresenta outro exemplo da “tragédia de equívocos na América Latina”, que é a “história da chamada questão nacional” ou o “problema do moderno Estado-nação na América Latina” (QUIJANO, 2005, p. 130). É quando, após séculos na condição formal de colônias, os países latinos emergem para novas Nações ditas independentes. Um Estado-nação deve ser entendido como estrutura e produto do poder, na correlação de forças para estabelecer controle e hegemonia. Nessa perspectiva, para a constituição de uma sociedade nacional e politicamente organizada como Estado-nação, é crucial um processo de democratização da sociedade e da construção de condições mínimas para o exercício de cidadania.

Na constituição dos novos Estados-nações latinos, Quijano (2005) faz um recorte especial de análise aos países onde a população não-branca (negra, indígena e mestiça) era a grande maioria (caso do Brasil), onde outro fator observado foi o fato de não ter existido (e não existir) um ‘interesse nacional’ legítimo por parte das elites locais. Os seus interesses se associavam muito mais aos interesses da burguesia europeia, com quem se identificavam e seguiam. Eram deles, pois, dependentes.

Um interesse nacional verdadeiro requer, no mínimo, igualar interesses comuns de grupos sociais diferentes. Isso significaria, para a pequena burguesia local, renunciar a seus privilégios e igualar-se, em alguma medida, aos grupos sociais que consideravam inferiores e que até então, exploravam e escravizavam. Seus interesses eram extremamente opostos e, novamente, reflexos da colonialidade do poder – a mesma que, seguindo o raciocínio de Quijano (2005), os impedia de desenvolver interesses sociais na mesma direção que a burguesia europeia, e transformar o capital comercial em capital industrial, libertando indígenas, negros, servos para que se tornassem mão de obra assalariada absorvida pela industrialização.

Quijano (2005) desenvolve a ideia de que a subordinação nacional aos interesses europeus foi consequência da dependência histórico-estrutural. A subordinação se tornou explícita quando, por conta da grande crise mundial do capital nos anos 30 do século XX, as burguesias nacionais com maior poder de capital precisaram começar a produzir localmente os bens de consumo que importavam. Foi o caminho latino-americano da industrialização dependente, e que não demandou uma reorganização estrutural na organização global das economias locais, nem assalariou a mão de obra escrava, tampouco desenvolveu tecnologias próprias.

O processo de independência dos Estados latinos apenas rearticulou a colonialidade do poder em novas bases institucionais, já que não descolonizou a sociedade (nem os imaginários sociais e culturais constituídos) e se pôs em direção para desenvolver Estados-nação modernos. Assim,

[...] a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial [...]. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno (QUIJANO, 2005, p. 136).

A permanência de uma questão agrária não resolvida no Brasil, é um dos reflexos dessa rearticulação da colonialidade do poder ao longo dos anos, da atualização da matriz colonial em que se estruturam as relações de poder e articulam uma sociedade altamente estratificada, bem como atentam contra preceitos básicos de democracia e de cidadania. Mas não só: a irresolução da questão agrária atualiza também a colonialidade do ser e do saber, pois dita sobre quais existências importam mais ou menos, e quais são descartáveis, bem como sobre quais sistemas de saberes devem ser aniquilados para que a reprodução da ordem hegemônica avance sem que encontre contestações.

Por Questão Agrária, partimos da compreensão sintetizada por Stédile (2011) na introdução à coleção “A Questão Agrária no Brasil”. A perspectiva adotada para se referir ao conceito – e que cabe perfeitamente como um pressuposto para a presente pesquisa – se refere à interpretação que reúne um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, abarcando a questão da posse, da propriedade, do uso e da utilização das terras. Para a literatura política, de forma específica, o termo se relaciona ainda ao estudo dos impactos que a concentração da propriedade da terra tem no desenvolvimento das forças produtivas das sociedades e a sua influência sobre o poder político estabelecido.

Uma das formas a iniciar a resolução da questão agrária é democratizar a terra historicamente concentrada nas mãos de poucas famílias, por meio de um amplo programa de reforma agrária. Mas para além de ‘apenas’ distribuir a terra, a reivindicação de movimentos sociais do campo é de que ele também contemple políticas de permanência, de habitação e saneamento básico, de resgate cultural, que estabeleça outro modelo agrário e de relação com a terra e os territórios, de possibilidades para desenvolver e conciliar as práticas agrícolas com a conservação da biodiversidade, a partir de agroecossistemas sustentáveis e de sistemas agroalimentares territorialmente localizados.

O Capítulo III da Constituição Federal de 1988, que compreende os artigos 184 a 191, dá a base legal para a realização da reforma agrária, ao versar, dentre outras coisas, sobre a função social da terra. Uma propriedade rural cumpre sua função social quando atende, de forma simultânea (e não ‘um dos’) os seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988, Art. 186)

Os estabelecimentos rurais do grande latifúndio – que se sustenta na exploração intensa de recursos naturais, a começar pela terra, que faz uso abusivo de agrotóxicos com altos índices de contaminação de trabalhadores, população circunvizinha e da biodiversidade, que super explora mão de obra e conta com uma série de denúncias de trabalho análogo à escravidão, que abandona as terras após as tornar improdutivas, entre outras tantas situações que poderiam ser listadas – estão longe de cumprir sua função social.

Ao longo da história, episódios de situações de pobreza e de fome são recorrentes, geralmente relacionadas à escassez de cultivos. Porém, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, elas atingiram patamares muito mais elevados, com maiores agravos nas

suas constantes e cíclicas crises, cada vez mais prolongadas e intensas, e onde os rebatimentos imputados à humanidade também são cada vez mais perversos. Com a pandemia da Covid-19 e nos efeitos acumulados de uma dessas crises prolongadas, as expressões da questão social foram escancaradas e aprofundadas. De forma muito particular e intensa nos países do sul global, elas estão relacionadas principalmente à miséria e à fome, à precariedade de moradias, ao saneamento básico, à frequência de despejos, ao racismo ambiental, à violência racial, de gênero étnica e contra camponeses, bem como à intensificação da exploração do trabalho, sua desregulamentação e precarização de suas condições.

Além da crise sanitária e socioeconômica que se sobressaíram nesse momento, podemos incluir as complexas crises ética, cultural e ambiental, faces perversas de uma grande crise que é estrutural. Tanto quanto em outros momentos históricos, esses são sinais explícitos do esgotamento do atual modo de produção, que também radicaliza a barbárie em sua reinvenção, provando seu caráter autodestrutivo. Mas talvez, muito mais que antes, por conta da emergência climática, se faz urgente pautar, organizar e propor saídas sistêmicas, pragmáticas e programáticas, emancipatórias; de construção de um paradigma civilizacional que tenha ao horizonte a urgência da justiça socioambiental, debate que está colocado e se tornou inadiável e inevitável de ser feito.

Pensar a agroecologia nessa chave sistêmica é trazer para o debate diversas dimensões que a envolve desde as teorias científicas aliadas aos saberes populares, as experiências camponesas e dos povos tradicionais, as formas preservação da biodiversidade, ou mesmo as experiências de comercialização de seus produtos, de forma direta, com preço justo e acessível. Nesse sentido, é também abordar como ela compreende e trata a questão alimentar, dilema posto para além de um 'direito', mas naquilo que de uma forma mais profunda significa se humanizar a partir de uma experiência culinária prazerosa, que gera sentimentos de pertencimento, de comunidade e de afeto.

Minha trajetória pessoal e militante sempre passou pelas experiências de coletividade, em compartilhar refeições, mas também saberes. Menciono isso para dizer que esse trabalho de conclusão de curso também é produto coletivo, pois tive acesso a uma construção coletiva e histórica de conhecimento que sempre chegou até mim em toda minha trajetória de vida. É um trabalho compromissado com as lutas sociais e que, após passar pela avaliação acadêmica e científica, também desejo, e desejamos, que esteja ao alcance da classe trabalhadora, como mais uma ferramenta para sua autonomia. Ao conjugar os verbos em primeira pessoa do plural, a pretensão é lembrar dessa proposta coletiva.

Para o objetivo geral, o desejo foi compreender de que forma que a agroecologia contribui para a efetivação do direito humano a alimentação adequada (DHAA) no contexto atual de agravamento da pobreza e da fome. O objetivo foi atingido ao problematizarmos a amplitude e ‘esperteza’ da *práxis* agroecológica, em todas as dimensões a que se propõe a teorizar e desenvolver na prática, alcançar pela linguagem na disputa de imaginários, mas também em demandar ao Estado ações efetivas relacionadas à destinação de recursos e à execução efetiva de políticas públicas fortes e amplas. Além da introdução e conclusão, o presente Trabalho de Conclusão de Curso foi organizado em três capítulos sequenciais, cada um para abordar uma dimensão específica da complexidade envolvida em se efetivar minimamente o DHAA.

No primeiro, buscamos refletir sobre a formação agrária brasileira, a fim de construir bases para identificação de suas implicações na ocorrência, ou não, da segurança ou insegurança alimentar e nutricional na sociedade brasileira. O capítulo está dividido em três partes: a estruturação agrária a partir da invasão colonial até a abolição da escravatura; a sua manutenção e atualização a partir da proclamação República, e; o campesinato e as lutas pela terra. No segundo capítulo, abordamos as concepções de segurança alimentar que estão em disputa, com o intuito de apontar limites e possibilidades da política de segurança alimentar e nutricional. Da mesma forma, subdividimos o capítulo em três momentos, onde o primeiro traz uma rápida abordagem histórica sobre as justificativas produzidas para explicar o dilema da fome, teses que se manifestam ainda hoje na abordagem segurança alimentar e nutricional e, por isso, do por que é importante discuti-las. Ao contrastar dados de produtividade agrícola e da ocorrência insegurança alimentar e nutricional em um país ‘celeiro do mundo’, no segundo momento questionamos as opções políticas e a lógica da produção de alimentos, ou *commodities*; e no terceiro momento, questionamos sobre o que, então, consome a classe trabalhadora brasileira.

Ao terceiro capítulo coube identificar as contribuições das lutas e movimentos sociais do campo que constroem experiências de agroecologia para a efetivação do direito humano à alimentação adequada, o DHAA. Para isso, foi resgatado pontos históricos do movimento agroecológico, em especial o brasileiro, para aí tratar do que ele propõe para efetivar o DHAA, e a forma como amplia a sua compreensão ao adotar a ideia de ‘soberania alimentar’. No todo do trabalho, partimos de pesquisa bibliográfica e, nessa parte da pesquisa, a metodologia utilizada foi a análise documental, de fonte primária e teor qualitativo. Essa análise se deu junto das cartas políticas finais dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) que aconteceram no Brasil em 2002, 2006, 2014 e 2018, promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), uma rede nacional que congrega diversas redes locais, pesquisadores/as,

movimentos e organizações do campo que desenvolvem práticas agroecológicas. Dessa forma, a partir de uma análise de conteúdo, com recorte temático, nos propusemos a identificar o discurso empregado pelo movimento agroecológico, aqui representado pela ANA, sobre as demandas emergentes postas pela fome.

Diante de uma questão tão estrutural quanto é a questão agrária irresoluta sob modo de produção capitalista, a chave estratégica proposta pela agroecologia para tratar de soberania e segurança alimentar e nutricional soa até inocente sem que se parta de mais um pressuposto básico de abordagem: o de que o agronegócio deve acabar. E, por isso, ressoamos o que o *rapper* Residente (2017) alerta ao final da canção: “*Aunque el toro tenga cuerno, nuestro gallo tiene espuelas*”.

## 2 A FORMAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Brasil, o teu nome é Dandara  
 E a tua cara é de cariri  
 Não veio do céu, nem das mãos de Isabel  
 A liberdade é um dragão no mar de Aracati  
 (DOMÊNICO *et al*, 2019)<sup>1</sup>

Com seus mais de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e população média estimada em mais de 215 milhões de pessoas em 2022, o gigante continental batizado de Brasil por conta da estrondosa árvore pau-brasil, detém um nome indígena do tupi-guarani, que significa ‘vermelho como a brasa’. As coordenadas geográficas no mapa *mundi* o localizam, majoritariamente, abaixo da Linha do Equador, e à esquerda do Meridiano de Greenwich. Que coincidência: é um país latino-americano, do sul global. Para além de sua localização, características e limitações geográficas, compartilha de uma formação sociocultural, econômica e histórica comum com seus países vizinhos e *hermanos*. Muito mais do que pensa, do que sabe e do que admite.

O “país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”, como canta Jorge Ben Jor, é o mesmo cantado pela escola de samba Mangueira, em 2019, e que prefere “contar a história que a História não conta, o avesso do mesmo lugar”. Por esse samba-enredo, a escola de samba traz versos apagados pelos livros, e denuncia: “desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento, tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado”. O desejo é “um país que não tá no retrato”, e de dizer que “chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”.

Este primeiro capítulo objetiva refletir a formação agrária brasileira, para que, mais adiante, se possa identificar as formas como ela implica na ocorrência, ou não, da segurança alimentar e nutricional no território nacional atualmente. Para tanto, é importante fazer um resgate crítico de outros elementos da história brasileira, os peculiares e os compartilhados com a latino-americana, os que estão no avesso de um mesmo lugar, além de buscar apresentar e interconectar outras chaves de leitura e de interpretação conjuntural.

### 2.1 DAS SESMARIAS À ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Antes de iniciarmos esse capítulo, é necessário registrar breves pontuações. A primeira é o reconhecimento da existência de um debate muito amplo e sério na literatura das Ciências Sociais e Humanas sobre se o desenvolvimento do modo de produção diretamente conectado

---

<sup>1</sup> Samba enredo da Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, no carnaval de 2019.

ao modelo agrário brasileiro durante a colonização portuguesa, a partir do século XVI. Enquanto modo de produção, pode ser nomeado como uma reprodução de estruturas feudais, semelhante ao que acontecia na Europa à época (ainda que já apontasse para uma corrosão do feudalismo europeu); ser considerado pré-capitalista, ao identificar que o modo de produção estava em sua fase de acumulação primitiva; ou ainda, pode ser compreendido como capitalista propriamente dito, nos moldes da economia europeia.

Tanto para uma tese quanto para outra, o debate é complexo e se sustenta com diversas abordagens e critérios de identificação e categorização<sup>2</sup>. Por não ter sido objetivo da pesquisa, esse debate não será apresentado aqui com detalhamento, mas reconhecemos a sua importância, pois coloca em discussão a estrutura e a base econômica do modelo societário que se constitui na particularidade brasileira, por isso traremos alguns apontamentos a partir dos autores que privilegiam estas teses. Dito isso, organizaremos considerações mais gerais para propor uma linha de raciocínio que sustente a real discussão pretendida, mais adiante. Para tanto, nos apoiaremos na vasta produção teórica sobre a estruturação agrária brasileira em si e as conexões que se estabelecem com a formação sócio-histórica do país.

Nas três primeiras décadas após o ‘descobrimento’, em 1500, Pindorama<sup>3</sup> não foi uma terra atrativa aos interesses econômicos e comerciais da Coroa Portuguesa e nem de comerciantes portugueses, portanto, não havia nem interesse público nem privado sobre esse território. O descaso com as terras recém-conquistadas, abriu espaço para que França e Holanda as ocupassem e as explorassem, principalmente na extração de pau-brasil. Essa ocupação fez com que Portugal sentisse seu poder ameaçado em relação à sua colônia, e o forçou a adotar uma política de colonização e povoamento. Mattos, Innocentini e Benelli (2012) explicam que as Capitânicas Hereditárias<sup>4</sup> surgem como uma consequência desse esforço político do governo português em organizar sua ocupação e colonização sobre as novas terras.

Por meio de uma Carta de Concessão, conhecida como Carta Foral ou carta de doação, o rei (doador) definia os extensos limites territoriais de cada capitania, e estabelecia direitos e obrigações aos beneficiados (chamados de capitães-donatários). Vale comentar que esses eram pessoas da nobreza portuguesa e que possuíam boas relações com a Coroa por já terem prestado relevantes serviços a ela; e que a concessão era de natureza pessoal e intransferível, mas não dava aos donatários o direito de propriedade sobre as imensas porções de terras recebidas.

---

<sup>2</sup> Sobre essa discussão, recomenda-se a leitura de Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender e Caio Prado Júnior.

<sup>3</sup> *Pindó-rama*. Nome Tupi-Guarani dado às terras que viriam a ser Brasil, e significa “Terra das Palmeiras”.

<sup>4</sup> O sistema das Capitânicas Hereditárias durou mais de duzentos anos, de 1534 a 1754. Foram 15 capitânicas, algumas com grande desenvolvimento econômico (as mais conhecidas são a de Pernambuco e a de São Vicente), e outras cujos donatários nunca as ocuparam.

Dentre as obrigações atribuídas aos donatários, estavam a de povoar as terras e de fazer as capitanias prosperar economicamente, porém os recursos para a ocupação também deveriam advir de investimentos pessoais (MATTOS, INNOCENTINNI e BENELLI, 2012). Em relação aos direitos concedidos, estava a autonomia política e econômica para administrar as terras, da forma que melhor lhes parecesse. Isso inclui também a determinação sobre quem poderia estabelecer morada e, por consequência, gozar dos benefícios tributários concedidos aos colonizadores.

O sistema de sesmarias já existia em Portugal desde o século XIV. Para Alberto Passos Guimarães, a legislação das sesmarias significava, para Portugal, “uma tentativa para salvar a agricultura decadente, para evitar o abandono dos campos que se acentuava à medida que se decompunha a economia feudal” (GUIMARÃES, 2011, p. 59). O autor também supõe que a situação da agricultura, da miséria e do despovoamento do campo deveria ser bastante grave, pois era constante a condição de cultivo das terras dada aos agricultores, sob ameaça (e real efetivação) de perda das mesmas caso não produzissem.

Nas novas terras coloniais, uma das permissões dadas aos donatários era a de conceder títulos de sesmarias a pessoas interessadas em investir na exploração daquela parcela de terra. Supostamente, mais do que interesse, a pessoa deveria deter poder econômico para tal, mas isso não foi um impeditivo para que fidalgos ou mesmo pessoas sem posses, porém com algum prestígio, também fossem ‘agraciadas’ com uma sesmaria. Porém, para que o investimento fosse um real atrativo aos fidalgos, e que o emergente comércio do açúcar fosse viável, a Metrópole precisou fazer algumas permissões antes inexistentes.

Uma delas foi a instalação de fábricas no território colonial para beneficiamento da cana que, por sua natureza, não poderia ser transportada para a metrópole sob o risco de ressecar e perder-se. Tão logo as fábricas provaram-se submissas à agricultura, à terra e ao domínio da nobreza, e também o comércio se provou rentável, Portugal dissipou seus possíveis receios, compreendendo que essa submissão freava a tendência emancipatória da indústria (GUIMARÃES, 2011). Se na Europa o sistema sesmarial era um mecanismo voltado principalmente, à ocupação e ao uso de terras, nas terras coloniais ele encontrou, por meio do comércio de açúcar, também a sua finalidade econômica.

A nova política econômica colonial passa a ter por base, então, a sesmaria e o engenho, as duas instituições pilares da sociedade colonial, e que se transformaram em uma unidade econômica, uma unidade produtora. Essa fase de exploração é mais bem organizada e situa a utilização extensiva da terra com o imediato aproveitamento da cana-de-açúcar, sua matéria prima. Assim,

A substituição da riqueza extrativa desorganizada [...] pela produção organizada, tendo a lavoura açucareira e seu aproveitamento industrial, caracterizou as origens do sistema agrário cujas marcas profundas até hoje permanecem nítidas em nossa história (GUIMARÃES, 2011, p. 61)

Jacob Gorender é enfático em dizer o quanto, no processo inicial da colonização brasileira, Portugal tratou com desleixo as terras sobre as quais afirmou sua soberania imperial; e que precisou que as incursões da França e da Holanda se tornassem uma ameaça real para que a Coroa Portuguesa tomasse alguma medida. Ainda que o povoamento e a fundação dos engenhos servissem para demarcar a posse do território, o fato é que a prioridade, via as Capitanias Hereditárias, se dava pelo interesse e insistência na procura de metais preciosos, tanto que essa procura também era colocava como uma das obrigações dadas aos donatários e, mais tarde, aos governadores gerais.

O ouro foi descoberto apenas um século e meio mais tarde, ao passo que os engenhos se multiplicavam no Brasil, principalmente em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, e as cotações de açúcar subiam em escala vertiginosa no mercado internacional. Para se ter uma noção, “em 1600, a exportação do açúcar brasileiro totalizava 2,3 milhões de libras esterlinas, cifra que subiu para 3,8 milhões em 1650” (GORENDER, 2016, p. 175). Graças a essa economia, o Brasil passou a ser uma fonte de imensa riqueza, muito mais lucrativa e promissora que a da Índia. Nesse meio tempo, se constituía e se implantava firmemente uma nova sociedade na colônia.

Essa formação social, historicamente nova, teve por base um fator decisivo e que, ao se relacionar à colonização do Brasil, se constituiu como o modo de produção dominante: o escravismo colonial. Gorender (2016) explica que a gênese do escravismo colonial precisa ser compreendida pela relação dialética entre forças produtivas e relações de produção. A força produtiva adotada pela plantagem<sup>5</sup> se adequava ao trabalho escravo, ao passo que a imensidão de terras férteis e inapropriadas no novo continente colonizado, viabilizou a plantagem canavieira.

A escravidão, o latifúndio e a monocultura foram três elementos entrelaçados no sistema de plantagem. O autor alerta para que eles não sejam compreendidos como uma fatalidade da colonização nessa região, pois isso denotaria às condições geográficas e climáticas a questão de ser inviável a produção agrícola em pequenas propriedades, bem como a dificuldade dos

---

<sup>5</sup> Jacob Gorender utiliza o termo “plantagem” como uma tradução livre mais apropriada ao significado da *plantation*. Utilizaremos, portanto, esse mesmo termo para nos referir ao modelo de produção agrícola adotado no Brasil. Vale lembrar que *plantation*, segundo definição de Linhares e Silva (2021), se refere à grande propriedade fundiária que se caracteriza pelo uso de tecnologias sofisticadas (à época), pela produção extensiva voltada quase que exclusivamente para exportação, e pelo uso intenso de mão de obra (no caso, de trabalho escravo).

brancos europeus em se adaptarem ao trabalho braçal. De fato, a questão da geografia apresenta possibilidades e impossibilidades para determinados cultivos, mas a opção pela adoção desse sistema, da forma como se configurou e se ancorou, foi a partir dos interesses políticos e econômicos das classes sociais dominantes, representadas pelos homens a ela pertencentes e que estavam envolvidos nas tramas sociais dessa época. Vieram ao Brasil diferentes tipos de portugueses colonizadores, que detinham várias aptidões e ofícios de trabalho, e todos eles encontraram um lugar de privilégio na sociedade que se assentava sobre o trabalho escravo.

O fato é que, após séculos sob o sistema sesmarial, o que se observou foi uma deturpação da proposta original. Muitas sesmarias eram improdutivas ou até mesmo abandonadas, mas nem por isso o sesmeiro latifundiário perdeu sua posse. Ao passo em que aumentava o poder político da aristocracia agrária brasileira – e que a Metrópole não ousava contrapor os seus interesses e privilégios – do outro lado acentuavam-se camadas populacionais cada vez mais empobrecidas e privadas de trabalho e acesso legal a médios e pequenos lotes de terra.

Uma parte componente dessas camadas populacionais empobrecidas, como veremos mais à frente, era formada por milhares de posseiros que ocupavam pequenas porções de terra à margem dos latifúndios, e que não detinham nenhum documento legal que lhes desse esse ‘direito’. Todas as vezes em que essas ocupações de terra entravam em choque com as sesmarias, os posseiros saíam derrotados, até porque o emprego da violência física contra eles era recorrente. Porém, foi a pressão dessas inúmeras e crescentes ocupações que aceleraram o fim do sistema de sesmarias, junto com o fato de que ele mesmo já estava em total desordem, como conta Gorender (2016).

Com o fim definitivo da instituição sesmeira em 1822, alguns meses antes da independência do Brasil, e, por não ter algo normativo que a substituísse de imediato, a posse se tornou a única via de acesso de apropriação legítima às terras públicas, utilizada tanto pelos pequenos quanto pelos grandes proprietários. Em 1850 entrou em vigência a Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, onde a posse foi proibida e se determinou que a única forma de acessar títulos das terras públicas seria mediante a compra ou regularização das antigas concessões coloniais. Foram formulados dispositivos legais na Lei de Terras para consolidar a distribuição da propriedade fundiária para a elite agrário-escravocrata, com garantias de que o desenho agrário latifundiário, superconcentrado nas mãos de poucos e ainda escravista, não se transformasse e apenas recebesse a roupagem moderna da ‘propriedade’ e do ‘livre mercado’. Assim, “à tramitação burocrática, que por si só favorecia os poderosos, acrescentou a Lei de Terras de 1850 dispositivos que vedaram aos pobres o acesso à propriedade fundiária e asseguraram a preservação da estrutura latifundiária vigente” (GORENDER, 2016, p. 421).

Convém neste momento comentar que a independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822, foi muito mais uma data simbólica do que um fato político expressivo, uma vez que se tratou de um processo negociado e com sentido meramente oficial – na prática, pouco alterou as condições sociais, políticas e econômicas do que antes era colônia e que passou a ser nação<sup>6</sup>. Por ora, dentro dessa abordagem histórica sobre a estruturação agrária brasileira, e que é muito bem trabalhada e problematizada por Souza (2019), temos mais dois marcos fundamentais e interligados para problematizar: a própria Lei de Terras, de 1850; e a Abolição da Escravatura, em 1888.

Esses dois marcos sinalizam elementos para o que Clóvis Moura (1994) chama de escravismo pleno, situado entre o nascimento e apogeu do modo de produção escravista (colonial), entre meados 1550 até 1850, e o escravismo tardio, na sua conseqüente decadência e decomposição, até 1888. Para o autor, a Lei de Terras foi uma das cinco medidas adotadas pelas elites locais no processo da suposta modernização observada no Brasil e da preparação ao trabalho livre. As elites escravocratas sabiam que a abolição da escravatura era uma questão de tempo, já que o fim do trabalho escravo se tornava de interesse do capitalismo industrial. Portanto, a abolição legal – que foi apenas formal – nada tinha a ver com alguma tomada de consciência ou um constrangimento ético e/ou moral, outrossim foi formulada para manter protegidos interesses e privilégios da elite colonial, agora organizados a partir de um aparato legal. As demais medidas de modernização que marcaram o escravismo tardio foram a Tarifa Alves Branco (1844), a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a política imigrantista europeia, como política de branqueamento da população.

Ao Estado cabia a função de distribuir as terras conforme o interesse público, já que o pressuposto é que todas as terras da Colônia e, mais tarde, do Império, fossem terras públicas. Como já dito, com a Lei de Terras, surge um tipo de relação com a terra que antes inexistia: a propriedade. Este é o marco inicial do processo oficial de comercialização de um bem público específico, que se tornará privado. É neste momento que o Estado passa a ser vendedor das áreas não ocupadas e não habitadas. De uma forma muito resumida, é nesse contexto histórico

---

<sup>6</sup> Para mencionar nessa mesma perspectiva, cabe listar rapidamente outros marcos históricos que tiveram maior ou menor impacto conjuntural, muito embora não alterassem a configuração estrutural e jogo de poderes: a) fugindo da guerra napoleônica, em janeiro de 1807, a Família Real chegou ao Brasil, onde, por um tempo, sua corte e a sede da metrópole estiveram radicadas. Além da reorganização e ‘sofisticação’ de vilarejos para atender às demandas luxuosas da realeza, o episódio fez com que, de imediato, outra ‘regra’ do pacto colonial tivesse uma exceção, que foi (b) a abertura dos portos às nações amigas. Isso significou a entrada direta de produtos industrializados europeus, principalmente ingleses, na colônia, e a comercialização direta dos produtos coloniais com esse mercado internacional. Por último, (c) a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, um ano após a Abolição da Escravatura, resultado de um levante político cívico-militar que pôs fim à monarquia e ao Império.

que também ganha maior popularidade o termo ‘terra devoluta’, como descrito no Artigo 3º da Lei em questão: terras inabitadas e sem cultivo; sem domínio particular obtidas por sesmarias ou outras concessões do Governo; as que não estavam ocupadas por posses.

As terras públicas que até então estavam cedidas ao uso de particulares, foram revalidadas e legitimadas (Artigos 4º e 5º). Nesse processo da compra e/ou da regularização fundiária, o que era posse se transformava em propriedade e o domínio fundiário geralmente permanecia com os mesmos particulares, pois eles também tinham prioridade na negociação, conforme disposto no Art. 15. A Lei de Terras previu ainda a criação de um órgão com a finalidade de emitir títulos de propriedade, bem como de demarcar sua extensão, qual seja a Repartição Geral das Terras Públicas, prevista no Art. 21.

Por óbvio, esse foi um período de regularização muito lento e gradual, e muitos latifúndios que não foram regularizados permaneceram nas mãos de fazendeiros. É curioso que os artigos 7º e 8º tratavam exatamente sobre estabelecer um prazo para tal, ao mesmo tempo que já permitiam a sua prorrogação e, em caso de persistência da situação, os “possuidores” teriam – em tese – que devolver ‘apenas’ a área que não estivesse em uso produtivo. Vê-se com isso uma condescendência e flexibilidade para com a elite agrária, o que faz com que o latifúndio escravista colonial se mantivesse como marca na estrutura fundiária brasileira.

Moura (1994) fala que a Lei de Terras tornava a terra-mercadoria impossível de ser adquirida pelos negros descapitalizados recém libertos da senzala e explicitava o receio das elites coloniais em relação à integração social de ex-escravos, que poderia ser feita mediante a doação de terras pelo Estado à título de reparação. De certa forma, a Lei de Terras assegurava a impossibilidade de algum decreto abolicionista radical que permitisse que escravizados/as viessem a solicitar terras ao Estado, como forma de indenização.

Se analisarmos mais detidamente não apenas esta passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mas o seu significado sociológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra – populações livres – poderemos concluir que, à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham direito “por serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criou as premissas da sua marginalização social (MOURA, 1994, p. 71).

Os legisladores da época desejavam estimular o desenvolvimento e modernização do sistema de plantagem, que era a base da economia brasileira, e forçar os proprietários rurais a usar a terra de forma mais racional, a partir das ideias de lucro e produtividade. Para isso, também seria necessário outro tipo de trabalho, o imigrante, que substituiria o escravo (COSTA

*apud* MOURA, 1994). Assim, além da perspectiva de branqueamento da população brasileira, a política imigrantista europeia se insere nessa estratégia de substituição de tipo de uso e exploração de mão de obra.

Pode-se afirmar que a nova lei tinha um conteúdo político muito mais profundo. Ela deu um tom liberal à forma de adquirir terras no Brasil, ao possibilitar a formação de propriedades particulares; mas, no fundo, visava dificultar que negros recém libertos recebessem terras do Estado, bem como estimular o imigrante a tornar-se proprietário assim que chegasse no país. Muito embora o estímulo estivesse expresso abertamente no Art. 18 da Lei nº 601/1850, os imigrantes, na condição de trabalhadores livres em estabelecimentos agrícolas ou urbanos, ou arrendatários de pequenas parcelas de terras, detinham dificuldade de comprar algum lote, pois também não possuíam recursos para tal e dificilmente conseguiam acumular o suficiente para a compra. Ou seja: se reforça a ideia de que, apesar da estratégia modernizadora, o que se desejava no fundo, era “conservar-se a grande propriedade, mas com o trabalhador livre importado, descartando-se, assim, definitivamente, a integração do trabalhador nacional, especialmente do ex-escravo negro, após a Abolição” (MOURA, 1994, p. 72).

O autor prossegue dizendo que, nesse estágio do escravismo tardio, afora as aristocracias e elites agrárias, eram três os estratos sociais distintos que se encontravam na estruturação e reestruturação da população, a saber: os escravos, sem qualquer direito e com ínfima possibilidade de mobilidade social; uma população camponesa sem-terra, composta por negros livres e mestiços; e pequenos proprietários imigrantes que possuíam terra. Com a culminância a abolição da escravatura, em 1888, aumentou consideravelmente a população de camponeses sem terra.

Criar mecanismos para cercar a terra e inviabilizar sua democratização à iminência do fim do regime de trabalho escravo, foi uma perversa estratégia encontrada por uma elite branca e arcaica que não cogitava a possibilidade de permitir uma mínima ascensão e reparação social e econômica da imensa população negra prestes a receber uma alforria no papel. A opção política pela imigração europeia como forma de angariar mão de obra para o trabalho livre e assalariado, concomitante ao desejo de embranquecer a população brasileira, desnuda os preconceitos raciais contra aqueles corpos rotulados pela cor da pele, populações exploradas e apartadas de sua humanidade, julgadas como raça inferior e à deriva de quaisquer iniciativas políticas que pudessem responder às demandas mais básicas e emergenciais no pós-Abolição (que dirá as que propusessem saídas estruturais).

Em relação à forma como se deram essas respostas coloniais na preparação à abolição, principalmente no final do século XIX, se as condições da época tivessem sido ditas ‘normais’,

a tendência seria o aproveitamento da mão de obra escrava para o trabalho livre e assalariado, o que não aconteceu. “Nas condições brasileiras do tempo, não poderia ocorrer. A estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresentava impreparada [*sic*] para o estabelecimento do trabalho assalariado” (SODRÉ, 2011, p. 124). Pelo contrário, além da Lei de Terras e da (falsa) abolição da escravatura, legislações como a Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários possibilitaram uma transição bem lenta do modo de produção escravista colonial e asseguraram um ambiente político e econômico na passagem para o trabalho livre, que virá a marcar concretamente o início do capitalismo dependente.

Enquanto a estrutura fundiária das propriedades territoriais permanecia nas mesmas condições, a massa escrava composta por mais de 700 mil pessoas em 1888, tendia a dois destinos: adentrar nas áreas de servidão ou semisservidão, geralmente as mesmas propriedades em que trabalhavam de forma escravizada; e ir para as áreas urbanas compor uma massa humana marginalizada pelas condições de vida dadas pela privação do trabalho assalariado formal. Portanto, a abolição não foi uma saída econômica, pois não criou condições para que toda essa mão de obra disponível fosse absorvida pelo mercado de trabalho. Ela foi sim, muito mais, uma resposta política colonialista a uma demanda posta pelo estágio de desenvolvimento do capitalismo europeu, e que aqui não representou prejuízo à classe proprietária, no conjunto da análise, e nem comprovou as previsões catastróficas que haviam sido projetadas, como bem sinaliza Sodré (2011).

Com a ajuda da produção teórica de Florestan Fernandes, Souza (2017) sintetiza o quadro geral da estratificação social brasileira após a escravatura: no topo, as antigas famílias da aristocracia rural que preservavam e reproduziam o poder (ele batiza como a “elite do atraso”); abaixo, o estrangeiro imigrante recém incluído no mercado de trabalho competitivo (mais adiante, irá compor a classe média brasileira); seguido de uma plebe nacional, composta majoritariamente por camponeses brancos que migraram massivamente para as cidades no processo de urbanização; e, por último e bem abaixo, o grupo populacional de negros recém-libertos e mestiços (que o autor chama de “ralé brasileira”, a classe que as demais, principalmente as duas primeiras, vão desejar se afastar e se diferenciar, mas que também vão procurar explorar ao máximo do trabalho forte e barato). Essa configuração de classe marca o processo de modernização seletiva e desigual do Brasil.

## 2.2 COM A REPÚBLICA, A INDISSOCIABILIDADE AGRÁRIO-URBANA-INDUSTRIAL E PERMANÊNCIA DO LATIFÚNDIO AGROEXPORTADOR

Largada à própria sorte, a imensa população negra que não se submeteu às lavouras, e/ou não foi precariamente absorvida por elas, teve como destino a formação de favelas nas grandes cidades. Grande parte desse contingente não foi absorvida pelo complexo industrial em expansão, enquanto outra parte foi residualmente inserida, porém em postos e salários tão baixos que não detinham condições a não ser também viver nas favelas. Após mais de três séculos de escravidão, com a “animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade [...], libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna” (SOUZA, 2017, p. 75).

O desenvolvimento do capitalismo dependente do Brasil, dado no pós-abolição, tem como traço expressivo a modernização agrícola, a consolidação do latifúndio monocultor e do poder da elite agrário-urbana-industrial, e o aprofundamento da exploração, marginalização e empobrecimento da classe trabalhadora, especialmente de trabalhadoras/es pretas/os e pardas/os. Neste sentido, o processo de urbanização e industrialização brasileira articula-se de forma dialética à modernização agrícola, não podendo dela ser dissociada numa perspectiva analítica de totalidade. Portanto, antes de voltar à abordagem da questão agrária em si e naquilo que a torna peculiar no Brasil, a discussão precisa passar sobre alguns aspectos do processo de urbanização e industrialização brasileira, bem como do desenvolvimento do capitalismo dependente.

Ao analisar a formação do capitalismo *sui generis* na América Latina, Ruy Mauro Marini (2005) identifica seis elementos cruciais que o caracterizam em uma perspectiva de totalidade, correspondente aos níveis nacional e internacional, e nas etapas de economia exportadora e de formação do capitalismo industrial latino-americano. De forma breve, são eles:

- a) a integração ao mercado mundial: se refere ao lugar da América Latina na divisão internacional do trabalho, suas funções ao participar desse mercado (na oferta de produtos agrícolas/bens primários e matéria prima para barateamento do salário do proletariado europeu, enquanto importa produtos manufaturados), e que se refere a uma contribuição decisiva no deslocamento qualitativo do eixo de acumulação do capital industrial – da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa;

- b) o segredo da troca desigual: a troca desigual foi o que também possibilitou o deslocamento qualitativo da acumulação do capital industrial europeu, e se dá na transação comercial entre nações desiguais (as industrializadas e as produtoras de matéria prima), onde as primeiras supervalorizam os valores de seus produtos industrializados e os trocam por produtos primários abaixo do valor. Como forma de compensar essa troca desigual, se aprofunda o caráter contraditório do capitalismo dependente latino-americano, com base na superexploração do trabalhador;
- c) a superexploração do trabalho: mesmo sendo uma forma de compensar a troca desigual descrita acima, a superexploração do trabalho independe dela, e vai exatamente na perspectiva de intensificar a exploração do trabalho e não de desenvolver a capacidade produtiva. Nega-se ao trabalhador e à trabalhadora o direito de repor o desgaste de sua força de trabalho, o que se expressa pela remuneração abaixo do valor mínimo. Nesse elemento, o autor ainda destaca que, muito embora o trabalho escravo se adaptasse mais ao capital do que a servidão, ele também constituía uma barreira para o rebaixamento do salário do trabalhador livre europeu, logo, dificultava o aumento das taxas de mais-valia e de lucro<sup>7</sup>;
- d) O ciclo do capital na economia dependente: do ponto de vista do país dependente, o ciclo do capital aqui se separa em dois de seus pontos fundamentais: a produção e a circulação de mercadorias. Se sobressai uma contradição da economia latino-americana que contrapõe o capital ao trabalhador, como produtor e consumidor da mercadoria que produz. Isso se dá pelo fato de que, na formação do capitalismo dependente, a organização da produção se volta para o mercado europeu, onde a circulação da mercadoria se efetiva, enquanto há a necessidade de se criar uma forma básica de circulação interna, com elementos simples e combináveis, mas não iguais;
- e) O processo de industrialização: para viabilizar a acumulação do capital, a produção e exportação de bens primários por parte dos países latinos foi central, e a indústria continuou sendo uma atividade subordinada a esses interesses – e não alterou qualitativamente o desenvolvimento econômico da região. Conhecer mais desse

---

<sup>7</sup> Pela Lei do Valor, de Marx, o capital variável (representado pela força de trabalho humana) é que cria valor na mercadoria, possível de ser apropriado pelo capitalista na forma de mais-valia; enquanto o capital constante, representado pelo maquinário e matérias primas, apenas ‘transfere’ valor. Na questão do trabalho escravo, o negro escravizado era concebido como capital constante, facilmente repostado na linha produtiva e, por isso, deixou de ser atrativo aos interesses do capital.

elemento nos interessa nesse recorte da pesquisa, em particular, e será mais bem abordado logo na sequência;

- f) O novo anel da espiral: um dos recursos adotados para dificultar a transição qualitativa da base de acumulação do capitalismo dependente (vale dizer: seria deslocar a superexploração do trabalhador para o aumento de sua capacidade produtiva) foi um mecanismo com efeito a longo prazo. Se caracteriza por ser um recurso à tecnologia estrangeira e à importação de capital estrangeiro na forma de financiamento para o desenvolvimento da indústria, no pós-segunda guerra – o fluxo do capital para os países periféricos se dá preferencialmente para desenvolver as suas indústrias. Serão importados da Europa os maquinários obsoletos e com tecnologia ultrapassada, enquanto outras mais sofisticadas são desenvolvidas para a indústria dos países centrais. A divisão internacional do trabalho se atualiza e se redefine, mantendo, para a América Latina, a mesma base de economia dependente e exportadora, subordinada aos interesses do capitalismo em seus ciclos de acumulação.

O desenvolvimento industrial nos países latino-americanos, especialmente Brasil, Argentina e México, nunca chegou a ser ‘pleno’ em termos de economia industrial, e que viesse a possibilitar alguma mudança qualitativa no próprio desenvolvimento econômico desses países. O que se observou foi, de fato, uma indústria subordinada à lógica exportadora de bens primários. Apenas com a crise do capitalismo internacional no período entreguerras, quando se limita a acumulação baseada em uma produção para o mercado externo, é que se reorganiza a direção de acumulação latina, dirigindo-a para a indústria e, a partir disso, dá origem à economia industrial moderna (MARINI, 2005).

A industrialização latino-americana se dá sobre bases distintas. A compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos [...] fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de exportação [...]. A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estruturará em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados (MARINI, 2005, p. 170).

O desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial é retroalimentado e sofre influências do capitalismo agrário que se instaurava de forma hegemônica nesse momento histórico. Florestan Fernandes (1972) faz uma análise sobre essas influências e as suas relações na formação da sociedade de classes, afirmando uma premissa de que o capitalismo, como

modo e sistema de produção, parte da cidade para o campo, e leva algumas de suas características elementares, como uma economia de mercado moderna, a transformação do trabalho em mercadoria e a universalização do trabalho livre. Para compreender a formação do capitalismo agrário brasileiro (e sua relação dialética com o capitalismo urbano-industrial), o autor organiza a ideia em três aspectos: a natureza do capitalismo agrário; o seu papel na formação da sociedade de classes; e as causas e os efeitos da resistência sociopática<sup>8</sup> das elites referente à mudança social.

O primeiro aspecto, sobre a natureza do capitalismo agrário brasileiro, leva em consideração a formação do capitalismo industrial no contexto de dependência e colonialismo, com uma intensa reprodução interna das condições experimentadas na vinculação comercial externa<sup>9</sup>. Para Fernandes (1972), essa dinâmica heteronômica se intensifica conforme se acentua a metropolização de grandes cidades, especialmente na industrialização de São Paulo e Rio de Janeiro, e significa dizer que a revolução urbana freia a revolução agrícola, e reduz o capitalismo agrário a um subcapitalismo, apregoado, por isso mesmo, como razão do atraso.

Todos os agentes econômicos privilegiados, urbanos ou rurais, entendem a empresa agrária apenas em termos mercantis, e possuem interesses econômicos convergentes. Aqui, é curioso notar e sublinhar que o empresário rural, aparentemente em desvantagem dentro dessas mudanças de orientação econômica, não utiliza de seus poderes econômicos e políticos para superar a dependência dentro da dependência. A começar pela identificação e consciência de pertencimento à classe dominante, que compartilha da ideia de que o colonialismo interno é benéfico e natural; e depois que, ao acelerar o crescimento da economia agrária, tal colonialismo se agrava e se intensifica, e fortalece o capitalismo dependente. Ao fortalecer o capitalismo dependente nessa lógica e se limitando à simples mercantilização de seus produtos, o capitalismo agrário neutraliza a revolução burguesa e a possibilidade de uma revolução nacional nos países periféricos, até no sentido de possibilitar um desenvolvimento econômico, sociocultural e político (FERNANDES, 1972).

O segundo aspecto apresentado pelo autor é sobre o papel que o capitalismo agrário cumpre na formação da sociedade de classes. Com a expansão das cidades e a centralidade que os grandes centros urbanos passam a ocupar na mediação com o mercado internacional, há um

---

<sup>8</sup> De um ponto de vista sociológico, a referência à sociopatia utilizada por Florestan Fernandes vai bem na direção de apontar uma característica de repulsa, de aversão e de desprezo que as elites econômicas detinham – e detêm – em relação às camadas populares. Mais adiante, é uma das características que vai aparecer no livro “A elite do atraso”, de Jessé Souza (2018).

<sup>9</sup> Ou seja: na formação do capitalismo agrário no Brasil, o colonialismo interno aprofundou todos os elementos que particularizam a formação do capitalismo dependente na América Latina, descritos por Marini (2005) e apresentados anteriormente.

predomínio da economia urbana sobre o campo, ao mesmo tempo que há um predomínio dos interesses econômicos, sociais e políticos da aristocracia agrária, que são coisas distintas. Outro ponto é que a cidade se transformou em contexto da economia agrária, e impôs a ao campo os seus interesses econômicos, seus ritmos histórico-sociais e estilo de vida; ao mesmo tempo que não contribuiu para que se modificassem as formas de produção agrária. A emergência de uma economia nacional capitalista dependente no setor urbano-comercial ampliava e intensificava a retenção interna de parcelas do excedente econômico produzido no campo, e cumpria um papel de substituir o antigo sistema colonial na mediação com os interesses da hegemônica economia externa dos países centrais. Sob um outro ângulo, pode-se dizer que é exatamente pela localização estratégica da economia agrária no desenvolvimento do setor urbano-comercial (e posterior urbano-industrial), que essa também detinha certo poder sobre aquele.

Há três influências socioeconômicas estruturais da economia agrária. Para Florestan (1972), a primeira é direta, e diz sobre a necessidade de o Brasil se apoiar nessa economia como recurso para a acumulação originária de capital, pois é o excedente econômico ali gerado que é a base material que sustenta a reprodução das cidades. Da mesma forma, também a produção do trabalhador assalariado para o capital urbano necessita que na economia agrária seja reproduzido o trabalhador semilivre, e gere uma massa de despossuídos para compor o operariado urbano. Já a segunda influência é indireta e está colocada numa perspectiva de horizonte cultural, onde o capitalismo necessita de redirecionamento de mentalidades e de comportamentos econômicos. O entesouramento possível às elites agrárias faz com que surja o ‘homem de negócios’, e difunde o mesmo ideário aos trabalhadores assalariados ou semi-assalariados, que desejam lograr da mesma sorte através de suas singelas poupanças. O contexto econômico, institucional e agora psicossocial permite uma conexão desse entesouramento das elites e da singela poupança dos assalariados, tornados elementos para a acumulação capitalista, com o processo estrutural que vai levar gradualmente a uma revolução burguesa nos moldes brasileiros.

A estratificação social do espaço rural se coloca na terceira influência socioeconômica estrutural da economia agrária. Nela, as categorias de indivíduos ou grupos de indivíduos que se inseriam no processo de formação de classes sociais na economia agrária são: os agentes econômicos privilegiados, que realizavam e usufruíam da expropriação capitalista; os agentes econômicos livres ou semilivres, que comercializavam o excedente de uma produção doméstica e empregavam em poupança; e os agentes econômicos assalariados ou semi-assalariados que conseguiam vender sua força de trabalho, ainda que a condição de pobreza fosse permanente.

Porém, o autor alerta para a existência de uma grande massa da população, ligada à economia agrária, que se manteve (e se mantém) total ou parcialmente excluída de qualquer possibilidade de classificação e participação na mercantilização de sua força de trabalho<sup>10</sup>.

[...] A dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica no meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro das fronteiras do capitalismo, mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais. [...] Constituem o vasto contingente dos *condenados do sistema*, os segmentos da população brasileira que suportam os maiores sacrifícios [...], mas que são ignorados na partilha dos benefícios da “civilização” e do “progresso” (FERNANDES, 1972, p. 145. *Grifo do autor*).

Por fim, o terceiro e último aspecto analisado por Fernandes (1972), sobre causas e os efeitos da resistência sociopática das elites referente à mudança social, aborda o mais grave dilema social brasileiro ao manter e aprofundar essa estratificação social – dilema esse que não é homogêneo e nem se dá em uma mesma intensidade em todas as regiões do país. Embora não usufruam dos possíveis benefícios da ordem social competitiva, como o resguardo de seus interesses ou o aumento das condições favoráveis para participarem do mercado interno e da sociedade nacional, as populações rurais despossuídas e pobres são impactadas de forma negativa e perversa com o desenvolvimento capitalista. E ao serem permanentemente excluídas e marginalizadas socialmente, nenhum horizonte de justiça ou de revolução social se desenha para elas como possibilidade de se dar dentro da ordem. Já os setores privilegiados e/ou os participantes, em algum grau, de parte das riquezas no meio rural criam estratégias para proteger seus interesses socioeconômicos, culturais e políticos, e para impedir que essas populações marginalizadas e excluídas venham a melhorar suas condições de participação social ou de mudanças sociais dentro da ordem.

São os movimentos colocados por esses três aspectos da formação do capitalismo agrário brasileiro que constituem o dilema rural brasileiro. Mesmo se pensada apenas no sentido capitalista e dentro da ordem vigente, a tal revolução no espaço agrário brasileiro é barrada pelos interesses das elites agrárias em manter o *status quo* e de outros interesses mais específicos sobre manutenção de privilégios. Sob essas condições, “torna-se impossível qualquer modalidade de revolução agrícola ou de ‘reforma agrária’”, pois são exatamente “os

---

<sup>10</sup> A perspectiva da estratificação social produzida nesse momento histórico é acentuada na década de 1950 sob um processo de ‘modernização conservadora’ da economia brasileira (mesmo com limites, se moderniza tecnicamente, porém não rompe com as estruturas arcaicas do conservadorismo agrário). O acesso à terra se torna ainda mais difícil e, como uma das consequências, se formam excedentes populacionais que não são absorvidos em lugar nenhum, como trabalha José de Souza Martins (2010). Esses excedentes se deslocam para as grandes cidades e formam as bordas periféricas empobrecidas no processo de industrialização e urbanização do país.

estratos ‘mais modernos’, ‘ativos’ e ‘influentes’ da economia agrária” (FERNANDES, 1972, p. 148) que lideram o combate a qualquer mudança que possa alterar a situação ou ameaçar os poderes políticos e econômicos de decisão e dominação. Sobressai aqui o caráter sociopático das elites rurais em relação às camadas sociais mais prejudicadas e abandonadas do processo de modernização da economia agrária, que não vem a operar qualquer mudança estrutural que seja.

Linhares e Silva (2021) apresentam um pressuposto bem importante e que cabe perfeitamente nessa discussão, pois se refere a duas dimensões intrínsecas, que são terra e trabalho.

Devemos ter em mente que a estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes numa sociedade. Se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas (LINHARES e SILVA, 2021, p. 88)

Ao tempo que a estrutura social brasileira se modificava sob o desenvolvimento do capitalismo urbano e industrial, a propriedade fundiária também sofria transformações conforme o período histórico porque também não era estática, apesar de manter-se concentrada. Significa dizer, por exemplo, que apesar de existirem historicamente aparatos legais para buscar manter a grande propriedade nas mãos de uma mesma família por gerações (como os morgadios, onde, por herança, a terra indivisível passava automaticamente para a primogenitura masculina), essa mesma grande propriedade também trocava de donos, pois já tinha sido tornada mercadoria rentável no mercado capitalista dependente. Outro exemplo é em relação aos cultivos no uso do solo, operacionalizados conforme a dinâmica de mercado e que produziram os ciclos econômicos a partir da demanda do mercado internacional, sempre na lógica de monocultivos: cana de açúcar, café, algodão e, mais recentemente do ponto de vista histórico, a soja e o milho.

A partir do poder e prestígio social e econômico que desfrutavam onde se estabeleciam, muitas dessas famílias proprietárias e representantes do monopólio da terra, fizeram devida correspondência com o monopólio da representação política, dominando as instituições políticas e representativas, locais e regionais. O coronelismo nas terras, com seu poder de mando e desmando, passaria a reproduzir-se na política e marcaria as bases ideológicas da cultura política brasileira, bem como de outros países latinos, além de impedir qualquer medida posta em contrário aos seus interesses, e de assegurar meios que pudessem ampliar suas posses.

A “estrutura fundiária, fruto da ânsia por prestígio e mando, constituiria a base de um sistema político atrasado, personalista e antidemocrático (malgrado estar recoberto por um verniz benevolente e benfeitor, o paternalismo)” (LINHARES e SILVA, 2021, p. 91). Essa essência do regime oligárquico se dá, portanto, na constituição de uma estrutura política-institucional de poder e prestígio baseada na concentração da terra, e que se estabelece por uma gradação de acordos e alianças, desde o coronel local até o chefe do poder executivo do Estado.

Para os autores, a correspondência do monopólio da política pelas famílias que monopolizavam a terra, por essência conservadoras da ‘ordem’ e desconfiadas ou mesmo avessas a qualquer movimento de inovação e mudança, explica o atraso não como destino comum e inevitável na economia e política latino-americanas. Ele é uma opção política, um produto da estrutura econômica, social e política determinada historicamente, e que se caracteriza pela manutenção do latifúndio, do conservadorismo social e econômico, e do coronelismo.

A estrutura fundiária nos anos de 1960, descrita por Linhares e Silva (2021), diz muito sobre essa reprodução histórica. À época, 31% do território nacional correspondia à área agrícola, ocupada por 3,350 milhões de propriedades agrícolas<sup>11</sup>. Dessas, a distribuição conferia, em média:

- a) Pequenas propriedades: até 10 hectares (ha), os minifúndios, somavam 700 mil estabelecimentos<sup>12</sup>, com intensivo uso de mão de obra (majoritariamente familiar); de 10 a 50 ha, eram 36,5% das propriedades;-de 50 a 100 ha, recorriam ao uso de mão de obra assalariada, e eram responsáveis por parte considerável da produção de alimentos para abastecimento alimentar do país (junto das propriedades de 10 a 50 ha, correspondiam a 44,6% dos estabelecimentos, e ocupavam 44,7% da área cultivada);

---

<sup>11</sup> Para estabelecer correspondência de pesquisa e análise, também fora realizada uma breve checagem aos números apresentados pelo Censo Agrícola de 1960. Há algumas diferenças numéricas que, em termos gerais e para a finalidade da reflexão aqui, não apresentam alterações significativas. Por questão de referência bibliográfica, manteremos os números apresentados pelos autores.

<sup>12</sup> Apenas nesse ponto, há uma imprecisão de numérica considerável que merece ser explicitada. Pelo Censo Agrícola de 1960, as propriedades de até 10 hectares somavam 1.495.020 unidades, e correspondiam a aproximadamente 44,8% dos estabelecimentos rurais – ou seja, mais que o dobro apresentado pelos autores. A título de curiosidade, outra informação relevante que o citado censo de 1960 aponta, é o fato de que, quanto menor o tamanho da propriedade, maior o número das que não possuíam registro/declaração da terra, o que pode denotar uma quantidade considerável de famílias posseiras ou arrendatárias. Por exemplo: desses 44,8% de estabelecimentos citados (de até 10 ha), 28,28% não possuíam declaração da terra; dos estabelecimentos de 10 a 100 ha, passaram 19,1% (de 10 a 20 ha, eram 20,71%; e de 20 a 50 ha, 18,66%); de 100 a 1.000 ha, eram 11,59%; e de 1.000 a 10.000 ha, 8,9%. Já os que detinham mais de 10.000 ha, somavam 6,26% propriedades sem declaração.

- b) Médias propriedades: são as de 100 a 1.000 ha. Representavam 9,5% das propriedades, e 32,5% da área cadastrada. As características importantes aqui são de inversão de capitais, alto grau de comercialização de sua produção, e o assalariamento da força de trabalho;
- c) Latifúndio: mais de 1.000 ha, com 0,9% das propriedades, mas com 47,3% do total das terras cultivadas (dessas, as que eram realmente cultivadas, representavam apenas 2,3%), detendo apenas 11,5% da produção, e ocupando 7% da mão de obra rural ativa. Boa parte era improdutiva, com pastos naturais, ou estava arrendada.

Para confirmar que essa estrutura fundiária teve pouca alteração, ou mesmo que se agravou o perfil superconcentrado, vem ao encontro ilustrar com os dados apresentados pelo último Censo Agropecuário de 2017, publicado em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em comparação com as grandes fazendas do latifúndio, em menor número de estabelecimentos, as milhões de pequenas propriedades ocupam menor área das terras agricultáveis do país. Segundo esses dados, 41,1% da área que corresponde ao território nacional é usada pela agricultura, um aumento em comparação ao último Censo Agropecuário, de 2006, que correspondia a 36,75%. Já em relação ao número de estabelecimentos rurais, se observa o contrário: eram 5.175.636 em 2006, e passaram para 5.073.324 em 2017. Desse montante de estabelecimentos rurais em 2017, observa-se a seguinte distribuição:

**Tabela 1:** Distribuição de área agrícola por tamanho de estabelecimentos

Tamanho (hectares)	Estabelecimentos (%)	Área agrícola utilizada (%)
Menos que 10 ha	50,13%	2,27%
10 a 100 ha	39,04%	18,16%
100 a 1.000 ha	8,29%	31,95%
Mais de 1.000 ha	1%	47,6%

Fonte: Censo Agropecuário 2017. Elaboração da autora.

O Censo Agropecuário de 2017 traz ainda um capítulo específico com dados da Agricultura Familiar, considerando o que a Lei 11.326/2006 versa sobre essa matéria, a começar pela limitação de área, que não deve ultrapassar a quatro módulos fiscais. Esses, por sua vez, variam de tamanho (hectares) conforme a região geográfica do país e, por tanto, complexificam um pouco a análise e o tratamento de dados a partir do recorte simples de tamanho de propriedade. Os dados apresentados pelo Censo, portanto, não especificam de forma detalhada o tamanho das propriedades da agricultura familiar, mas apontam uma redução desses

estabelecimentos em relação a 2006, e permitem outro ângulo comparativo em relação às grandes propriedades.

**Tabela 2:** Comparação do número de estabelecimentos *versus* área ocupada, entre 2006 e 2017:

Tipo de estabelecimento	Nº de estabelecimentos		Área agrícola utilizada	
	2006	2017	2006	2017
Agricultura familiar	4.367.902 (84,39%)	3.897.408 (77%)	81,26 mi de ha (24,62%)	81 mi de ha, (23%)
Mais de 1000 ha	47.578 (0,91%)	51.203 (1%)	150,143 mi de ha (45%)	167,227 mi de ha (47,6%)

Fonte: Censo Agropecuário 2017. Elaboração da autora.

Nos dados organizados na Tabela 2, se observa uma redução do número de estabelecimentos da agricultura familiar e da área por ela ocupada em relação a 2006, ao passo que o número de estabelecimentos do latifúndio aumentou, junto da proporção da área que ocupa. Muito embora houve algumas mudanças metodológicas no Censo de 2017, como os critérios para a composição dos estabelecimentos (se terras próprias ou não, na sua condição legal, e sobre área contínua, onde passaram a ser contabilizados como um só estabelecimento, enquanto em 2006 eram contabilizados de forma separada), se pode deduzir um aumento da concentração fundiária. Apesar disso e com as inúmeras análises que podem ser feitas além, o Censo ainda informa que a agricultura familiar é responsável por empregar 67% da mão de obra no campo, predominantemente familiar, o que corresponde a mais de 10 milhões de pessoas.

Com o passar do tempo, se confirma a reprodução dessa estrutura agrária no Brasil, latifundiária e monocultura, muito embora também tenha havido inúmeras experiências de resistência popular precursoras de um ideário democratizador da terra e de outro modo de vida. Os dados da concentração fundiária no país são historicamente altos, e assim se mantêm até os dias atuais. Aliado a isso, se atesta a manutenção econômica e produtiva de perfil colonial e agroexportador do modo de produção hegemônico no campo, hoje chamado de Agronegócio, com subocupação de terras e de emprego de força de trabalho, que não se volta ao abastecimento interno do país tampouco à satisfação das necessidades alimentares da população brasileira.

### 2.3 O CAMPESINATO E AS HISTÓRICAS LUTAS SOCIAIS PELA TERRA

Se de um lado houve espoliação e exploração de corpos, expropriação da terra, expulsão, violência, escravidão, invasão colonial, concentração, saqueio, genocídio e etnocídio, do outro lado houve inúmeras experiências de resistências e lutas populares e territoriais, nas suas mais

diversas dimensões em termos culturais, identitários, políticos, econômicos e de modos de vida e sociabilidades. Ao findar o primeiro capítulo, ampliaremos o nosso delineamento histórico para tratar, em chave dialética, sobre essas experiências, as ‘do outro lado’, as ‘de baixo’, invisibilizadas pela história oficial dos ‘vencedores’.

Como já comentado, as milhares de ocupações de terra realizadas por posseiros, parcela populacional extremamente empobrecida, foi um dos fatores fundamentais para acelerar o fim do sistema de sesmarias, formalizado em 1822. Essas ocupações não foram as únicas experiências de contraofensiva ao modelo agrário e ao modo de produção capitalista que se tornava hegemônico, tampouco foram as primeiras dentro do marco histórico da ‘Modernidade’, da ‘História Universal’ ou ‘História Mundial’, termos problematizados por Quijano (2005) e Dussel (2005). Já existiam civilizações em *Abya Yala*<sup>13</sup> antes de 1492, quando da chegada dos espanhóis na América; e as experiências de resistências latino-americanas e brasileiras passaram a ser de ‘resistências’, de fato, a partir da invasão colonial com todo o seu modo de produção e reprodução, na sua colonialidade do ser, do saber e do poder, e da imposição de um *ethos* eurocêntrico.

É importante propor esse alargamento histórico ainda nesse capítulo porque essas experiências de resistência são partes constitutivas e indissociáveis da própria formação agrária brasileira, tema tratado aqui. Elas foram fundamentais na imposição de limites ao avanço insano e destruidor da colonização e tudo aquilo que ela representou e deixou de herança. Ou seja, na sua pequenez e invisibilidade do ponto de vista dos ‘de cima’, mas por eles oprimidas e reprimidas historicamente, também ajudaram na construção de importantes derrotas ao capitalismo burguês agrário-industrial e retrógado, ainda que essas derrotas não o tenham destruído.

Terra, trabalho e propriedade são categorias centrais na reprodução do modo de produção capitalista enquanto modelo econômico, com seus rebatimentos políticos, sociais, culturais e ideológicos. Essas categorias também se conectam, sob perspectivas e finalidades distintas, com maior ou menor grau, nas resistências que partem da defesa do território, na dimensão cultural, de identidade, de sociabilidade, de cosmovisões e modo de vida, de reprodução biológica e social. É por esse viés transversal que buscaremos nos aproximar das experiências dessas lutas históricas, naquilo que as caracterizam de forma geral, não adentrando nas suas especificidades e particularidades históricas, as quais reconhecemos e sabemos ser de extrema relevância. Da mesma forma, também sabemos do quão robusta e da complexidade

---

<sup>13</sup> Nome de origem Kuna, etnia indígena localizada no norte da Colômbia e no Panamá. Se refere às terras que passariam a ser chamadas de América, e significa ‘terra madura’, ‘terra viva’ ou ‘terra em florescimento’.

teórica que caracteriza a discussão do campesinato, dimensão que também não objetivamos aprofundar tanto, muito embora seja esse o aspecto que mais nos interessa aqui.

Da resistência indígena, quilombola, posseira, passando por levantes populares localizados em contextos geográficos e históricos específicos (como a Balaiada, a Cabanagem, Canudos, o Contestado), à organização das Ligas Camponesas e aos movimentos sociais camponeses mais atuais: todas elas têm na dimensão da terra e do território<sup>14</sup>, bem como no seu acesso, o eixo central para as suas sobrevivências biológicas e culturais.

A ideia de ‘propriedade’ faz parte da cultura ocidental capitalista e não é um elemento constitutivo da cosmovisão dos povos tradicionais, por exemplo, muito menos se a propriedade em questão for a terra e os recursos naturais que dela advém. Porém, esse aspecto aparece de forma relevante na discussão colocada em torno do campesinato e das experiências camponesas. Por conta desse aspecto em particular é que a discussão teórica sobre campesinato, inclusive em correntes marxistas, o coloca num lugar de contradição, de atraso e inferioridade, de ser primitivo e sem interesse político, fadado a desaparecer, cujos camponeses não se apresentam como potenciais sujeitos revolucionários, permanecendo em um lugar de subalternidade.

É nesse sentido que o sociólogo Octávio Ianni (2009) propõe uma reflexão que não privilegie somente a dimensão econômica do campesinato, mas que contemple as dimensões sociais e culturais, até mesmo como uma “metáfora do outro mundo” (p. 138). O autor compreende que as lutas camponesas têm um significado revolucionário, cujo

[...] caráter radial está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo no campo; na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, sobre a produção de valor, sobre o trabalho alienado; na resistência à transformação da terra em monopólio do capital; na afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário (IANNI, 2009, p. 139).

Outro aspecto tido como contraditório é a centralidade da família na dinâmica de funcionamento da propriedade camponesa, como principal força de trabalho no labor camponês, bem como por ser uma de suas caracterizações identitárias. Já a principal razão do existir da economia camponesa é o autossustento familiar, a partir de uma produção agrícola para o autoconsumo e comercialização de excedentes. Sobre isso, cabe um recorte interessante feito por Paulino e Almeida (2010), que faz muito sentido para a proposta da presente pesquisa.

---

<sup>14</sup> A ideia é exatamente na perspectiva elaborada pelo geógrafo Milton Santos (2001), sendo o território compreendido como chão e população, identidade, fato e sentimento de pertencimento; a base para o trabalho, morada, e trocas material, espiritual e da vida. Ou seja, local onde se reproduz cultura e um modo de vida.

Apesar da tendência universalizadora da mercantilização dos espaços das relações cotidianas que a vida urbano-industrial estabelece em todas as suas esferas, ela também deixa brechas contraditórias. É nessas brechas que o autoconsumo camponês sustenta na comida um papel importante para a vida e sua sociabilidade, sendo a comida o elemento central na produção camponesa e que detém uma linguagem simbólica importante, pois ela “[...] é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos; assim, é pela comida que necessariamente se passam os laços de solidariedade. A comida é fonte de vida, a terra é a mãe que a fornece por meio do trabalho” (p. 39).

A própria comida e essa noção de fartura, cujo significado na ótica camponesa pode ser quantidade, mas sobretudo qualidade e diversidade, e que de todo modo apontam finalidades outras, está para além de alimentar o corpo. Partilhar a comida expressa uma forma importante de sociabilidade e expressão identitária, que passam pela produção de alimentos. Nessa linguagem simbólica, a oferta do que se é produzido na roça, aquilo que é sua ‘riqueza’, cumpre um significado de vínculo entre pessoas que se estimam. Terra e alimento se articulam e aparecem no discurso camponês, cuja mediação passa pelo trabalho, pois “comida, trabalho e terra são [...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza” (WOORTMANN, 1990, p. 37). Paulino e Almeida (2010) complementam dizendo que, para além disso, significa que a terra camponesa não é terra para o trabalho apenas, na lógica econômica de trabalho-consumo; mas ali se faz morada da vida, com as dimensões de sociabilidade e reciprocidade camponesa como eixos de sustentação da economia doméstica. É nesse sentido que se identifica que há no campo, de forma indissociável, um outro modo de vida e de trabalho rural.

Embora a produção de alimentos sirva em primeiro lugar, nessa lógica camponesa, à satisfação das necessidades da família e de sua sociabilidade, não significa dizer que eles não sejam comercializados em algum momento. Porém, para que o valor adquirido com a venda do excedente tenha rentabilidade econômica de fato, no sentido de viabilidade, a família camponesa necessita escapar da sujeição da renda capitalista da terra (e, por consequência, de seu trabalho que é capturado pelo capitalista arrendatário). Ao adentrar nesse universo mercantil, o que opera é a lógica de mercado, com uma concorrência desproporcional, pois a família camponesa encara a monopolização do território pelo capital (PAULINO e ALMEIDA, 2010).

Ainda em relação à propriedade, as autoras compreendem que o que existe entre o campesinato e a terra, e sua propriedade, é relação não capitalista. O campesinato depende do acesso à terra para existir e, por isso, deter a sua propriedade é fundamental. A busca pela

preservação da identidade e dos costumes camponeses na ameaça representada pela imposição do modo de produção capitalista – e que, por consequência, gera revoltas e insubordinações – é que faz com que se crie formas de subsistência para proteger a sua comunidade e os pobres do campo contra a perda da terra e a fome.

Para finalizar essa rápida incursão sobre elementos da discussão em torno do campesinato, que mais adiante servirá como uma base para conectar a elementos da perspectiva agroecológica, está o tema da liberdade como um valor a ser adquirido com a conquista da terra. A liberdade camponesa nada tem a ver com a noção abstrata e individual daquela apregoada pela democracia burguesa.

A terra camponesa se insere numa concepção de liberdade que se contrapõe à ilusória liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como ser portador de sonhos, de aspirações como, por exemplo, de desejo de se enraizar no seu *pedaço de chão* (Paulino e Almeida, 2010, p. 54. *Grifo das autoras*).

Essa liberdade se relaciona com autonomia, que permite o controle do tempo de trabalho, mas que é proporcionado exatamente pelo fato de a família camponesa ser proprietária da terra. Como um círculo de sentidos, terra e liberdade se conectam a uma questão central da economia camponesa e da motivação para o trabalho, que é suprir as necessidades da unidade familiar. E, da mesma forma que nos outros elementos apresentados, essa noção de liberdade e de autonomia também se inscrevem de forma contraditória na dinâmica do capital.

Os estudos mais profundos sobre a constituição do campesinato brasileiro são recentes do ponto de vista histórico, e carecem de maiores aprofundamentos, seja em termos cronológicos ou até mesmo sobre algumas categorias. Mário Maestri (2005) propõe a existência de cinco vias principais nessa constituição: a nativa, a cabocla, a escravista, a quilombola e a colonial<sup>15</sup>. Todas elas, de uma forma ou outra, transparecem na heterogeneidade campesina no Brasil. Há inúmeros costumes que convergiram e se mantiveram como heranças culturais camponesas pelo território nacional, de comunidades que coexistiram em um mesmo espaço-

---

<sup>15</sup> Maestri (2005) não caracteriza especificamente cada uma dessas vias, por assim dizer, mas descreve aspectos que as constituem e que transparecem na formação heterogênea do campesinato brasileiro, o que possibilita identificá-las em seus aspectos gerais. Sem adentrar nos pormenores, é possível identificar que a via nativa se refere às experiências de agricultura dos povos indígenas; a via cabocla com elementos que resultam do contato entre indígenas e seus saberes com os saberes das culturas europeias e negras; a via escravista, com experiências de cultivos em terras ‘permitidas’ para que negros escravizados (e aos libertos, posteriormente) pudessem plantar; via quilombola, que advém da forma de agricultura desenvolvida nas experiências de aquilombamento, especialmente a de subsistência; e via colonial, que advém da experiência de agricultura desenvolvida a partir da imigração europeia, especialmente na região sul do Brasil.

tempo histórico ou se desenvolveram em tempos e lugares distintos, mas que carregaram influências de quem, em algum momento, teve contato entre si e desenvolveu outros hábitos.

Na leitura sobre o itinerário e fatores históricos que marcam essas vias, pode-se listar alguns aspectos apresentadas pelo autor. Dentre as características comuns, estão os pequenos roçados itinerantes feitos entre os núcleos familiares e de parentela, e onde se detinha uma diversidade de produção, com inúmeras variedades de milho, feijão, mandioca, abóbora, amendoim, batata-doce, melancia, melão, banana, pimenta, a própria cana-de-açúcar, e mais tarde introdução do arroz e trigo; se dominava a caça, a pesca, a coleta, e em alguns casos, a criação de galinhas, suínos, cabras e outros pequenos animais. Da horticultura e da criação de víveres, comercializava-se de excedentes quando do tempo e das condições sócio-históricas para tal – aliás, muito do abastecimento alimentar nas grandes fazendas advinham desses espaços camponeses. Outras características que aparecem em comum, é a precariedade das habitações, a simplicidade e rusticidade dos instrumentos e ferramentas de trabalho, com uma lenta sofisticação, além do uso de técnicas menos complexas para os cultivares, como a coivara (roçado, queimada e plantio), manejo de roçado e plantio em áreas com árvores, e adubação.

É importante sublinhar o caráter heterogêneo do campesinato e das lutas camponesas no Brasil. Foram – e são, porque se reproduzem no tempo – experiências de resistência e enfrentamento ao modo de produção capitalista e ao avanço colonizador latifundista que se impunha – e se impõe – sobre terras já habitadas. A conformação da Questão Agrária brasileira se dá sim na correlação de forças entre classes sociais antagônicas, com históricos e violentos conflitos pela terra, com maior, menor ou nenhuma organização coletiva do campesinato enquanto classe social.

Outro fator que deve sempre ser considerado nessa heterogeneidade camponesa é o atravessamento de gênero e étnico-racial histórico na sua composição: dos povos originários e tradicionais, expulsos de suas terras numa violenta política de extermínio físico e de etnocídio cultural; do campesinato caboclo, que com tamanha pobreza material e com vínculos comunitários mais sensíveis devido ao caráter não sedentário, não apresentavam muitas resistências às ameaças e às perdas de terras que ocupavam, embora também tendiam a se mobilizar a partir de elementos místicos e de religiosidade popular; do campesinato negro e quilombola, onde somam-se mais perseguições e repressões, destituições de vínculos comunitários, além do fato de a população negra não ter tido nenhuma política oficial de acesso à terra no pós-abolição e, quando ‘permitido’ algum acesso, as terras ocupadas eram longínquas, com baixa fertilidade, de difícil acesso e escoamento de produto.

Devido o peso da ‘significação histórica positiva’, e não pela relevância dos hábitos e saberes, talvez se sobressaíam elementos do campesinato que se constituiu como produto da política de imigração colonial, para fins de branqueamento populacional, que teve o investimento Estatal e se voltou principalmente para ocupação das terras no sul do Brasil. Mesmo sendo camponeses pobres, endividados e, em muitos casos, enganados pelas companhias colonizadoras, eles detinham o privilégio da cor da pele e de descendência para acessar as terras, construir comunidades e manter suas raízes culturais. Apesar dessas benesses, não significou um processo pacífico entre si, para com as outras experiências camponesas, mas principalmente para com os grandes fazendeiros do latifúndio, onde foram atingidos por uma espécie de ‘assédio fundiário’, pela imposição de sua lógica agroexportadora mercantil e de tecnificação, com consequências na decomposição de vínculos comunitários, maior endividamento e empobrecimento, e êxodo rural.

Diante dessas dimensões sociais, culturais, políticas e históricas, que vão além da econômica, é que a luta camponesa pela terra, mesmo quando essa é a reivindicação principal, também vai ser sempre uma luta pela manutenção de um modo de vida e de trabalho, como bem sintetiza Ianni (2009). Para além da produção de alimentos e extração de matérias-primas para satisfazer suas necessidades básicas, a relação do camponês com a terra produz uma cultura, a cultura camponesa; e tem na afirmação da comunidade o lugar onde reside o modo de ser camponês, a singularidade do seu movimento social, e onde reside e se sustenta a utopia camponesa. Talvez por isso, é que esse modo de vida camponês, na sua cultura e radicalidade, venha a representar uma ameaça ao latifúndio e ao capital.

### **3“TEM GENTE COM FOME”: A IDEIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM UM PAÍS “CELEIRO DO MUNDO”**

“Trem sujo da Leopoldina  
Correndo, correndo, parece dizer:  
Tem gente com fome, tem gente com fome, tem gente com fome”  
(TRINDADE, 1944)

Os processos de independência de países latino-americanos são contemporâneos à Revolução Industrial com o surgimento da grande indústria europeia. Os países recém independentes vão se inserir no mercado mundial com a construção de relações comerciais diretas com os países europeus, principalmente a Inglaterra, e cuja dinâmica comercial estabelecida será em ofertar matéria prima e bens primários em troca de manufaturas de consumo produzidas em larga escala.

Para Marini (2005), é nesse marco que surge a divisão internacional do trabalho e, a partir dela, a conformação da dependência e da subordinação das nações latinas. Os países industrializados necessitavam da oferta e da grande disponibilidade de produtos agrícolas para baratear os salários pagos à classe trabalhadora que vinha se formando, o que aumentaria a taxa de mais valia e de a taxa de lucro da burguesia industrial. A condição dos países latinos passa a ser, então, a de produtores de bens primários e de alimentos/produtos agrícolas, e de consumidores de bens industrializados. Direta e indiretamente, a estrutura agrária se coloca como um aspecto central para pensar a continuidade dessa condição.

Na década de 1950, com a falsa sensação de que o capitalismo dependente viesse a igualar as suas condições industriais e de desenvolvimento nacional ao observado nos países industrializados, surgem correntes teóricas e ideológicas chamadas de desenvolvimentistas. Pode-se dizer que esse período consolidou uma nova fase do evolucionismo dualista denunciado por Quijano (2005) no jogo da colonialidade do poder, e que agora passa a dividir o mundo entre desenvolvido-subdesenvolvido, rico-pobre, avançado-atrasado.

A nova ordenação do mundo, então, voltou-se para que todos os países da periferia global alcançassem o tal desenvolvimento e, sob ingerência do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, foram lançados planos, programas, projetos, metodologias, financiamentos, capacitações com essa finalidade. O que as correntes desenvolvimentistas defendiam era a ideia de que os problemas históricos que afetavam e caracterizavam a formação social latino-americana se davam pelo fato de o capitalismo não ser suficientemente desenvolvido na região e que, portanto, bastava o promover. A Comissão Econômica para a

América Latina e Caribe, a CEPAL, criada em 1948, vem a cumprir exatamente esse papel na execução de programas de desenvolvimento econômico, advindos do receituário capitalista dos países centrais, nesse período histórico representado principalmente pelos Estados Unidos e que se estabelece na geopolítica como país imperialista.

Os países pobres, em total submissão e para passar a ser considerados países 'em desenvolvimento ou em vias de desenvolvimento, aceitaram essas ingerências aplicando um “conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para sair do ‘atraso’ e chegar ao desejado ‘desenvolvimento’” (ACOSTA, 2016, p. 48). Para não cair em descrédito após o passar dos anos sem que os países pobres chegassem ao *status* de países desenvolvidos, a teoria desenvolvimentista acresceu alguns ‘sobrenomes’ alternativos ao pretendido, mas firme na mesma lógica capitalista: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento local e global, desenvolvimento rural, e por aí vai.

É nesse contexto que também a Revolução Verde se impõe aos países do terceiro mundo. Ela se desenvolve, portanto, após a 2ª Grande Guerra, e foi chamada de ‘verde’ porque, além de ‘revolucionar’ as práticas agrícolas, prometia tornar os campos extremamente verdes com tamanha produção de alimentos, capaz de acabar com a fome no mundo; junto disso, fazia contraposição à “revolução vermelha”, comunista, em curso no leste europeu à época. Como um programa amplo que se estabelece através do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, condiciona a concessão de créditos de bancos à produção agrícola, financia pesquisas científicas e de extensão rural, pauta a política agrícola de muitos países, as submetendo mais intensivamente aos interesses do capitalismo internacional.

Esse foi um marco na instituição da hegemonia do Agronegócio como um modelo produtivo do capitalismo no campo, com a modernização tecnológica das fazendas monocultoras de exportação, que também avança sobre as pequenas propriedades rurais. Os ‘itens’ do seu pacote tecnológico correspondem aos agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, sementes híbridas e transgênicas, maquinário pesado para plantio e colheita, entre outros. Ao mesmo tempo, também rompem com a centralidade do camponês e da camponesa como experimentador e experimentadora por excelência nas formas de produzir alimento e desenvolver técnicas produtivas adaptadas ao seu meio: a via acadêmica que estrutura o Agronegócio aniquila essas experiências camponesas e da agricultura familiar.

Assim, além dos impactos ambientais como, por exemplo, a perda de biodiversidade por causa da monocultura intensiva e da transgenia, e envenenamento da terra, do ar e das águas devido ao uso intensivo de agrotóxicos, se observa mudanças profundas nas relações sociais e

culturais identitárias estabelecidas em determinados territórios, inclusive com rompimento de vínculos comunitários. É permanente e visível a progressiva perda de autonomia das famílias camponesas sobre suas propriedades, seu crescente endividamento junto aos bancos, acompanhado do empobrecimento e esvaziamento do campo, bem como a perda dos saberes populares e ancestrais com a homogeneização do conhecimento.

É na promessa de um ‘desenvolvimento’ que nunca chega, que também o Agronegócio avança com a propaganda de modernizar o campo e de produzir toneladas de alimentos; e que o mito de ser o ‘celeiro do mundo’ se populariza e estabelece um imaginário social positivo frente à perversidade famélica sobre a qual se calça. Neste capítulo, serão abordadas as concepções de segurança alimentar que estão colocadas em disputa, na intenção de apontar limites e possibilidades da política de segurança alimentar e nutricional.

Em 1944, Solano Trindade denunciava em seus versos ritmados: “tem gente com fome”. Em 2022, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), atualiza o número e confirma: são mais de 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar grave no Brasil – termo palatável para o que chamam ‘fome’. Ao mesmo tempo em que a dedução do poeta era óbvia, “se tem gente com fome, dá de comer!”, as perguntas que ficam são: como ainda tem gente com fome no país considerado o ‘celeiro do mundo’? Como esse flagelo se reproduz de forma tão violenta e escancarada ao longo da história? Que comida produzida é essa, que não chega à mesa do povo brasileiro? E se não chega, o que o povo está comendo?

### 3.1 AS CONCEPÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: POR QUE IMPORTA FALAR SOBRE ELAS?

O espectro da pobreza e da fome rondam a história da humanidade, nos mais distintos períodos, em maior ou menor intensidade, por carências materiais ou escassez de alimentos. De forma incontestável, com a ascensão do capitalismo, tanto a pobreza quanto a fome tomaram dimensões de miséria e de um pauperismo extremo, bem como de uma incomparável massa de famélicos pelo mundo; e se dão como duas das expressões mais significativas na emergência da questão social.

Durante muito tempo, a teoria malthusiana se impôs como justificativa para explicar os quadros de fome reinante no mundo, que foi fundamentada entre os séculos XVII e XVIII. Tal teoria defendia a ideia de que, ao mesmo tempo em que a natureza gerava vida, ela também disponibilizava recursos e alimentos limitados, jamais em abundância, aos quais os seres vivos

não tinham outra condição que não fosse a de se submeter a essa fatalidade. Esses limites naturais, cuja manifestação entre a humanidade seria a miséria, é uma forma de controle natural, e é por essa perspectiva que Thomas Malthus elabora a “Lei da Necessidade” (ZIEGLER, 2013, p. 105). Nessa lógica, considerando que se a humanidade cresce de forma vertiginosa, a própria escassez natural, representada pela oferta limitada de alimentos e da terra que os produz, se encarrega de equilibrar o contingente populacional. Logo, significa dizer que a fome, como um resultado da tal lei, serviria para reduzir a população e, assim, evitar uma catástrofe econômica representada pela miséria.

Como mais uma teoria burguesa elaborada a partir de um interesse de classe à época da ascensão do capitalismo como modo de produção, expropriação e acumulação de riquezas socialmente produzidas, a malthusiana também detinha seu verniz de discriminação social e racial (e, por que não, étnica e de gênero). A esses grupos populacionais, atribuía toda a responsabilidade sobre seus infortúnios e sofrimentos. Na verdade, e exatamente pelo fato de a própria fome e o seu escândalo generalizado serem tratados historicamente como um tabu, é que essa teoria encontrava base para aplacar a consciência da burguesia europeia que enriquecia às custas da exploração de uma massa cada vez maior de famélicos (ZIEGLER, 2013).

Observa-se uma atualização dessas perspectivas (que nunca deixaram de existir), e que vem sendo chamadas de neomalthusianas, com novas roupagens, mas com o mesmo pano de fundo que justifica a fome e a miséria a partir da superpopulação, especialmente a de camadas mais populares. Essas perspectivas voltam a responsabilizar famílias empobrecidas pela falta de planejamento familiar, cujas taxas de natalidade são consideradas muito altas para quem nem tem como se manter financeiramente, e que vai depender de auxílios do governo<sup>16</sup>.

Em um importante contraponto à perversidade desse pensamento, em 1946, uma preciosa publicação se tornou um grande clássico na discussão sobre a fome, e contribuiu para o despertar de uma consciência social política mundial sobre o tema, principalmente pelo contexto histórico em que o mundo se encontrava. A obra se chamava ‘A Geografia da Fome’, por Josué de Castro<sup>17</sup>. Cinco anos após, em 1951, tendo por base os estudos feitos

---

<sup>16</sup> São frequentes situações em que se sobressaem esses vieses, com discursos elitistas, preconceituosos, perversos e mesmo criminosos de que seria necessária, inclusive, uma esterilização compulsória de mulheres pobres, para que não ‘procriem’ suas misérias. É o exemplo que está em tela na reportagem publicada pelo The Intercept, em julho de 2018, e que problematiza a situação de uma esterilização não consentida, sofrida por uma mulher preta, pobre e em situação de rua, disponível no link <<https://theintercept.com/2018/07/18/laqueaduras-esterilizacao-forcada-mulheres/>>.

<sup>17</sup> Josué Apolônio de Castro, médico brasileiro, nasceu em 1908, em Recife, e faleceu exilado em Paris, em 1973. Foi um importante militante e teórico das Ligas Camponesas e, por toda a sua produção científica (além das duas obras citadas) e atuação política, representou o Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e ajudou a fundar a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a FAO, onde se tornou um dos seus maiores intelectuais. Muitos conceitos, categorias e posicionamentos políticos adotados pela FAO/ONU em

anteriormente, Castro lança ‘Geopolítica da fome – ensaio sobre os problemas de alimentação e de população’, livro organizado em dois volumes. Essa é considerada uma das maiores obras científicas após a 2ª Grande Guerra, foi traduzida em diversos idiomas, com inúmeras reedições, e alcançou o mundo inteiro.

Ziegler (2013, p. 112) é firme em sentenciar que através de toda a sua obra científica, interdisciplinar, com atuação militante e visão a longo prazo, Castro derrotou a lei da necessidade de Malthus, pois “demonstrou que a fome derivava de políticas conduzidas por homens e que ela poderia ser vencida, eliminada, pelos homens. Nenhuma fatalidade preside o massacre. Trata-se de pesquisar suas causas e combatê-las”. Ou seja, antes de tudo, a fome e sua permanência eram uma questão política, e não devidas apenas a fatores geográficos. Por meio de rigorosas pesquisas desenvolvidas, Castro demonstrou que, na verdade, a causa para a subalimentação e a fome era o próprio latifúndio; e mais, que

[...] Não era a superpopulação dos campos e das cidades a responsável pela progressão da fome, mas justamente o contrário: os muitos pobres multiplicavam seus filhos pela angústia diante do amanhã; as crianças, que queriam tão numerosas quanto possível, constituíam uma espécie de segurança no futuro – se sobrevivessem, ajudariam seus pais e a viver e, sobretudo, a envelhecer sem morrer de fome (ZIEGLER, 2013, p. 114)

Falar em Segurança Alimentar e Nutricional como conceito e compreensão de direito, é falar a partir de toda a produção do pensamento e da obra intelectual de Josué de Castro, não apenas como opção política de abordagem, mas também porque é uma perspectiva teórica consensuada cientificamente e em documentos oficiais de órgãos internacionais, além de positivada na forma de direito em tratados internacionais e em constituições e legislações de inúmeros países. Um exemplo disso aparece exatamente relacionado à distinção adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o que é a fome estrutural e a fome conjuntural, abaixo sintetizada:

A fome estrutural é própria das estruturas de produção insuficientemente desenvolvidas dos países do Sul. Ela é permanente, pouco espetacular e se reproduz biologicamente [...]. A fome estrutural significa destruição psíquica e física, aniquilação da dignidade, sofrimento sem fim.

A fome conjuntural, em troca, é altamente visível. Irrompe periodicamente nas telas da televisão. Ela se produz quando, repentinamente, uma catástrofe natural [...] ou uma guerra destrói o tecido social, arruína a economia, empurra centenas de milhares de vítimas aos acampamentos de pessoas deslocadas no interior do país ou de refugiados para além-fronteiras (ZIEGLER, 2012, p. 24).

---

matéria da fome, e que serão abordados durante a pesquisa, carregam o importante legado deixado Castro na passagem por esse espaço.

Há uma correspondência direta com a definição feita sobre a fome endêmica e epidêmica, elaboradas por Castro, em que se considera “áreas de fome aquelas em que pelo menos a metade da população apresenta nítidas manifestações carenciais no seu estado de nutrição” (CASTRO, 2006, p. 35), sendo a fome endêmica, de manifestação permanente, e a fome epidêmica, de manifestação transitória.

Por essa definição supracitada, significa dizer também que na metodologia de pesquisa empregada, a partir da geografia, Castro (2006) faz uma análise do fenômeno da fome coletiva, e não apenas e simplesmente no seu estado fisiológico, individual. E mais: para além da forma aguda, ‘visível’ e de total inanição, situada majoritariamente em territórios de extrema miséria, o autor também categoriza e pesquisa a fome oculta, ‘invisível’ ou parcial, que corresponde à subnutrição e se manifesta de diversas formas (carências nutricionais, por exemplo) e em distintos lugares (atravessa todas as regiões)<sup>18</sup>. Assim, além da fome endêmica e epidêmica, soma-se a fome oculta como mais um recorte de análise.

São imensas e abrangentes as contribuições feitas por Josué de Castro no debate sobre a fome. Elas abrangem aspectos médicos, sanitários, geográficos, biológicos, nutricionais, sociais, políticos, econômicos, antropológicos e históricos; e fazem com que as possibilidades para a resolução desse flagelo, por meio de decisões políticas e elaborações de políticas públicas que detenham uma gama imensa de frentes a serem assumidas pelos países e seus governos, também com pactuações internacionais.

Dessa magnitude de abordagem, se amadurece e se amplia a compreensão do direito à alimentação e à alimentação adequada, o reconhecendo como um direito humano. Assim, ele se refere ao direito de acesso regular, permanente e livre a alimentos adequados e suficientes do ponto de vista quantitativo e qualitativo, e que respeitem as tradições culturais locais das populações que os consomem. Esses alimentos devem assegurar uma vida saudável do ponto de vista físico e psíquico, individual e coletivo, satisfatório e digno, inclusive em que não haja angústia na incerteza de acessá-los, seja de forma direta ou por meio de compra (ZIEGLER, 2013).

---

<sup>18</sup> A mesma metodologia de pesquisa é adotada nas duas obras citadas, sendo que na Geografia da Fome (CASTRO, 2006) é organizada a partir das áreas geográficas brasileiras, se debruçando sobre a Área da Amazônia, Área da Mata do Nordeste Área do Sertão do Nordeste por serem essas as regiões de fome endêmica e epidêmica; e na Geopolítica da Fome (CASTRO, 1968), com uma rigorosa análise sobre todos os continentes e suas devidas diferenciações internas, a metodologia se concentra na discussão do aspecto político da fome em razão de sua persistência e agravamento.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, e ratificado no artigo 11, do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, adotado na Assembleia Geral das Nações Unidas de 16 de dezembro de 1966 (o Brasil o assume integralmente por meio do Decreto nº. 591, de 06/07/1992):

1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. [...] 2. Os Estados Partes do presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessárias para: a) Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais; b) Assegurar uma repartição equitativa [*sic*] dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1966, *on-line*).

Basicamente, a classificação utilizada por órgãos oficiais e institutos de pesquisa para medir o estado de segurança alimentar (SA) de uma determinada população, é a SA em si, quando há garantia plena de acesso à alimentação suficiente para todos os membros da família; ou de Insegurança Alimentar (IA), no sentido de não se ter acesso regular e permanente a alimentos. Dessa, há três níveis, ou categorias subdivididas: IA leve, quando há incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida; IA moderada, que se refere à quantidade insuficiente de alimentos; e IA grave, que é a privação no consumo de alimentos e a ocorrência de fome (especialmente na experiência da fome visível).

No Brasil, o Artigo 2º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (LOSAN, Lei nº 11.346/2006) confirma essa perspectiva do DHAA como direito fundamental, e responsabiliza o poder público na sua promoção e garantia a partir da adoção de políticas e ações que se fizerem necessárias. No artigo seguinte, a lei estabelece o que entende por Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, *online*).

Por ser um país signatário do Pacto Internacional mencionado, no Artigo 6º da LOSAN consta também o compromisso do Estado brasileiro em empenhar esforços na promoção de cooperação técnica junto a outros países e de contribuir para a realização do DHAA no plano internacional, no pressuposto de que cada país é soberano em se autodeterminar sobre a produção e consumo de alimentos (Art. 5º).

A geografia da fome se atualiza de forma constante e, diante dela, a obra de Josué de Castro se mantém atual e necessária. No primeiro semestre de 2022, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) divulgou o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), cujos dados revelam uma situação grave e preocupante em relação aos quadros de insegurança alimentar nos lares brasileiros.

O relatório revela que a Insegurança Alimentar atinge 58,7% dos lares brasileiros, onde 28% em IA leve; 15,2% em IA moderada; e 15,5% em IA grave, e apenas 41,3% dos lares se encontram em situação de SA. Esses números não são vazios e frios em si. Eles correspondem a uma população real, de carne e osso, que soma mais de 125,2 milhões de pessoas em algum grau de insegurança alimentar – dessas, mais de 33 milhões estão em situação de fome (II VIGISAN, 2022). Se a população brasileira é estimada em mais de 215,2 milhões de pessoas<sup>19</sup>, significa dizer que mais da metade (58,7%) dela convive com a insegurança alimentar. E, por causa disso, a partir da caracterização empregada por Castro (2006, p. 35) para tratar da fome endêmica e/ou epidêmica, significa dizer ainda que o Brasil, infelizmente, é uma “área de fome”. Para o país que havia saído do Mapa da Fome da ONU entre 2013 e 2014, e que retornou em 2019, esses números refletem o quão escandaloso é esse espectro que ronda e se manifesta no Brasil.

Outros recortes em relação a esses números são importantes, e revelam com maior profundidade os aspectos estruturais em termos sociais, econômicos e culturais que atravessam a formação sócio-histórica brasileira. As regiões geográficas que mais concentram os índices de IA são o Norte, com 71,6%, e o Nordeste, com 68%, sendo a ocorrência de fome presente em 25,7% dos lares da primeira região, e 21% dos da segunda, enquanto que na região Sul é de 10%.

Em relação à raça, são 65% os lares comandados por pessoas pretas ou pardas que convivem com restrição de alimentos em qualquer nível, sendo 18,1% em situação de IA grave (é 53,2% em lares comandados por pessoas brancas). Os lares de chefiados por mulheres

---

<sup>19</sup> No momento da presente escrita, está em curso o novo Censo do IBGE, que trará números mais precisos em relação à população brasileira assim que for finalizado e divulgado.

também estão entre os que mais se encontram em insegurança alimentar, onde 19,3% passam fome, ao passo que 11,9% correspondem aos chefiados por homens. Em famílias que têm crianças de até 10 anos, bem como nas que têm três ou mais adolescentes até 18 anos, os índices são tão graves quanto os demais. Dessas famílias, são 18,1% e 25,7% respectivamente.

A condição alimentar da população rural também é mais grave em relação à média nacional: são 63,8% de lares em algum grau de IA, onde 16,9% em IA moderada e 18,6% em IA grave. É paradoxal pensar que o lugar onde se produz alimento é o mesmo lugar onde mais se concentra a fome e pobreza. Ao mesmo tempo, não é difícil estabelecer relações para explicar tal realidade, a começar pela competitividade imposta pelo mercado, onde uma pequena propriedade rural tem muito mais dificuldade de equilibrar as despesas obtidas com a aquisição dos itens do moderno pacote tecnológico da Revolução Verde, com os retornos econômicos na comercialização da produção, cujo preços são dados pela Bolsa de Valores. A ‘competição’ é extremamente assimétrica entre a produção da pequena propriedade com a de uma grande fazenda latifundiária monocultura.

É por considerar também a realidade das famílias camponesas e da agricultura familiar, que representam a maioria dos estabelecimentos rurais e que são responsáveis por produzir a maior diversidade de alimentos, que a política de SAN deve se preocupar com a produção dos alimentos que chega para a população, especialmente a mais empobrecida e faminta, público-alvo de sua ação. Ou seja: que essa política seja setorial e intersetorial, com distribuição de renda, e que também considere o eixo ‘produtivo’, e não apenas o de ‘consumo’<sup>20</sup>. Isso significa estímulo para a produção e renda para a família camponesa, a preço justo, com comida saudável acessível também para a população da cidade. É por essa perspectiva abrangente que importa discutir a compreensão, de fato, do que é e do que representa ‘segurança alimentar e nutricional’, e mesmo fazer a disputa do conceito e ampliá-lo para uma compreensão maior, que é a de Soberania Alimentar.

### 3.2 “SE TEM GENTE COM FOME”, CADÊ A COMIDA PRODUZIDA AQUI?

Confrontar as perspectivas de segurança alimentar e nutricional, a partir da compreensão de que a alimentação é um direito básico, com os números que denunciam uma realidade

---

<sup>20</sup> Dois exemplos concretos dessa abrangência da política de SAN é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos sistematicamente esvaziados de orçamento e desmontados nos últimos anos, sob o governo de Michel Temer, após o golpe parlamentar, em 2016, mas principalmente no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

faminta, seja no Brasil como no mundo, é concordar com a afirmação de que “dentre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais massivamente violado em nosso planeta” (ZIEGLER, 2013, p. 19). Se no ‘celeiro do mundo’ tem gente com fome, a afirmação de Josué de Castro (1968) novamente se comprova atual: a persistência da fome não se dá pelo limite produtivo da terra, tampouco pela densidade populacional, mas sim por opção política.

Cabe lembrar e partir da premissa em que ser o ‘celeiro do mundo’ advém da divisão internacional do trabalho, que relegou aos países colonizados e dependentes do sul global do mundo o papel de produtores de bens primários, de alimentos ou produtos agrícolas para constituir os bens-salário e baratear a força de trabalho dos países centrais. Em tempos de globalização neoliberal e do capital financeiro, também o setor agrícola conta com as grandes corporações que se impõem como verdadeiros impérios alimentares, tecnológicos e financeiros.

Nessa perspectiva, a lógica de produção de alimentos que se estabelece é a lógica de mercado, e é nessa lógica que esses ‘produtos’ que deveriam alimentar a população se transformam em mercadoria e recebem o nome de *commodity*, bens primários a serem comercializados na bolsa de valores. As grandes multinacionais de sementes, agrotóxicos e de adubos sintéticos, os bancos, as companhias de seguro, as indústrias de maquinários agrícolas, entre outras, regulam os preços dos alimentos no mercado mundial, as taxas de juros para a aquisição de seus produtos, o grau de subordinação de países, quem integra ou não o mercado, quem vende e quem produz, e por aí vai.

Atualmente, as duzentas maiores sociedades do ramo agroalimentar controlam cerca de um quarto dos recursos produtivos mundiais. Tais sociedades realizam lucros geralmente astronômicos e dispõem de recursos financeiros bem superiores aos dos governos da maioria dos países onde elas operam. Exercem um monopólio de fato sobre o conjunto da cadeia alimentar, da produção à distribuição varejista, passando pela transformação e a comercialização dos produtos, do que resulta a restrição das escolhas de agricultores e consumidores (ZIEGLER, 2010, p. 152).

O Brasil está entre os maiores produtores e exportadores de produtos agrícolas do mundo e bens primários, e importadores de produtos manufaturados e industrializados, inclusive de tecnologia – ou seja, de forma irônica, o Brasil ‘exporta cru e importa cozido’. Para realizar uma análise mais profunda, ainda que breve, sobre alguns números de exportação/importação da balança comercial e o que eles significam na prática, cabe a ressalva realizada por Mitideiro Jr e Goldfarb (2021) ao problematizarem as dimensões do agronegócio. Ainda que em números mundiais, dentre os maiores produtores de *commodities* se encontrem países como os Estados Unidos, a China, e mesmo alguns países europeus, como a Rússia, os

casos de um e outro não podem ser comparados sem que sejam consideradas (a) as posições que cada país ocupa na divisão internacional do trabalho, (b) a configuração interna da própria agricultura, do agronegócio, da indústria e da tecnologia, e (c) o todo do que é vendido e comprado em termos de quantidade e de qualidade.

Aqui, as vitórias do Agro vêm levando o Brasil a inserir-se de forma regressiva na economia mundial, reprimarizando sua economia e criando uma enorme dependência industrial, tecnológica e financeira estrangeira, com impactos sociais, econômicos e ambientais destrutivos. [...] o agronegócio possui pouquíssima tecnologia nacional (não é *tech*), que não gera emprego e renda para a população (não é *pop*) e está longe de ser *tudo* (MITIDEIRO JR e GOLDFARB, 2021, p. 5 – *grifo dos autores*).

Para os autores, a reprimarização e a desindustrialização da economia nacional tem desnudado o aumento da dependência brasileira sobre a produção e comercialização de algumas poucas variedades de produtos e matérias primas de baixo valor; e da dependência da produção industrial e tecnológica de outros países, para que sejam atendidas as demandas internas por produtos manufaturados. O processo de desindustrialização do Brasil é uma das maiores da história mundial recente, e significa fechamento de indústrias (inclusive as mais antigas), diminuição da produção interna de bens manufaturados e industrializados (por consequência, aumento de suas importações e da dependência externa), desemprego em massa e pauperização das condições de trabalho e da vida. Como forma de atestar e atualizar essa perspectiva de análise, a partir dos dados disponíveis no site do Ministério da Economia do Governo Federal<sup>21</sup>, podem ser observados os principais produtos exportados no acumulado do ano (janeiro a setembro/2022), como o milho não moído, o café não torrado, a soja *in natura*, ou mesmo a carne bovina; e os principais produtos importados, como compostos organo-inorgânicos, ácidos nucléicos e seus sais, sulfonamidas, inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas.

A questão dos créditos destinados à agricultura é outra dimensão importante para a análise da ingerência do mercado e do agronegócio sobre as decisões políticas do Estado, que reflete na forma como esse atua em relação às garantias para seu povo se alimentar. O chamado

---

<sup>21</sup> Classificados por ordem de grupos de mercado, que são a Agropecuária, a Indústria Extrativa e a Indústria de Transformação. Nas exportações, estão: milho não moído, café não torrado, soja *in natura*; minerais em bruto, minérios de níquel e concentrados, óleos brutos de petróleo, minerais betuminosos crus; carne bovina, farelos de soja e outros alimentos para animais, farinhas de carnes e outros animais, e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos com algum processamento. Já nas importações, tem-se: trigo e centeio não moídos, cevada não moída, e frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas; pedra, areia e cascalho e outros minerais em bruto, óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos crus; óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos processados, compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, sulfonamidas, inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e semelhantes – esses últimos, em especial fertilizantes, agrotóxicos e seus insumos, com destino certo às lavouras do agronegócio.

Plano Safra de cada ano, que é uma previsão orçamentária anual composta majoritariamente com recursos públicos para financiar contratos de Crédito Rural (custeio, investimento, comercialização e industrialização) contempla linhas de crédito por categorias: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para os pequenos produtores familiares; o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), para os médios; e as ‘Demais’ categorias, onde se encontram, principalmente, os grandes latifundiários produtores do agronegócio. No Plano Safra de 2019/2020, o PRONAF recebeu 12,8% dos recursos para atender 73,35% dos contratos, o PRONAMP teve 12,4% do recurso para 9,65% dos contratos, e as ‘Demais’ receberam 59,9% para atender apenas 17% dos contratos (MITIDEIRO JR e GOLDFARB, 2021).

Ao apresentar esses dados, é possível expor o privilegiamento dado pelo Estado às culturas de exportação que não abastece o mercado interno, tampouco produz alimento a população brasileira. O valor dessas culturas, como a soja e o milho, é dado pela flutuação do dólar na bolsa de valores e que, enquanto commodities que são, se tornam mais atrativas financeiramente e substituem os cultivos de feijão e arroz, por exemplo, base alimentar brasileira. Internamente, gera desabastecimento e contribui para a inflação do preço dos alimentos<sup>22</sup>. Mitideiro Jr e Goldfarb (2021) concluem dizendo que o campesinato e/ou a agricultura familiar, é a grande maioria dos estabelecimentos do campo e quem produz boa parte do alimento que chega à mesa das famílias brasileiras, mas é que detém menos terra e que recebe muito menos recursos públicos. Não se sustenta qualquer discurso que alegue ser a alimentação da população a finalidade dessa política nacional de crédito; assim como, considerando o fato de ser recurso público, ele deveria atender e beneficiar a própria população que o paga por meio de tributos e impostos, enquanto o próprio agronegócio é, por essência histórica e estrutural, sonegador de impostos e deficitário na sua arrecadação tributária<sup>23</sup>.

É o caso, por exemplo, da menção presente no Plano Safra 2021/2022 sobre a importância do PRONAF para a agricultura familiar, após apresentar que serão destinados apenas 15,65% do recurso para ela, ao passo que para as ‘Demais’ destinará quase 71% do total.

---

<sup>22</sup> Nos últimos anos, com maior intensidade durante a pandemia de Covid-19, houve o desmonte e desabastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável, dentre outras coisas, deter estoque de alimentos também para regular os seus preços no mercado interno. Não apenas por isso, haja vista a política econômica dos últimos anos e a desvalorização do real, o valor dos alimentos nas prateleiras do mercado subiu vertiginosamente, e impactou de forma considerável as famílias brasileiras, principalmente as famílias mais empobrecidas e mais atingidas pelos efeitos nocivos (econômicos, sociais e sanitários) da pandemia. A matéria publicada pelo Brasil de Fato (disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/14/nao-culpe-a-pandemia-e-a-guerra-pela-inflacao-dos-alimentos-no-brasil>>) contribui sobremaneira com essa reflexão.

<sup>23</sup> No mesmo documento, Mitideiro Jr e Goldfarb (2021) analisam os valores de arrecadação representados pelos setores do agronegócio a partir de dados disponibilizados pela Receita Federal.

Diz o documento que o referido Programa contribui diretamente para o acesso a tecnologias, mecanização e modernização de pequenas propriedades, representando aumento da renda familiar. Indiretamente, contribui para prevenir o êxodo rural, melhorar as condições de vida também com dignidade de moradia; promover o desenvolvimento social, econômico, cultural e industrial, pois estimula a indústria nacional a desenvolver tecnologias mais acessíveis, bem como ampliar a produção e a oferta diversificada de alimentos (café, banana, abacaxi, mandioca, feijão, entre outras), logo detém uma importância fundamental também para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil. Por fim, reconhece que, ao fortalecer a agricultura familiar, os povos e comunidades tradicionais, os povos ribeirinhos e pescadores artesanais, o acesso ao PRONAF fortalece ainda a preservação das sementes crioulas, dos cultivos e das técnicas tradicionais. De fato, a importância do PRONAF é verdadeira junto de seus bons impactos diretos e indiretos; mas há uma certa hipocrisia quando, mesmo a reconhecendo, o governo opta por um investimento pífio enquanto há gritantes demandas por uma distribuição mais equânime do recurso para a agricultura familiar, que se refletirá positivamente na sociedade brasileira como um todo.

### 3.3 DOS PRODUTOS *IN NATURA* AOS ULTRAPROCESSADOS: O QUE CHEGA NA MESA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA?

Apesar da diversidade culinária brasileira, reflexo da diversidade cultural existente em todas as regiões geográficas, e mesmo interna a elas, há uma tendência à homogeneização dos hábitos alimentares da população, seja no campo e quanto na cidade, explicada pelas monoculturas de *commodities*, pela ‘era’ do *fast food* e campanhas publicitárias para tal, pelo apagamento de saberes tradicionais, perda de variedades de sementes crioulas, entre outros motivos. Tão grave quanto isso, é a existência de um empobrecimento nutricional gerado por diversos fatores, desde a forma como os alimentos são produzidos e industrializados, o uso de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, encarecimento de alimentos *in natura* ou minimamente processados enquanto frente ao barateamento (relativo) e facilidade de acesso aos alimentos ultraprocessados. Além de estudar a fome pela ausência do alimento em si, Josué de Castro apontava também para a dimensão nutricional, cuja ausência ou deficiência constante no consumo de quantidades mínimas de nutrientes gera a subnutrição, ou fome oculta, explicada anteriormente.

Em meados de 2009, ao monitorar o padrão alimentar da população brasileira com base em dados disponibilizados pelo IBGE, o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e

Saúde (NUPENS), da Universidade de São Paulo (USP), percebeu uma queda significativa no consumo de sal, açúcar e óleos (que é recomendado), mas também no consumo de arroz, feijão, farinha, leite e carnes, base da alimentação brasileira. A conclusão para essa alteração e a relação das reduções de ambos os grupos, foi de que havia uma substituição gradual de refeições preparadas na hora por alimentos prontos para o consumo, e não necessariamente na redução de ingestão de alimentos ricos em gordura, sal e açúcar. Da mesma forma, os pesquisadores e as pesquisadoras do Núcleo entenderam que considerar apenas os termos nutricionais seria insuficiente para estabelecer conexões entre a transição de padrão alimentar com o crescimento da obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à má alimentação.

A partir dessas pesquisas desenvolvidas pelo NUPENS, a hipótese que explicaria a relação apontava para a questão do que era feito com os alimentos ‘antes’ de serem consumidos, e não apenas tratar dos nutrientes e do alimento em si. Com isso, foi possível desenvolver uma nova classificação de alimentos, divididas em quatro grupos: o primeiro grupo se refere aos alimentos *in natura* ou que tenham um processamento mínimo, como frutas secas ou desidratadas; o segundo grupo é de ingredientes culinários processados (óleos, sal, açúcar, gorduras); o terceiro grupo é de alimentos processados, que tenham itens industriais de adição do segundo grupo a algum alimento do primeiro; e o quarto grupo é composto pelos alimentos ultraprocessados, mais atrativos ao paladar e que transmitem uma rápida (e falsa) sensação de saciedade, que contam com fórmulas industriais com muitos ingredientes, geralmente ricos em algum do segundo grupo, mas com pouca ou nenhuma presença de componentes do primeiro. O consumo de alimentos desse último grupo, hoje, é tido como indicador importante sobre a qualidade da dieta e a alteração do padrão da alimentação brasileira, cujos números têm sido preocupantes (LEVY, *et al.*, 2022).

Os dados estudados pelo Núcleo e apresentados por Levy *et al.* (2022), falam que, de forma geral, o consumo de alimentos ultraprocessados vem numa escalada ascendente nas últimas décadas. Enquanto os gêneros alimentícios pertencentes ao primeiro grupo de alimentos representavam cerca de 80% da aquisição de famílias em 1987/1988, passaram a somar apenas 60% em 2018; já os ultraprocessados que eram 10%, e passaram para 24%. Dentro de recortes sobre os públicos que passaram a consumir maior quantidade desse tipo de alimento, estão: a população de regiões metropolitanas paralelamente às de áreas rurais; em famílias com menor renda; aumento de três vezes mais entre homens, ainda que mulheres consumam mais variedades desses alimentos; entre pessoas negras; e com baixa escolaridade (com redução entre quem detém maior escolarização).

É insuficiente atribuir essa alteração no padrão alimentar apenas à ‘deseducação’ alimentar, provocada sobretudo pela publicidade das grandes industriais alimentícias, e que inclusive possui uma presença significativa nas próprias escolas, junto de crianças e adolescentes que estão formando seus hábitos alimentares. Certamente que também passa por isso, até porque é uma indústria poderosa e há um esvaziamento orçamentário no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas essas questões apresentadas se referem a quem pode escolher o que adquirir a partir de algum acesso econômico, ainda que bem restrito, dado que esses alimentos também são mais baratos no mercado. Porém, é a dimensão da renda é determinante para uma pessoa e sua família adquirirem algo para comer, onde pouco importa se há ou não qualidade nutricional, pois a fome física é emergencial e dói mais que a fome oculta.

Se a questão que se sobressai é dada pela centralidade da renda como um dos limitadores ou indutores de determinados padrões alimentares, então é da classe trabalhadora brasileira que estamos falando, já que a insegurança alimentar e nutricional passa longe de representar uma ameaça ou preocupação às famílias da elite econômica do país. Os dados totais mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), publicados em junho de 2022, são referentes ao ano de 2021, e indicam a menor renda média *per capita* da série histórica, que iniciou em 2012, e apresenta um leve aumento da taxa do Coeficiente de Gini<sup>24</sup>, de 0,524 em 2020, para 0,599 em 2021.

Na classificação por grupos de rendimento domiciliar por pessoa, metade da população brasileira tem renda média mensal correspondente a R\$415, uma queda de 15,1% em relação a 2020, que era de R\$489. A renda dos 5% da população mais empobrecida é de R\$39, e entre 5 e 10%, é de R\$148. Já a do 1% mais rica, é de R\$15.940. Todas as faixas de renda tiveram reduções em relação a 2021, mas extremamente desproporcional: dos dois primeiros grupos, reduziu 33,9% e 31,8% respectivamente, e no último grupo, houve uma redução de apenas 6,4%.

Em outras palavras, esses números dizem que metade da população brasileira não recebe nem o equivalente a meio salário-mínimo, que seria R\$606,00 em 2022. Em uma sociedade capitalista, falar da renda média da população é fundamental para poder tratar do acesso ou não, via compra no mercado, a alimentos minimamente dignos que garantam o direito humano

---

<sup>24</sup> É o índice que mede a desigualdade social em uma escala de 1 a 0: quanto mais perto de 1, mais desigual; quanto mais distante, ou mais próximo de 0 (zero), menos desigual é uma sociedade.

básico de alimentar-se. A cesta básica<sup>25</sup> no Brasil encareceu nos últimos anos, dado sobretudo à inflação, e se torna ainda mais cara considerando a queda da renda média da população.

Para explicitar mais o quão grave é essa situação, cabe trazer os dados disponibilizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Os números relativos ao mês de outubro de 2022 indicam que o valor do salário-mínimo deveria ser de R\$6.458,86 para a manutenção ‘mínima’ de uma família composta por quatro pessoas (a renda *per capita* familiar deveria ser, portanto, de R\$1.614,70 – quatro vezes mais do que a renda de metade da população). O mesmo estudo do DIEESE atualizou o valor médio das cestas básicas em dezessete capitais brasileiras: Porto Alegre é a capital onde o conjunto dos alimentos básicos da cesta<sup>26</sup> avolumaram maior custo, em R\$768,82, seguido por São Paulo, com R\$762,20, e Florianópolis, com R\$753,82. Aracaju é a capital em que a cesta básica detém menor valor, de R\$515,51.

Para finalizar esse amplo panorama sobre o que está colocado à mesa da classe trabalhadora, é impossível não tratar do quão envenenados estão os alimentos que, num cômputo geral, também são os mais baratos. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e, nos últimos anos, milhares de novos tipos<sup>27</sup> foram liberados para atender aos interesses do Agronegócio. Muitos dos agrotóxicos utilizados aqui são proibidos em países desenvolvidos por causa ao alto grau de impacto na saúde e no meio ambiente (novamente se reforça o quão colonial e dependente é a economia brasileira), com efeitos deletérios a longo prazo. Na verdade, há uma disputa de narrativa sobre ser ou não o maior consumidor, onde multinacionais produtoras dessa mercadoria negam o título.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, organizada principalmente por movimentos sociais, analisaram dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

---

<sup>25</sup> A composição da cesta básica, considerando a diversidade culinária regional, é prevista no Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, legislação essa que versa, dentre outras coisas, sobre o salário-mínimo. Nesse sentido, são dois pontos interligados, já que o salário-mínimo deve considerar a garantia de alimentação suficiente para uma pessoa adulta (junto de habitação, vestuário, higiene e transporte) – ou seja, o salário-mínimo deve garantir, pelo menos, a reprodução física da força de trabalho. É com base nessa listagem prevista em 1938 que se estabelece a composição alimentar da cesta básica ainda hoje e que, teoricamente, também deveria ser considerada para cálculo do salário atual. Por fim, a cesta básica tratada aqui não se refere ao benefício eventual operacionalizado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

<sup>26</sup> Nesses números, considerou-se as maiores variações nos preços de batata, tomate, pão francês, leite integral, feijão (carioca e do tipo preto), óleo de soja e açúcar. A composição geral, em tese, se refere aos produtos de origem animal (carne e leite), grãos (arroz, feijão e farinha de trigo), legumes, frutas, raízes e tubérculos (batata, mandioca, tomate, banana...), e industrializados (café, óleo, manteiga, açúcar e pão).

<sup>27</sup> Apenas no Governo Bolsonaro, até setembro de 2022, foram liberados 1.961 novos tipos de agrotóxicos. Há diversas outras informações sistematizadas nesse link: <<https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrotoxicos/>>

Naturais Renováveis (IBAMA) em 2015, sobre a quantidade de princípios ativos de agrotóxicos vendidos em 2013 e a receita anual da indústria agroquímica, para estabelecer uma média paga por litro de agrotóxico e quantos litros foram adquiridos na época; com esse número, calcularam uma média de consumo de litros de veneno *per capita*. O resultado obtido diz que cada brasileiro e cada brasileira consome, em média 7,6 litros de veneno por ano (GRIGORI, 2019). Não é um consumo literal, obviamente, mas ele indica um elevado grau de contaminação em que não só os alimentos estão expostos e contaminados, mas também o ar, os recursos hídricos, o solo, as comunidades rurais e vilarejos, e os trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, de forma direta.

Enquanto a renda média da população brasileira cai, com maior impacto na metade que sobrevive com a média R\$415, e o valor da cesta básica aumenta, não é ocasional que mais da metade da população brasileira se encontre em algum grau de insegurança alimentar. Somado à angústia e às incertezas sobre ter o que comer, à humilhação de se submeter a condições constrangedoras e indignas para conseguir qualquer pedaço de osso ou carcaça de frango<sup>28</sup>, às deficiências nutricionais dos alimentos consumidos pela classe trabalhadora, a comida também está envenenada. Se mata por inanição, por subnutrição e por envenenamento, essas duas últimas, em especial, de forma lenta e gradual, com reflexos na saúde pública a médio e longo prazo.

---

<sup>28</sup> Cenas da ‘fila do osso’ como a que aconteceu em Cuiabá, em 2021, se multiplicaram, e são reflexo do desespero causado pela fome. Se isso não bastasse, devido a alta na procura pelos ossos, muitos mercados que antes apenas doavam ou os descartavam, passaram a vendê-los, como um dos casos que consta nesta reportagem: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/08/placa-de-acougue-de-sc-sobre-venda-de-osso-e-retirada-apos-fiscalizacao.ghtml>>.

#### 4“DÁ DE COMER!”: A AGROECOLOGIA E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

“Assim como o outro pão  
Deve o pão da justiça ser preparado pelo povo.  
Bastante, saudável, diário.”  
(BRECHT, 2012)

Como visto no capítulo anterior, a obviedade do ‘dar de comer’ a quem tem fome, deduzido por Solano Trindade, não é tão simples quanto deveria. É urgente construir alternativas sistêmicas ao modo de produção capitalista, que só produz miséria, pauperismo, desigualdade, exploração, expropriação, violência e morte. É impossível pensar a paz e a justiça numa sociedade faminta e vilipendiada em sua existência e dignidade. Dada a dimensão estrutural que representa a fome e que a reproduz em escala absurda, não existem saídas e respostas fáceis para superá-la. No rol de variáveis que compõem essas possíveis saídas reais, com certeza, nenhuma passa pela manutenção da atual ordem hegemônica e de seus tentáculos, ainda que se queira ‘humanizar’ a sua face.

Em total acordo com a abordagem já apresentada de Quijano (2005), de Marini (2005) de Fernandes (1972), e outros tantos e tantas, ainda que não fossem necessariamente contemporâneos, Castro (1968, p. 410) também apontou o problema do colonialismo como um elemento chave na exploração econômica a que prosperaram as potências industriais, sendo ele transversal na formação sócio-histórica das regiões de fome endêmica e epidêmica, onde se produz matéria-prima para alimentar a indústria europeia e norte-americana. Entendeu e defendeu a necessidade de uma ruptura com a política colonial para que a população trabalhadora dessas regiões se libertasse, de fato, da escravidão da fome; e denunciou a exploração latifundiária como um grande esteio do colonialismo.

No contraste posto, o ‘sociólogo da fome’ apostou na agricultura de sustentação e na reforma agrária como saídas possíveis. “O termo ‘agricultura de sustentação’, utilizado por Josué de Castro em diversas passagens de sua obra, refere-se especialmente aos cultivos característicos da policultura que ampliam as possibilidades alimentares de uma região” (SCHAPPO, 2008, p. 3). Além da policultura de alimentos (e não monocultura de *commodities*), esse tipo de agricultura se caracteriza por cultivos em pequena escala, cujas práticas são tidas como sustentáveis, com marcas do trabalho cooperativo e de valores solidários.

Para Schappo (2008), Josué de Castro demonstra a gênese da agricultura de sustentação, atravessada por características indígena, negra e sertaneja<sup>29</sup> e que se conectam com as várias formas de como ela ocorre em diferentes regiões geográficas. Com devidas ponderações de temporalidades, a autora sugere a equivalência atual daquela agricultura com as configurações da agricultura familiar moderna, que preserva, se alimenta e atualiza a cultura camponesa.

A solução para a fome precisa passar, portanto, pela disputa e fortalecimento de outro modelo de agricultura e de produção, que se contraponha estruturalmente ao modelo econômico agrário do capital. Esse modelo contra hegemônico já existe, atravessa o tempo, se atualiza, se dinamiza e se organiza para driblar as armadilhas do capital, pois a ameaça representada pelo latifúndio e o agronegócio, em termos econômicos, sociais, políticos, de apagamento cultural e identitário, com uma exposição generalizada da população à fome e à marginalização social, de forma dialética também significou uma organização política e social ‘do outro lado’.

Uma das saídas apresentadas é a Agroecologia, que surge como um movimento que articula e aglutina diversas experiências contra hegemônicas do e no campo e que se estende para as cidades, com resgate e valorização de práticas e saberes tradicionais antigos, que recoloca o camponês e a camponesa no centro da produção de conhecimento e que, ao pôr em diálogo esses conhecimentos junto das pesquisas científicas de distintas áreas, também está em constante amadurecimento. É importante que se diga, desde já, que ela é muito mais do que apenas produzir alimentos orgânicos, sem o uso de agrotóxicos, sementes transgênicas e mesmo fertilizantes sintéticos – pois apenas isso, como um nicho elitizado de mercado, tem ganhado espaço em grandes fazendas sem alterar qualquer regra do sistema hegemônico.

A pretensão desse capítulo é identificar as contribuições das lutas e movimentos sociais do campo que constroem experiências de agroecologia para a efetivação do direito humano à alimentação adequada, o DHAA. Para tal proposta, se fará uma análise documental, de fonte primária, das cartas políticas finais dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) que aconteceram no Brasil desde o início dos anos 2000, promovidos pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), pois ela congrega diversas redes locais, pesquisadores/as, movimentos e organizações do campo que desenvolvem práticas agroecológicas. Dessa forma, se fará uma análise de conteúdo<sup>30</sup>, com recorte temático e teor qualitativo, a fim de identificar o discurso empregado pelo movimento agroecológico, aqui representado pela ANA, sobre as demandas emergentes postas pela fome.

---

<sup>29</sup> E/ou também cabocla, para dialogar com Maestri (2005) e sua descrição das vias sobre as quais se desenvolve o campesinato brasileiro.

<sup>30</sup> No processo de análise de conteúdo, foi elaborado um quadro analítico constante no Apêndice A.

#### 4.1 JUNTAR E AVANÇAR: A AGROECOLOGIA EM MOVIMENTO

Enquanto o ideário do agronegócio articulado pela Revolução Verde se impunha para a agricultura familiar e camponesa como única condição para a existência de milhares de pequenas propriedades rurais e, em muitas situações, colocando em xeque o modo de vida camponês, os espoliados do campo também criaram estratégias de contraofensiva na defesa de seus territórios, comunidades, culturas e modos de vida, e no resguardo de riquíssimas práticas e saberes tradicionais. Na amplitude de seus valores solidários e éticos, não demonstraram, e não demonstram, uma preocupação egoísta com a sua própria sobrevivência, mas sim com todos e todas que têm suas existências atingidas pela sanha mortífera do grande capital.

A Agroecologia resulta dessa tensão entre as contradições do próprio capitalismo e a processualidade histórica das lutas de resistência camponesa e dos povos tradicionais e originários. Ainda que não fosse assim chamada, pode-se dizer que ela é muito mais antiga, pois se origina do conhecimento e das milenares experiências práticas de cultivos desenvolvidas e acumuladas por esses grupos. De forma sistematizada sobre esse tema, há registros de diversos estudos publicados entre as décadas de 1920-1930 que descrevem e defendem o uso de métodos ecológicos na produção de cultivares agrícolas. Esses estudos dão impulso para o surgimento de experiências com “sistemas agrícolas de base ecológica” em vários países, mas que permaneceram marginalizadas enquanto a Revolução Verde avançava a passos largos em todos os âmbitos das decisões e direcionamentos políticos, econômicos e científicos, forçando a subsunção real da agricultura à indústria, principalmente nos países periféricos (GUHUR e SILVA, 2021, p.62).

Os impactos negativos de tal revolução sobre o meio ambiente e a saúde da população se tornaram explícitos demais para serem abafados. Por conta disso, na década de 1960, se criou um amplo ambiente contestatório, com pesquisas e publicações importantes sobre esses impactos e sobre os sistemas tradicionais de agricultura camponesa e indígena, bem como suscitou diversos movimentos políticos, acadêmicos e camponeses que “intensificaram críticas e retomaram as potencialidades anteriores à Revolução Verde, demarcando um processo tecnológico e de práticas agrícolas que se contrapunha à agricultura industrial, cada vez mais dominante” (GUHUR e SILVA, 2021, p. 62). Embora muitos e distintos (como a agricultura orgânica, a biológica e a permacultura), geralmente esses processos são chamados de ‘agriculturas alternativas’. No Brasil, essa movimentação contestatória ganha força e se organiza nos fins da década de 1970, com o Movimento de Agricultura Alternativa, cujos

protagonistas são grupos de intelectuais, profissionais das ciências agrárias, estudantes e ambientalistas<sup>31</sup>.

Ao desafio de enfrentar a trama imperial da Revolução Verde no Brasil, era necessário capilarizar e descentralizar ao máximo as experimentações sociais práticas de agricultura alternativa nas propriedades e comunidades rurais, com enraizamento da proposta, e com estratégias para que não houvesse isolamento social e (maior) invisibilidade pública. Uma forma para evitar a possível fragmentação e enfraquecimento de um movimento emergente se deu com a criação da Rede Projeto Tecnologias Alternativas (Rede PTA). Inspirada na educação popular, a Rede PTA buscou dar “[...] enfoque metodológico para a construção de conhecimentos sensível às estratégias de reprodução dos meios e modos de vida do campesinato” (PETERSEN e ALMEIDA, 2021, p. 132), com sistematização e intercâmbio de estratégias e experiências, para embasar formações junto de agricultores/as e profissionais que se engajaram ao movimento. Mais adiante, a Rede PTA tomou conhecimento e incorporou a agroecologia como uma referência teórica, o que fez com que as experiências de agricultura alternativa desenvolvidas até então ganhassem maior consistência teórica e metodológica.

De fato, o termo ‘agroecologia’ se tornou popular a partir de 1980, e passou a ser entendido como um conjunto de práticas agrícolas tradicionais e práticas organizativas de camponeses e povos originários, sobretudo latino-americanos. Guhur e Silva (2021) falam que no espaço acadêmico, houve um significativo aumento do interesse no tema e desenvolvimento de pesquisas, quando também se aproximaram outras áreas de conhecimento com suas abordagens. Aglutinaram-se movimentos sociais de resistência à Revolução Verde e a seus efeitos perversos, produção científica (crítica) e iniciativas para se resgatar práticas e saberes tradicionais. Devido a isso, o próprio conceito de agroecologia ampliou suas dimensões filosóficas e bases científicas para além das ciências agrárias.

Pelo tamanho do processo de mobilização, organização, permanência e aglutinação desses atores de diversas áreas de conhecimento e atuação em torno de interesses comuns, se visualiza o desenvolvimento da agroecologia também como um movimento social. O amadurecimento teórico e prático da agroecologia, de fato, ultrapassou os limites acadêmicos e de experiências desarticuladas, se institucionalizou como tal, ganhou corpo, visibilidade, identidade e força política (VALADÃO e MOREIRA, 2021). O movimento agroecológico se dinamiza em uma articulação em rede, onde os movimentos sociais, instituições,

---

<sup>31</sup> O recorte conjuntural histórico no Brasil é o dos últimos anos da Ditadura Militar, quando movimentos sociais voltaram a se organizar e a aparecer na cena pública. No caso, os governos militares também foram grandes propulsores da Revolução Verde, e somaram dívidas públicas exorbitantes a troco do ‘milagre econômico’.

pesquisadores/as, estudantes, organizações locais que o compõem mantêm suas autonomias e demandas específicas, mas formam espaços de diálogos, constroem pontos de convergência, fortalecimento, de contato e de consensos.

De volta ao Brasil, a partir dos anos 2000, foram criadas escolas, centros de formação e institutos de agroecologia, com a oferta de cursos regulares em diferentes níveis de qualificação. Também foi proposto um calendário permanente e organizado de mobilizações, atividades e eventos massivos para impulsionar as articulações agroecológicas estaduais, regionais e nacional. Guhur e Silva (2021) destacam alguns dos principais: o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que resultou na criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, que posteriormente assumiu a realização dos demais encontros); a Jornada de Agroecologia (inicialmente do Paraná, mas que tomou proporção e relevância nacional); o Congresso Brasileiro de Agroecologia, de cunho acadêmico-científico, onde nasceu a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA); a campanha “As sementes são patrimônio da Humanidade” (da Via Campesina Internacional<sup>32</sup>); a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; e a Feira Nacional da Reforma Agrária. Valadão e Moreira (2021) complementam com a memória de que é por essa época que movimentos sociais camponeses mais ‘antigos’ e ‘tradicionais’, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), se somam ao movimento agroecológico e ajudam a construir essa agenda permanente, além de incorporar formalmente a pauta da agroecologia em seus princípios internos, de forma transversal às suas lutas.

A ANA foi a principal deliberação do I ENA, que aconteceu no Rio de Janeiro em 2002. O Encontro se realizou em um momento de culminância do processo agregador e de amadurecimento do movimento agroecológico, e que entendeu ser necessária a existência de um espaço de articulação permanente. Desde que fora criada, no mesmo ano, ela tem construído sua legitimidade como esse espaço organizativo e de confluência do movimento agroecológico brasileiro. Sua autodefinição é de ser

[...] uma rede de redes, movimentos sociais e organizações da sociedade civil constituídas desde as escalas local/territorial até a esfera nacional com o objetivo de polarizar forças sociais orientadas para a transformação das realidades agrária, agrícola e alimentar no Brasil, segundo a perspectiva da agroecologia (PETERSEN e ALMEIDA, 2021, p. 131)

<sup>32</sup> A Via Campesina Internacional é um movimento camponês mundial que congrega 182 organizações, entidades, movimentos sociais do campo, de 81 países espalhados pela África, América, Ásia e Europa. “Se trata de um movimento político, autônomo, plural, multicultural, de justiça social, que luta por paridade e igualdade de gênero e que se mantém independente de qualquer partido político, crença religiosa ou afiliação econômica ou de outro tipo. Representa o campesinato que luta pela terra nas mãos de quem a trabalha, e que produz para alimentar o mundo” (ZANOTTO e FLORES, 2021, p. 477).

Na construção de sentido e intencionalidade de ser uma rede aberta, a ANA se orienta pelos princípios de horizontalidade, sinergia e flexibilidade, congregando com respeito a pluralidade de atores do campo agroecológico. Petersen e Almeida (2021) explicam que os fundamentos políticos-metodológicos que a ANA adota para direcionar suas estratégias e incidências sobre a realidade agrária, agrícola e alimentar podem ser organizados em quatro ideias-força: o antagonismo com o agronegócio; a centralidade das experiências; compreensão de sujeitos coletivos da agroecologia; e ação em redes.

Na organização e operacionalidade da ANA, os encontros nacionais de agroecologia são tidos como principal fórum onde se discutem e se deliberam as estratégias políticas da ANA, com uma consistente análise de conjuntura e identificação das frentes a serem assumidas como respostas aos desafios demandados em cada contexto histórico – o próprio processo preparatório é um momento privilegiado para o amadurecimento dessas reflexões coletivas, bem como para a sistematização de experiências e saberes locais. Essas deliberações também são trabalhadas pela Plenária Nacional, e executadas pelo Núcleo Executivo e pela Secretaria Executiva da ANA. A estrutura organizativa conta ainda com grupos de trabalho (GTs) pontuais ou permanentes e Coletivos, que tratam de assuntos mobilizadores e transversais, como biodiversidade, mulheres, juventudes e Assistência Técnica e Extensão Rural/ATER, agricultura urbana e comunicação. Os autores finalizam ressaltando que essa forma organizativa se orienta pelo princípio de representatividade e não se dá de forma hierarquizada. Enquanto ator político, a coesão interna e a legitimidade externa da ANA são fortalecidas pelo exercício do diálogo permanente, onde a diversidade de representatividade política e institucional do campo agroecológico são tidas como potencialidades a serem somadas.

Esse breve resgate histórico do movimento agroecológico, de forma especial no percurso que tem realizado no Brasil, por suposto que é insuficiente para retratar o quão ricas foram e são as experiências de organizações locais e do próprio processo de amadurecimento pelo qual passaram, bem como o próprio amadurecimento teórico-científico, político e social dos diversos atores e espaços institucionais. É importante frisar as formas de como as partes se conectaram, se sustentaram reciprocamente e avançaram na construção de respostas consistentes, coletivas, programáticas e pragmáticas, ainda que não sejam respostas absolutas e imutáveis. Com organização social, são propostas possíveis de ser dadas aos desafios de cada contexto histórico, na correlação de forças, na materialidade da luta de classes e dos distintos projetos políticos societários em disputa.

## 4.2 OS ENCONTROS NACIONAIS DE AGROECOLOGIA E AS ABORDAGENS PARA EFETIVAR O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Para Caporal (2019), o fato de a Agroecologia se constituir como uma ciência, construída por diversas e distintas áreas de conhecimento, e que prima pelos conhecimentos e experiências tradicionais, possibilita que marcos conceituais, técnicos, metodológicos e estratégicos sejam mais bem desenvolvidos e aplicados na organização de agroecossistemas sustentáveis, no desenvolvimento rural mais humanizado e na própria organização de sistemas agroalimentares mais localizados. A partir disso, há duas considerações importantes em torno da Agroecologia: a primeira, já explicitada, é que ela direciona os seus interesses para a agricultura familiar e camponesa, e defende as lutas por reforma agrária e demarcação de territórios tradicionais. O seu pensamento considera a dimensão agrícola e da terra como lugar de um modo de vida amplo, e não com mera finalidade de produção de matéria prima para o mercado. Por conta disso, a segunda consideração se relaciona à questão da segurança alimentar e nutricional, pois

[...] a adoção do enfoque agroecológico pressupõe que não se trata de produzir alimentos saudáveis para atender a nichos de mercado ou a consumidores que possam pagar mais caro pelos alimentos. Na verdade, uma das metas utópicas que move a Agroecologia, além da busca por mais sustentabilidade socioambiental e econômica, é produzir alimentos saudáveis e acessíveis para toda a população. Isto é, assegurar os verdadeiros direitos de segurança e soberania alimentar ensejados pelos povos (CAPORAL, 2019, p. 265).

A questão alimentar é recorrente na retórica do movimento agroecológico, o que reforça as origens camponesas da agroecologia, pois essa é uma das categorias centrais do discurso, da identidade e dos valores camponeses, em uma preocupação comunitária de que todos seus membros tenham o que comer. Porém, engana-se quem acredita que essa é uma defesa ingênua ou mesmo ‘apaixonada’, desprovida de conteúdo crítico e estratégia política que aponta saídas estruturais para questões que são estruturais, como é a relação do agronegócio, do latifúndio e do colonialismo com a produção de miséria, de fome, da destruição ambiental e de inúmeras outras injustiças socioambientais.

É por essa linha de abordagem, com uma compreensão estrutural e de totalidade, que se fará a análise de conteúdo das cartas políticas produzidas e publicadas em cada um dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), para poder identificar as contribuições que o movimento agroecológico, composto por diversos movimentos sociais, traz/propõe sobre a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Em todos os encontros, houve a

composição de uma comissão organizadora abrangente em representação de entidades, organizações, redes e movimentos sociais que desenvolvem experiências agroecológicas.

Foram esses os Encontros:

- I ENA, 30 de julho a 02 de agosto de 2002 – Rio de Janeiro/RJ; 1.100 participantes; Comissão Organizadora com 21 entidades;
- II ENA, 02 a 06 de junho de 2006 – Recife/PE; 1.730 participantes; Comissão Organizadora com 41 entidades;
- III ENA, 16 a 19 de maio de 2014 – Juazeiro/BA; Lema: “Cuidar da terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro”; 2.100 participantes; Comissão Organizadora com 27 entidades;
- IV ENA, 31 de maio a 03 de junho de 2018 – Belo Horizonte/MG; Lema: Agroecologia e democracia: unindo campo e cidade; 2.000 participantes; Comissão Organizadora com 56 entidades.

A análise se dará em duas perspectivas. A primeira, com um olhar geral para o todo, nos temas comuns e transversais que aparecem nas quatro cartas; a compreensão da estrutura agrária brasileira; as posições políticas adotadas e sustentadas ao longo do tempo; e, a que mais nos interessa por ora, a abordagem assumida para tratar da dimensão de soberania e segurança alimentar e nutricional. A segunda perspectiva, mais suscinta, se volta a pontos específicos de cada carta e que permitem ser compreendidos a partir do contexto e da conjuntura histórica das escritas, as respostas e posicionamentos adotados, as linguagens e dimensões que vão sendo incorporadas no amadurecer e na atualização do movimento, entre outras possíveis.

Basicamente, todas as cartas possuem uma dinâmica comum de abordagem, não necessariamente com ordem pré-determinada: há um diagnóstico da situação e das dimensões por onde a questão agrária se reproduz, se atualiza e se mantém; aparece a defesa da contraposição posta pela agroecologia e representada em seus eixos de atuação, fortalecimento e articulação; e, concomitante, são apresentadas perspectivas estratégicas compreendidas para se resolver a questão agrária e avançar com o projeto de um Brasil agroecológico. Aliás, para que esse projeto avance, todas as cartas reafirmam um pressuposto básico, explicitado já no primeiro ENA: o agronegócio deve desaparecer.

É pelo modelo de dominação que o agronegócio representa hoje, que as elites agrárias e seu *modus operandi* se perpetuam há cinco séculos, e que a questão agrária segue sem ser resolvida. Ele possui um grau de dependência alto e abusivo no uso de agrotóxicos, de fertilizantes sintéticos, de tecnologia estrangeira, de irrigação, de sementes transgênicas, de

ração animal, em um competente círculo vicioso de destruição ambiental, e que atualiza a dinâmica do capitalismo dependente que tanto caracteriza a economia e a formação social brasileira.

Junto do agronegócio, a mineração cada vez mais intensa, e a realização de grandes obras de infraestrutura, como as hidrelétricas, geram uma série de impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos a curto, médio e longo prazo. Seus efeitos resultam em um crescimento exponencial dos casos de violência no campo e de conflitos socioterritoriais, no aumento do empobrecimento e da insegurança alimentar da população, e no risco potencial que representam à saúde pública e coletiva. Sabe-se, portanto, que a disputa pela terra está na base das crises ambiental, energética e alimentar, pois a sua concentração e exploração é um pilar fundamental na sustentação do grande capital.

Em todas as cartas analisadas, se evidencia também a preocupação com a própria questão ambiental e a preservação de recursos naturais, em especial a terra, a água e a biodiversidade (diretamente ameaçada pela introdução e massificação do uso de sementes transgênicas); se denuncia a promoção, a omissão e a conivência estatal na reprodução desse modelo hegemônico violento e autoritário, e em todas as oportunidades, se cobra a dívida histórica que o Estado tem para com a agricultura familiar e camponesa e povos tradicionais.

Pelo registro feito no I ENA, em 2002 e por saber o significado de contrapor estruturalmente o modelo hegemônico de 500 anos, se previa que a transição agroecológica seria longa. Para que ela pudesse acontecer e a agroecologia vir a se concretizar, os ENAs apontaram ser necessário superar a desigualdade de acesso aos recursos naturais, às políticas públicas, ao orçamento público e subsídios, e à representação política, todas sustentadas com controle social, participação dos sujeitos envolvidos e gestão participativa. O primeiro passo para reparação dessa dívida, de pronto, é realizar a demarcação de territórios de povos indígenas, quilombolas e outros tantos, e a Reforma Agrária ampla, popular, pautada pelos movimentos sociais do campo.

A questão de gênero é uma dimensão de transversalidade dentre as pautas onde, muito além de retórica em reconhecer a importância que as mulheres têm na agroecologia, se cobra igualdade de direitos por meio de formas materiais importantes, como a titulação na posse da terra, linhas de crédito específicas, acesso à água, às sementes, e condições rentáveis de comercialização do que produzem e a real participação política e social.

A reparação do Estado deve passar também pela (re)formulação de legislações (ambientais, sanitárias, fundiárias, de sementes, de patenteamento, de recursos genéticos) compatíveis com a realidade social das famílias produtoras, e pela organização de novas formas

de mercado para a comercialização direta da produção agroecológica, entre quem produz e quem consome e a preços justos, na contraposição ao modelo de mercado socialmente excludente representado pelas corporações agroalimentares. Da mesma forma, se reivindica que a compra da produção agroecológica seja a opção principal e prioritária do mercado institucional público, para destinação dos alimentos às políticas de assistência social, saúde, educação, de abastecimento interno, e outras. É um reordenamento político que possibilita que o conjunto da população tenha acesso pleno ao alimento saudável; e, para agricultores e agricultoras, a garantia de se ter um comprador como o Estado (e, por tanto, garantia na geração de renda) significa uma motivação para, entre outras coisas, diversificar a sua produção, resgatar práticas tradicionais e se autoafirmar em sua identidade e cultura.

Outros pontos comuns abordados estão em torno (a) da dimensão de ensino, pesquisa e extensão/Ater, na importância de se reconhecer e valorizar o conhecimento produzido nos territórios e tradições culturais, onde as trocas de saberes e construção de novos conhecimentos se façam de forma horizontal, sendo os camponeses e camponesas os principais sujeitos e interessados na produção e apropriação dos saberes, técnicas e tecnologias desenvolvidas a partir de suas realidades. Ainda, (b) as plantas medicinais e o saber em torno delas são explicitamente defendidas, junto da (c) proteção das sementes crioulas, plantas e animais. Internamente e como forma de próprio fortalecimento, (d) o movimento agroecológico reafirma a importância de se articular em redes, e ressalta o papel fundamental que a Articulação Nacional de Agroecologia tem em ser a ‘grande rede’ que congrega as demais.

De forma específica sobre o lugar que a dimensão da segurança alimentar e nutricional ocupa no movimento agroecológico, e que transparece de forma muito mais elaborada a partir do II ENA: ela não está em um campo discursivo retórico; mas sim colocada como uma estratégia central mobilizadora de iniciativas e convergente de intencionalidades e interesses. Significa dizer que o movimento não faz uso proselitista de uma demanda latente para atender aos seus próprios interesses e demandas. Há uma compreensão de que, por exemplo, a terra disputada deve ser um lugar de promoção de vida e de produção alimentos saudáveis para toda a população; e que compete ao Estado a responsabilidade de criar e garantir mecanismos para que quem realmente produz alimento possa produzir e se autorreproduzir; e que a população como um todo possa acessar e consumir esses alimentos adequadamente, inclusive com programas de reeducação alimentar se for preciso.

Pensemos de forma pragmática: é dever do Estado garantir que o seu povo se alimente de forma satisfatória. Logo, se o agronegócio não produz alimento, mas a agricultura familiar e camponesa sim e é para com ela que o Estado tem uma dívida social histórica, não é muito

difícil deduzir para onde os esforços e recursos públicos deveriam ser direcionados. É por isso que colocar a questão da segurança alimentar e nutricional como uma chave central para o desenvolvimento da agroecologia e para a garantia de que a população tenha acesso a alimentos saudáveis em quantidade e qualidade suficientes, com respeito às culturas, às culinárias locais e hábitos alimentares, é uma posição politicamente consciente, crítica e muito estratégica. O Estado cumpre seu dever mínimo, a agroecologia avança, e a população se alimenta.

Por trás de cada uma dessas perspectivas, existe um conjunto de ações que se colocam em movimento e que desencadeiam processos consistentes de transformação das condições de vida local e global de todos os sujeitos envolvidos. Essas ações projetam no horizonte a superação do agronegócio e do modo de produção capitalista colonial. Significa que centrar esforços para fortalecer esses processos e cadeia produtiva não é investir em algo inofensivo: é investir na ruptura e na corrosão de bases e de pilares que sustentam o modo de produção capitalista, até que ele caia todo. Tal qual cupim em madeira.

Por isso também que é importante para o movimento agroecológico aproximar-se e construir alianças amplas com toda a sociedade, com o espaço urbano, e junto de outros tantos movimentos sociais, sindicais, de trabalhadores/as que não estejam, necessariamente, vinculados à luta do campo, bem como apontar a importância das práticas de agricultura urbana e que essas também devem ser compreendidas no alcance das políticas públicas. Essa é uma preocupação que se tornou evidente de forma progressiva nas cartas, especialmente na do III ENA, quando essa registra que a pergunta que orientou todo o processo preparatório e os dias do encontro foi sobre o por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia.

Em relação aos contextos históricos em que os encontros aconteceram, é interessante ressaltar como as cartas também refletem o que foi o ciclo dos governos progressistas na América Latina e, no caso, o brasileiro. O I ENA aconteceu às vésperas da eleição que elegeu o presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, pela primeira vez. Sua carta, direcionada à sociedade, mas também a todas as candidaturas postas, traz elementos da expectativa que rondava o cenário político progressista do país, e parte significativa de sua abordagem se dedica em fazer um diagnóstico da realidade agrária e da questão ambiental; enquanto lançava luzes sobre caminhos necessários de serem percorridos para a transição agroecológica e de modelos agrários, a construção de mercados alternativos, a destinação de recursos públicos para que as famílias camponesas pudessem ampliar e diversificar a produção, melhorar suas condições de vida, e atender procura crescente por alimentos agroecológicos. Aqui, o desenvolvimento rural sustentável é colocado como estratégia para implantação de um projeto global transformador, e é a partir dele que se demanda ações do Estado.

Já no II ENA, quatro anos após o primeiro e novamente às vésperas de período eleitoral, o que reelegeu Lula, é que a soberania e segurança alimentar e nutricional é assumida como essa chave estratégica que articula um leque amplo de iniciativas, e que já foi problematizada. A carta se dedica a pontuar mais sobre a SSAN, sobre os importantes avanços, porém limitados, que se teve em matéria de políticas públicas, bem como se ampliou a articulação agroecológica pelo país, reafirmando ser um campo de disputa posto na sociedade e que contraria os privilégios da elite econômica amparada pelo Estado. Mantém uma postura firme em denunciar o amplo apoio estatal dado ao agronegócio e os impactos sociais, ambientais e culturais resultantes do avanço de grandes projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Se antes havia muitas expectativas sobre mudanças, aqui já se transparecem as constatações de que, estrutura e contraditoriamente, o governo dito popular não havia rompido com a velha política e o sistema de exploração, muito embora pautas e políticas sociais importantíssimas tenham avançado de forma significativa. Algumas novas discussões foram incorporadas, como a de democratização dos meios de comunicação e, após a liberação do uso de sementes transgênicas, se passa a exigir a demarcação de zonas livres de transgênicos, como forma de proteção de territórios e biodiversidade.

Oito anos após, em 2014, a carta política do III ENA foi a mais densa em termos de conteúdo e diagnóstico sobre a questão agrária e a perspectiva do movimento agroecológico. O interesse pela agroecologia em todos os níveis da sociedade havia crescido de forma considerável, enquanto o Estado sob governos progressistas, embora ampliado investimentos e políticas públicas de relevância, não havia avançado em se resolver a questão agrária, bem pelo contrário. Os conflitos socioterritoriais e socioambientais haviam crescido, e as grandes obras do PAC2 seguiam sendo respostas aos interesses do capital e reforçavam as alianças entre essas partes.

Dois anos após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, e alguns meses antes da eleição de Jair Bolsonaro, a carta política do IV ENA, de 2018, mantém a denúncia firme e contundente do autoritarismo do latifúndio, dos monocultivos, da mineração, das obras hidrelétricas, e todos os projetos do grande capital, impulsionados pelo Estado e pelo poder político que impulsionou o golpe, bem como denuncia o recrudescimento da violência no campo, os ataques e desmontes sistemáticos contra direitos e políticas públicas conquistadas desde a Constituição Federal de 1988, um desmonte neoliberal contra o Estado Democrático de Direito e contra todas as diversidades, pluralidades e expressões democráticas.

Porém, o teor da carta está colocado na intenção de celebrar as lutas e as conquistas, e renovar a esperança, com um balanço com um tom muito mais otimista sobre o quanto o

movimento agroecológico conquistou em suas pautas e demandas para si e para toda a sociedade. Nisso, houve um impulso importante dado por políticas públicas inéditas na história brasileira, como o PAA e o PNAE, mas também a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e que, mesmo com diversos limites, provocaram avanços consideráveis e incontestáveis, exemplificada no fato de o Brasil ter saído do Mapa da Fome, da ONU (naquele momento, o país ainda não havia retornado). O processo de preparação para o encontro atualizou a identidade do movimento (que resulta também em maior coesão interna) em relação a valores, princípios e práticas que convergem em uma mesma direção: Democracia e Bem Viver, dois conceitos postos em evidência, e que estavam em maior emergência no momento. Outros lemas incorporados pelo encontro foram os de que ‘sem feminismo não há agroecologia’; ‘se tem racismo não há agroecologia’; e de que ‘com LGBTfobia não há agroecologia’. A dimensão da comunicação ganha um espaço de maior relevância, junto da agricultura urbana e a de juventude. Foi um encontro com marcos importantíssimos, pelo momento histórico em que acontece, e pelos novos posicionamentos políticos que assume. É como quem diz que ‘daqui para frente, nada será como antes’.

#### 4.3 SOBERANIA ALIMENTAR, AGROECOLOGIA E A RECONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO: COMER E COMER BEM É DIREITO DOS POVOS!

O projeto agroecológico não se encerra no momento que a sua ‘mercadoria’ se ‘realiza’, como se a venda fosse algum limite em sua competência e, a partir dele, a responsabilidade passasse a ser de outros movimentos sociais. Tanto é que todas as cartas pontuam a preocupação com o grande mercado das corporações agroalimentares, e se debruçam em pensar e propor mercados alternativos para comercializar de forma justa o que se produz. Há um posicionamento contundente de repúdio ao preço dos alimentos estabelecido pelas corporações do agronegócio nas negociações de *commodities*; e sobre os preços inacessíveis à classe trabalhadora que a lei de oferta e procura estabelece aos produtos orgânicos no mercado convencional. Inclusive, a carta do I ENA falou abertamente de que a produção familiar agroecológica não se destina a um nicho de consumidores ricos.

Até aqui, muito se fez referência à ‘soberania alimentar’ sem aprofundar o que é que isso significa. Da mesma forma, muito se falou sobre o direito à alimentação, e pouco se tratou do significado social, político, histórico e mesmo antropológico do ato de comer. É nesse sentido que a compreensão sobre o DHAA precisa dar um salto qualitativo, e captar uma série

de dimensões relacionadas à cultura, às subjetividades, à construção de identidades, e a reconstrução de imaginários.

Esse salto qualitativo torna a discussão sobre segurança alimentar e nutricional mais complexa, e aponta alguns de seus limites conceituais e, por consequência, práticos. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) diz que

“A segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, econômico e social à alimentação suficiente, segura e nutritiva para atender às suas necessidades nutricionais e preferências de alimentos para uma vida ativa e saudável. A dimensão nutricional é parte integral do conceito de segurança alimentar e do trabalho do Comitê.” (FAO, 2012, *apud* VALENTE, 2019, p. 144).

A partir dessa distinção, o autor compreende que os interesses políticos e econômicos da própria FAO ficam um tanto velados, principalmente após a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994. No fundo, são os interesses da OMC que determinam as ‘regras do jogo’, a dinâmica de distribuição de alimentos no mundo, e que estabelecem limites na garantia do DHAA para as populações.

Frente a esses limites estabelecidos e ditados pelo Mercado, ganha força a mobilização vinda de pessoas, comunidades e movimentos sociais populares que lutam pela alimentação, pela preservação de seus modos de vida e pela sua dignidade. Segundo Valente (2019), é nessa linha de reflexão que soberania alimentar que assume um espaço importante, com uma condição de constante aperfeiçoamento devido às alianças amplas e por compor com diferentes e novos atores sociais. Esse conceito envolve uma série de dimensões das relações humanas, políticas, culturais, econômicas, sociais, de gênero, intergeracionais, para com a natureza, que vão muito mais além da questão alimentar em si.

A amplitude dada ao incluir a perspectiva de soberania alimentar implica, de fato, tratar com muito mais profundidade a complexidade envolvida no todo do sistema alimentar. O termo foi articulado pela Via Campesina Internacional, em 1996, por ocasião da Cúpula Mundial da Alimentação, convocada pela FAO e que se realizou em Roma, e foi uma forma de problematizar a insuficiência do conceito de segurança alimentar e dos interesses neoliberais em controlar as estratégias de enfrentamento à fome mundial. A compreensão da Via é que ‘segurança alimentar’ se refere mais a um princípio que orienta políticas públicas no combate à fome e à pobreza, de fato, mas que é delineado dentro do campo de controle de organizações multilaterais e de empresas alimentícias, que executam suas políticas comerciais sob o discurso – falacioso – de alimentar a população (ESCOBAR, 2021).

Nos anos seguintes, a perspectiva da soberania alimentar foi debatida entre várias organizações, dentro e fora da Via, a partir das variadas realidades e condições políticas e de vida. Isso fez com que outros elementos, compreensões e alcances fossem somados ao conceito, já incorporado no léxico dos movimentos sociais. A definição mais atual é de 2007, presente na Declaração de Nyéléni, documento final do Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, realizado em Mali, promovido pela Via Campesina. Consta que

A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por meio de métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, e não nas demandas dos mercados e corporações. [...] promove um comércio transparente que garante renda justa a todos os povos e o direito dos consumidores de controlar sua alimentação e nutrição. Garante que os direitos de uso e manejo de nossas terras, territórios, águas, sementes, gado e biodiversidade estejam nas mãos daqueles de nós que produzimos alimentos. A soberania alimentar implica novas relações sociais livres de opressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais e gerações (LA VÍA CAMPESINA, 2007, *online*).

Escobar (2021) propõe que a abordagem de soberania inclua a ‘autonomia’, pois é uma dimensão proposta por alguns movimentos agrários que a compreendem ser uma etapa anterior, e mesmo uma condição. Juntas, a soberania e autonomia alimentares defendem três princípios de afirmação da vida: (a) bens comuns, por reconhecer a condição coletiva e inalienável de sementes, terra, água, conhecimento e biodiversidade, e quaisquer outros elementos que dão sustentação material, simbólica e espiritual aos povos em seus territórios; (b) na diversidade em todas as suas manifestações, seja agrícola, biológica e cultural, intrínsecas e interdependentes, e contra a homogeneização imposta pelos sistemas agroalimentares; e a (c) solidariedade entre quem produz e quem consome, na geração de renda justa e no direito autônomo de escolher o próprio alimento, e solidariedade intergeracional, para com as gerações vindouras, no sentido de que possam vir a se sustentar e se manter em seus territórios.

Em relação ao direito à alimentação, que deveria passar, portanto, ao direito de escolha sobre quais alimentos se deseja acessar para nutrir-se, é que advém a importância de reconstruir um imaginário social acerca do ato de comer, mas não só: comer bem também é direito, e há de se desconstruir a ideia colonizadora de alimento bom, saudável, agroecológico, é apenas para quem pode pagar por ele. Comida e comida boa devem ser tratadas como direito, e não como mercadoria dentro da lógica reprodutora do modo de produção capitalista.

Essa percepção considera que comer e nutrir-se vai além de um instinto movido pela sensação de fome, para satisfação de necessidades biológicas e nutricionais. As refeições são

socialmente produzidas desde a semeadura, nas diversas formas de organizar o sistema de trabalho, à colheita das variedades alimentares, até o momento do preparo e da partilha. “Ao nos alimentarmos, uns aos outros, e a nossas famílias, amigos e estranhos [...], nós nos reconstruímos enquanto seres humanos em nossas dimensões orgânica, intelectual, psicológica, cultural e espiritual” (VALENTE, 2019, p. 140).

O ato de ‘comer’ é, em si, um ato político que denuncia a crueldade capitalista que nos desumaniza pela fome, pobreza, racismo, machismo, apagamento cultural e identitário, e rompimento dos tecidos comunitários. Reaprender a comer, como direito, não é o fim da discussão feita até aqui. Ele pode ser apenas o começo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“E basta um pedaço de terra  
para a semente ser pão,  
Enquanto a fome faz guerra,  
a paz espera no chão”  
(DARDE e LEDESMA, 1991)

A história e constituição da Questão Agrária deve ser entendida como o “[...] conflito em torno da extensão plena da cidadania – política e social – aos homens e mulheres que trabalham no campo”, e que surge como um processo longo pela

[...] busca de mais igualdade e liberdade. Num país dominado pelo latifúndio, com um profundo desprezo votado por suas elites aos homens humildes, tal busca será necessariamente difícil e, muitas vezes, violenta. [...] a construção do Brasil como nação democrática e republicana, com a superação de uma imensa dívida social, deverá passar pela mudança do sistema de propriedade da terra (LINHARES e SILVA, 2021, p. 32).

Em outras palavras, é endossar o que o movimento agroecológico explicita desde o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia, de que o agronegócio deve desaparecer. Ao considerar que a formação agrária brasileira tem como marcas a expulsão de povos originários de seus territórios, a superexploração e sujeição ao trabalho escravo pelo escravismo colonial, a concentração de terra, a produção de monocultivos voltados para a exportação, o apagamento de identidades e culturas, é de se considerar que essas marcas se atualizam e se ressignificam no tempo, pois são marcas incorporadas na sociedade brasileira. O Brasil como ‘Estado-nação’ se funda sobre a violência dos açoites, do sangue, suor, gritos de dor, abandono, destruição e exploração da terra, da água e das matas, na repulsa ao pobre, preto, indígena, mulher e a todo o universo simbólico que os representa. As elites que aqui se constituíram são sociopáticas, pelo termo de Fernandes (2005), ou do atraso, no dizer de Souza (2017); e não se pode esperar que a superação das desigualdades sociais, das expressões da questão social tão latentes em um país da periferia global, seja possível enquanto essas elites existirem.

O uso do termo ‘agrário’ para se referir a uma questão que poderia ser apenas fundiária ou territorial, remete à associação entre terra e trabalho, que implica a existência de organização e exploração desse trabalho a partir e paralelo ao acesso e uso da terra. É o resultado dessa relação que se situa a explicação para o problema da injustiça social e da pobreza na América Latina. Dessa forma,

Devemos ter em mente que a estrutura fundiária de um país espelha claramente a estrutura social deste país; a divisão da terra é a expressão física das divisões sociais existentes em uma sociedade. Se a riqueza é concentrada e as diferenças sociais são abismais, a estrutura fundiária será necessariamente concentrada, refletindo a exclusão da maioria do usufruto das riquezas produzidas (LINHARES e SILVA, 2021, p. 88)

A fome é uma das expressões da questão agrária não resolvida de nosso país. Como vimos pelos números apresentados no relatório da Rede PENSSAN de 2022, mais da metade da população brasileira se encontra em algum nível de insegurança alimentar (IA) e, dessas, mais de 33 milhões estão em IA grave, o que torna o Brasil uma “área de fome”, na expressão de Castro (2006, p. 35). Apesar do país ser um dos maiores produtores de cereais e de carne do mundo, muito pouco do que é produzido nas grandes fazendas do agronegócio circula no mercado interno. A variedade de alimentos que chega à mesa da classe trabalhadora brasileira advém da agricultura familiar – essa que, em maioria, necessita recorrer (por ser induzida, condicionada ou iludida) aos pacotes tecnológicos do agronegócio para se inserir em alguma lógica possível de mercado e ter alguma fonte de renda.

Do ‘outro lado’, no processo histórico da constituição camponesa no país, podem ser identificados traços culturais herdados das experiências de agricultura indígena, negra, quilombola, cabocla e da imigração europeia, rearranjadas em seus contatos e trocas de saberes. Cada uma dessas experiências abordadas por Maestri (2005) possui suas peculiaridades, mas são vias que caracterizam esse campesinato brasileiro de uma forma geral. De forma geral, dos pequenos roçados e técnicas de manejo, a diversidade de cultivares, a relação pessoal e de identificação com o que se produz e se compartilha com outras famílias, a forma como se estabelece a comercialização do excedente, a partir também dos interesses difusos em seu autopreservar como grupo familiar e comunidade, e da produção cultural de um modo de vida a ser preservado.

A discussão sobre o campesinato enquanto categoria teórica é muito densa e muito rica de ser feita, dada a amplitude que toma. De forma geral, as teorias mais ‘clássicas’ não o concebem necessariamente como uma classe dita revolucionária, uma ‘classe para si’, e problematizam a centralidade que ocupa a base familiar e a relação com a propriedade, muito embora também reconheçam o valor de seu universo cultural, social e simbólico. Nas divagações permitidas em termos de ‘considerações finais’ e que por suposto carecem de análises mais profundas, é interessante tomar nota da constituição camponesa a partir teorias e confrontar com os desdobramentos históricos para estabelecer conexões.

Na processualidade histórica e dialética, é dessas experiências camponesas que surge um movimento social que propõe um modelo agrário contra hegemônico, com a envergadura teórica, prática e mobilizadora como é o movimento agroecológico. Além de demonstrar sua teimosia histórica e vivacidade, também demonstra amadurecimento social, político e estratégico para alianças e articulação, dinamicidade e atualização temporal, que compreende a necessidade de se organizar a partir da leitura de cenário, correlação de forças e projetos antagônicos que estão em disputa.

Um dos exemplos desse amadurecimento interno é exatamente o de assumir a questão da segurança alimentar e nutricional, com o acréscimo da soberania alimentar, como uma chave estratégica que transversaliza a sua luta e articulação política. É a partir dessa estratégia que se demanda com mais força ao Estado para que ele cumpra com o que lhe é de competência para garantir à população o direito à alimentação adequada; que se sensibiliza a sociedade sobre os interesses econômicos que estão colocados em jogo na construção do mercado agroalimentar hegemônico, e por que a agroecologia também é de interesse público; e que se mobiliza e organiza as famílias agricultoras e camponesas a diversificar a sua produção, a resgatar saberes e identidade cultural. Em nenhum momento se exime em de pôr em evidência que o agronegócio não produz alimento e sim *commodity* para exportação, de que o uso intensivo de agrotóxicos é extremamente lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, de que a concentração de terra é uma das razões principais para a intensa desigualdade social e generalizada pobreza no campo e na cidade; e de que é para esse modelo de produção agrícola que o Estado se faz grande ao destinar a maior parte dos recursos públicos e aparato estatal de proteção.

A pesquisa bibliográfica e documental de fonte primária, com a análise de conteúdo das cartas políticas finais dos quatro Encontros Nacionais de Agroecologia, permitiu que fosse alcançado o objetivo geral proposto para esse trabalho, que era o de compreender de que forma a agroecologia contribui para a efetivação do DHAA no contexto atual de agravamento da pobreza e da fome. Além disso, a análise feita na proposta metodológica trouxe possibilidades e perspectivas analíticas muito variadas, como é uma análise de discurso a partir das ciências sociais, a partir de elementos que constituem identidade social, coesão, identificação, mobilização em torno de um propósito comum. Vale lembrar que é também por isso que a agroecologia é considerada uma área de produção científica, de ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas de conhecimento.

Outro aspecto que corrobora na apreensão do objetivo geral e que pode ser observado na análise, é que a agroecologia, de fato, possui um conjunto de valores éticos que parte não só da compreensão sobre a necessidade de uma convivência equilibrada e sadia entre seres

humanos e o meio ambiente, mas que também pauta a necessidade de se construir outras relações humanas, de gênero, geracional, étnica e racial, orientados pela justiça socioambiental e que são incompatíveis com qualquer forma de violência e opressão. Ainda, reconhece, valoriza e preserva os territórios e saberes tradicionais; e compreende que para todo esse bem viver e bem conviver, é necessário o acesso democrático à terra e à comida pelos povos do campo, das florestas e das cidades.

Está mais do que na hora de romper com a tragédia de equívocos que marca a história latino-americana, da qual fala Quijano (2005). E aqui, nesse sentido, a agroecologia também se torna uma chave estratégica que ajuda a forçar uma ruptura sistêmica para acabar com a fome (e as teorias neomalthusianas ao representar e se conectar às ideias de Josué de Castro), com a exploração de seres humanos e dos bens comuns naturais, com a concentração de terras, com o capitalismo, com a exclusão histórica dos e das ‘de baixo’, com a colonialidade do ser, do saber e do poder. Mas não só: ela ajuda a reconstruir um imaginário social que passa pelos coloridos naturais, cheiros, texturas, cantos, cultura popular, por paisagens nada lineares e monotemáticas. É a poética da linguagem, da partilha do tempo e do que é produzido, da boniteza do simples, do olhar coletivo que se lança para horizontes de outras sociabilidades possíveis. São as sensibilidades para e sobre o que, quem, como aborda, olha e acolhe; é o processo de construção e valorização de conhecimentos, da pluralidade, e, portanto, se torna dialógica, pedagógica, alfabetizadora.

Talvez soe exagero propor que haja uma potência transgressora em construção no projeto que a agroecologia ajuda a compor, mas com certeza as saídas sistêmicas apontadas por essas experiências de resistência e organização se costumam sob (e sobre) as fendas abertas pelo açoite e pelo machado de quem destroçou corpos para se tornar o gigante que acredita ser, sob (e sobre) as brechas das contradições do modo de produção capitalista e dos seus algozes na luta histórica. Para gestar esse movimento transgressor, é necessário nos sentarmos à mesa para comer juntas, juntos e juntas muitas vezes; nos reconhecer pelo alimento, pela culinária e comensalidade, e pela reconstrução de vínculos de solidariedade, de pertencimento e de afeto.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver** – uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **I ENA** – Um Encontro Nacional para articular iniciativas agroecológicas. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<https://enagroecologia.org.br/i-ena/#Documentos>>. Acesso em: 20 de jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **II ENA mostra a grandeza da agroecologia no Brasil**. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<https://enagroecologia.org.br/ii-ena/#Documentos>>. Acesso em: 20 de jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **IV ENA na defesa da democracia**. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<https://enagroecologia.org.br/iv-ena/#Documentos>>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **O que é a ANA**. 12 de julho de 2021. Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 21 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?** Articulação Nacional de Agroecologia. Disponível em: <<https://enagroecologia.org.br/iii-ena/#Documentos>>. Acesso em: 20 de jul. 2022.

BELANDI, Caio. **Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012**. 10 de junho de 2022. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20mensal%20domiciliar,hoje%20\(10\)%20pelo%20IBGE.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20mensal%20domiciliar,hoje%20(10)%20pelo%20IBGE.)>. Acesso em: 15 de nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 26 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 591**, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm)>. Acesso em 07 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 399**, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm)>. Acesso em 29 de set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)>. Acesso em 08 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Safra 2021/2022**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/plano-agricola-pecuario/plano-safra-2021-2022.pdf>>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. **Brasil fecha setembro com superávit de US\$ 3,99 bilhões na balança comercial**. 03 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/outubro/brasil-fecha-setembro-com-superavit-de-us-3-99-bilhoes-na-balanca-comercial>>. Acesso em 12 de nov. 2022.

BRECHT, Bertold. O pão do povo. *In*: BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. São Paulo: Editora 34, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: redesenhando sistemas agroalimentares mais sustentáveis. *In*: LIMA, Marcos Costa. OLIVEIRA, Eduardo Matos (org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva**. Recife: Fasa, 2019. p. 241-269.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 6 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população**. 1º v., 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população**. 2º v., 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

CAMPANHA PERMANENTE Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. **Dados sobre agrotóxicos**. Disponível em: <<https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/dados-sobre-agrototoxicos/>>. Acesso em: 15 de nov. 2022.

COSTA, Mariana. **Não culpe a pandemia e a guerra pela inflação dos alimentos no Brasil**. 14 de maio de 2022. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/14/nao-culpe-a-pandemia-e-a-guerra-pela-inflacao-dos-alimentos-no-brasil>>. Acesso em: 13 de nov. 2022.

CRUZ, Eliana Alves. **‘O caso Janaína me lembrou que o Brasil já fez esterilização em massa – com apoio dos EUA’**. 18 de julho de 2018. The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/07/18/laqueaduras-esterilizacao-forcada-mulheres/>>. Acesso em 09 de nov. 2022.

DARDE, Vaine. LEDESMA, Dante Ramon. **A vitória do trigo**. Festival Acordes Cataratas. Foz do Iguaçu: 1991.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Custo da cesta básica aumenta em 12 capitais** – Nota à imprensa. São Paulo, 07 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202210cestabasica.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. 2022.

DOMENICO, Deivid. *Et.al*, **Histórias para ninar gente grande**. Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: 2019

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 24-32. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em 23 de jul. 2022.

ESCOBAR, Laura Gutiérrez. Soberania e autonomia alimentares. *In*: KOTHARI, Ashish. *Et al.* (orgs.). **Pluriverso** – um dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021. p. 515-519.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás. QUEDA, Oriowaldo (orgs.). **Vida rural e mudança social** (leituras básicas de sociologia rural). São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1972, p. 131-150.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6 ed., São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GRIGORI, Pedro. **Afinal, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo?** 27 de junho de 2019. Agência Pública/Repórter Brasil, ABRASCO. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniaofinal-o-brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxico-do-mundo/41450/>>. Acesso em: 15 de nov. 2022.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio – 1963. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil 1** – o debate tradicional: 1500-1960. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 35-77.

GUHUR, Dominique. SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa. *Et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 59-73.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa. *In*: WELCH, Clifford A; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B; WANDERLEY, M. N. et al. (Orgs.). **Camponeses Brasileiros**. Leituras e Interpretações Clássicas. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017** – resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivo\\_s.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivo_s.pdf)>. Acesso em: 11 de out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**. VII Recenseamento geral do Brasil. Série Nacional. v. II. Disponível em: <

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca\\_1960\\_v2\\_p2\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_p2_br.pdf)>. Acesso em: 11 de out. 2022.

LA VÍA CAMPESINA. **Declaração de Nyéléni**. Selingue, Mali. 27 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/declaration-of-nyi/>>. Acesso em 26 de nov. 2022.

LEVY, Renata Bertazzi. *Et al.* Evolução dos padrões alimentares na população brasileira e implicações do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde e no meio ambiente. *In:* CAMPELO, Tereza. BORTOLETTO, Ana Paula (orgs.). **Da fome a fome – diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Elefante, 2022. p. 107-121.

LINHARES, Maria Yedda. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. *In:* STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil 2 – o debate na esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 217-275.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência, 1973. *In:* TRASPADINI, Roberta Sperandio. STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 137-180.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTOS, Enlison H. C. INNOCENTINNI, Thais. BENELLI, Yuri. **Capitanias hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições**. Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE), Rio de Janeiro, v. 42, n. 03, p. 433-471, dez. 2012. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3333/5/PPE\\_v42\\_n03\\_Capitanias.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3333/5/PPE_v42_n03_Capitanias.pdf)>. Acesso em: 24 de set. 2022.

MITIDIERO JR, Marco Antonio. GOLDFARB, Yamila. **O Agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil; Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021.

NUNES, Sued. **Povoada**. Sapeaçu, 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 07 de nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <[https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/pacto\\_internacional.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/pacto_internacional.pdf)>. Acesso em: 07 de nov. 2022.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PETERSEN, Paulo. ALMEIDA, Silvio Gomes. Articulação Nacional de Agroecologia. *In:* DIAS, Alexandre Pessoa. *Et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo:

Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 131-140.

PORTAL G1 SC. '**Osso é vendido, e não dado**': placa é retirada de açougue após fiscalização em SC. 08 de outubro de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/08/placa-de-acougue-de-sc-sobre-venda-de-osso-e-retirada-apos-fiscalizacao.ghtml>>. Acesso em 15 de nov. 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Colección Sur Sur. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod\\_resource/content/1/colonialidade\\_do\\_saber\\_eurocentrismo\\_ciencias\\_sociais.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf)>. Acesso em 23 de jul. 2022.

REDE BRASILEIRA de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar/PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil – II VIGISAN: Relatório Final.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em 07 de nov. 2022.

RESIDENTE. *Hijos del cañaverol.* *In*: Residente, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHAPPO, Sirlândia. **Josué de Castro por uma agricultura de sustentação.** Tese de Doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil – 1962. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil 1 – o debate tradicional: 1500-1960.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 111-125.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STÉDILE, João Pedro. Introdução. *In*: STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil – O debate tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, v. 1, ed. 2. 2011. p. 15-31.

TRINDADE, Solano. **Tem gente com fome.** Rio de Janeiro: 1944.

VALADÃO, Adriano da Costa. MOREIRA, Silvana dos Santos. Movimento agroecológico. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa. *Et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 508-512.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Rumo à Realização Plena do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. *In*: LIMA, Marcos Costa. OLIVEIRA, Eduardo Matos (org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva**. Recife: Fasa, 2019. p. 129-167.

VIEIRA JR. Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, n. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7394439.pdf>>. Acesso em 02 de nov. 2022.

ZANOTTO, Rita. FLORES, Viviana Rojas. La Via Campesina. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa. *Et al.* (orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 477-482.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa** – geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

**APÊNDICE A – Quadro-analítico utilizado para a sistematização e análise das cartas políticas dos Encontros Nacionais de Agroecologia**

Encontro, data e local, tema/lema, público	Questão Agrária e modelos agrários (latifúndio, agronegócio x agricultura familiar)	Referências à segurança alimentar e nutricional	Relação agroecológica	“Outras” e comentários de observação
<p>I ENA, 30 de julho a 02 de agosto de 2002 – Rio de Janeiro/RJ</p> <p>1.100 participantes</p>	<p>- O agronegócio (padrão hegemônico de apropriação da terra baseado no latifúndio, na monocultura, e na grande empresa rural) deve desaparecer;</p> <p>- Papel do Estado em promover a transição e o desenvolvimento rural sustentável, baseado na produção familiar e agroecológica (não executar políticas de ‘cima para baixo’, mas sim em diálogo com as organizações representativas dos/das agricultores/as familiares)</p> <p>- <b>Sociedade está valorizando mais a produção de origem familiar</b></p> <p>- <b>Importância da organização social e política de produtores/as familiares</b> para promover o desenvolvimento rural e formular políticas que os favoreçam;</p> <p>- Reconhecimento <b>que a transição de modelos agrários pode ser longa</b>, e que depende do dinamismo dos movimentos sociais e das políticas públicas a serem adotadas → <b>urgência do resgate da dívida social do Estado para com a produção familiar</b>: políticas habitacionais, de acesso à água potável, de saneamento básico, eletrificação, de educação,</p>	<p>- Sociedade tem percebido e valorizado o consumo de alimentos agroecológicos (sensibilização);</p> <p>- A produção familiar agroecológica <b>não se destina a um nicho de consumidores ricos</b> → com <b>políticas públicas adequadas, se alimenta toda a população brasileira</b> e até produzir excedentes para exportação;</p> <p>- <b>Necessidade de crédito para a produção agroecológica</b> de produtos de qualidade para o mercado, mas <b>sobretudo para a garantia de segurança e soberania alimentar</b> da população;</p>	<p>- Geração e apropriação social do conhecimento agroecológico:</p> <p>- Saber científico deve ‘incorporar’ o saber tradicionais e inovações das famílias produtoras;</p> <p>- Pesquisa e extensão integradas localmente, onde produtores/as também são pesquisadores/as e extensionistas, também com apoio financeiro;</p> <p>- Pesquisa, extensão e ensino público voltados ao mundo rural devem ser voltadas exclusivamente para a agroecologia e o fortalecimento da produção familiar;</p> <p>- Educação universal e democrática para produtores/as, contextualizada, com sentido e métodos adaptados às diversidades culturais e ambientais;</p> <p>- Formação de profissionais comprometidos com a pauta agroecológica</p> <p>- Para acesso a mercados, necessidade de adaptação da legislação que regula a qualidade de produtos <i>in natura</i> e beneficiados/industrializados aos sistemas de produção familiar (resguardando as condições sanitárias essenciais);</p>	<p>- Explícita preocupação com a questão ambiental (preservação do meio ambiente) e de saúde</p> <p>- Igualdade de gênero é essencial</p> <p>- Denúncia aos projetos de mineração, hidrelétricas, hidrovias e outros grandes projetos que geram violência, matam e expulsam trabalhadores/as, desestruturam comunidades e destroem a natureza;</p> <p>- Manifestação contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas);</p> <p>- Na dinâmica do mercado, ainda que se contraponha a ele, opera a lei da oferta e procura: a baixa oferta de produtos agroecológicos e a crescente procura por eles, faz com seus preços sejam mais altos → demanda por certificação de qualidade, não monopolizada, adequada e justa a quem produz e a quem consome (<i>retoma a questão da demanda de políticas públicas que incentivem a transição e a produção agroecológica</i>)</p>

	<p>comunicação, transporte, saúde e lazer para todas as famílias rurais;</p> <p>- Para a transição agroecológica ocorrer, é necessário <b>superar a desigualdade do acesso aos recursos naturais</b></p> <p>→ <b>Terra</b>: reestruturação fundiária, reivindicação por Reforma Agrária, reconhecimento e demarcação de territórios indígenas e comunidades tradicionais (e de unidades de conservação);</p> <p>→ <b>Água</b>: políticas públicas que viabilizem o acesso democrático aos recursos hídricos</p> <p>→ <b>Recursos genéticos</b>: o pacote tecnológico (da Rev. Verde) gera um círculo vicioso de degradação ambiental crescente e intensificação do uso de agroquímicos → especialização produtiva faz com que desapareçam variedades e raças locais. Aprovação de Lei de Recursos Genéticos compatível aos interesses da produção familiar e agroecologia, oposição ao patenteamento de seres vivos (reformulação da Lei de Patentes); sementes como patrimônio da humanidade; reformulação da Lei de Sementes, que beneficia multinacionais agroindustriais e o capital financeiro; oposição veemente ao plantio e consumo de transgênicos no país e toda a ameaça que representa; adoção de estratégias locais de revalorização social dos recursos genéticos vegetais e animais,</p>		<p>- O <b>desenvolvimento local sustentável</b> como estratégia de implementação de um projeto global transformador → <b>resgate cultural, de valores e modo de vida de cada povo</b>, e contrapõe-se às soluções universalistas; pensar e agir coletivamente em escala crescente; <b>política de financiamento sensível as várias dimensões do desenvolvimento</b>, e especificidades locais da transição agroecológica, com enfoque multisetorial e territorial; financiamento para <b>estruturar e descentralizar todo o processo produtivo</b> (agregar valor e gerar renda, emprego das famílias do campo), consumo e dinamização da economia local; as <b>políticas de ensino, pesquisa e extensão devem estar integradas</b>, e com compromisso agroecológico; constituição de fundos públicos para tal, com participação ativa da sociedade civil no seu acesso; <b>formulação e gestão de políticas públicas</b>, com participação de agricultores/as familiares (é importante oferecer capacitação para tal);</p>	
--	---	--	---	--

	manutenção de sistemas produtivos diversificados;			
II ENA, 02 a 06 de junho de 2006 – Recife/PE 1.730 participantes	<p>- <b>Rechaço ao agronegócio como modelo de dominação das elites agrárias há 5 séculos.</b> Hoje se expressa em <i>desertos verdes de monocultura</i> de eucalipto, pinus, soja, cana-de-açúcar, algodão, nos sistemas de integração agroindustrial de fumo, aves, suínos e biocombustíveis; perímetros irrigados do semiárido, nos latifúndios de criação de gado e outras atividades orientadas essencialmente para exportação.</p> <p>- <b>Ressalta o elevado grau de dependência do agronegócio</b> (tecnologias, irrigação, insumos industriais, sementes e rações). As grandes obras de infraestrutura favorecem sua expansão, em detrimento da expropriação territorial das populações do campo;</p> <p>- A imagem de modernidade e eficiência técnica e econômica é falsa. O Agronegócio é o principal responsável pela concentração de terra, a violência no campo, o êxodo rural, desemprego urbano e degradação ambiental; além de ser instrumento desagregador das culturas dos povos tradicionais e responsável pela insegurança alimentar e nutricional no campo e na cidade, e perda da soberania alimentar do povo brasileiro.</p> <p>- Enfrentar o agronegócio e fortalecer a produção familiar agroecológica é</p>	<p>Do tema “Segurança e soberania alimentar e nutricional”:</p> <p><b>- Incorporar SSAN também como uma estratégia que articula um amplo leque de iniciativas:</b> resgate de sementes e espécies de animais (diversificar os sistemas produtivos e valorização do autoconsumo); resgate de culturas alimentares; valorização do alimento de qualidade; educação alimentar; melhoria na saúde; novo padrão de consumo, que valorize a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica;</p> <p>- Intensificar e disseminar práticas de agricultura urbana pelas políticas públicas, pois também contribuem efetivamente no enfrentamento à IA;</p> <p>- Valorizar o <b>papel histórico das mulheres na agricultura e garantia de SAN</b> às famílias e comunidades: não é uma valorização abstrata, mas que se traduza em políticas para (<i>empoderamento e</i>) autonomia, com geração de renda, distribuição de terra e dos meios (produtivos ou não) para garantir SA</p> <p>→ Não só na ponta, pensando só no consumo, mas significa uma possibilidade de <b>diversificar a produção, especialmente quando amparada por políticas públicas (no caso, como é direito humano, o Estado deve garantir)</b></p>	<p>- A agroecologia traça seu caminho em um <b>campo de disputa na sociedade</b> contrariando privilégios da elite econômica que se reproduz com o apoio do Estado. As práticas agroecológicas constituem embriões de um novo modelo (<i>agrário/societário</i>) em construção e que inspira um projeto coletivo nacional;</p> <p>- Superioridade econômica, ambiental e social da agroecologia sobre o agronegócio</p> <p>- <b>Mulheres e suas organizações participam ativamente da construção da agroecologia.</b> Denunciam a reprodução patriarcal e a divisão sexual do trabalho</p> <p>— <b>Construção do conhecimento agroecológico:</b></p> <p>- Além da maioria das instituições de pesquisa voltadas à produção de conhecimento sobre manejo produtivo de agroecossistemas serem comprometidas com o agronegócio, elas também desqualificam as sabedorias locais e populares, e contribuem na desestruturação das formas tradicionais de produzir e se reproduzir socialmente;</p> <p>- Nas experiências em agroecologia, os agricultores/as têm papel ativo na manutenção do <b>patrimônio cultural e na inovação agroecológica,</b></p>	<p>Os debates foram organizados em 6 grandes temas: Direitos territoriais e reforma agrária; Segurança e soberania alimentar e nutricional; Conservação e uso dos recursos naturais e da biodiversidade; construção do conhecimento agroecológico; formas de financiamento e gestão social do desenvolvimento; relação com os mercados;</p> <p>- <b>Transversalidade do tema gênero e agroecologia</b> em todos as questões → compromisso de construir um movimento agroecológico feminista;</p> <p>- Proposta para fortalecimento de novas unidades do ‘campo agroecológico’;</p> <p>- A preocupação com a <b>questão ambiental se agrega também a questão da privatização dos recursos naturais e impactos socioambientais</b> dos grandes projetos;</p> <p>- Muitas das deliberações são estruturais e estruturantes. Ex: limite para a propriedade agrária, e PEC para expropriar as que têm trabalho escravo, além de revisão imediata dos índices de produtividade para efeitos de desapropriação das terras;</p> <p>- Alerta sobre a <b>questão das sementes</b> e posicionamento</p>

	<p>um desafio colocado, antes de tudo, ao plano político.</p> <p>- Do tema “Direitos territoriais e reforma agrária”: indissociabilidade entre a proposta agroecológica e as lutas pela reforma agrária e pela garantia das populações (principalmente tradicionais, camponesas e povos indígenas) ao território; apontam a contradição de legislações fundiárias e ambientais;</p>	<p><b>Compras públicas de alimentos, na forma de políticas públicas</b> (como o PAA) incentivam a dinamização da produção agroecológica e do desenvolvimento local → por isso, a agricultura ecológica familiar e camponesa, por direito, deveria ser a principal fornecedora dos mercados Institucionais (PNAE especialmente, que é o maior comprador público). A amplitude dessas políticas, além da dinamização produtiva, valoriza as culturas alimentares e os alimentos regionais, a alimentação de qualidade das crianças e famílias e, possibilita ainda, ações educativas em alimentação e nutrição (programas de reeducação alimentar)</p> <p>- <b>Vigilância sanitária</b> para além de controle microbiológico: garantir alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos</p> <p>- Água, para consumo humano e produção alimentar, é direito inalienável na garantia de SSAN (posição contra as privatizações e à transposição do Rio São Francisco – a serviço do Agro e Hidronegócio, com graves impactos socioambientais);</p> <p>- O produto agroecológico precisa ser acessível a todos e todas → <b>acessibilidade e preço justo</b></p>	<p><b>produção e circulação de conhecimentos</b> → eleva também a autoestima e autovalorização identitária, de saberes e de capacidades organizativas e autônomas de gestão de projetos coletivos locais;</p> <p>- <b>Reconhecimento social e político do papel das mulheres</b> e suas organizações;</p> <p>- As <b>instituições de ensino, pesquisa e extensão devem romper com seu isolamento e distância</b> em relação às comunidades rurais, reconhecer a importância dos conhecimentos ali produzidos, também sistematizá-los e desenvolvê-los, além cooperar com orientação técnica e sócio organizativa → destinar recursos e implementar políticas para reorientação dessas instituições. Reconhecer e apoiar a produção de conhecimento de agricultores/as e suas organizações;</p> <p>- Ampliação e construção de novos espaços de interação e partilha de conhecimentos gerados nas vivências em agroecologia das famílias produtoras → horizontalidade das relações e no diálogo entre saber popular e saber acadêmico</p> <p>- Se reafirma a importância do sistema de ensino, mas se quer ele comprometido com a formação da consciência agroecológica e social da população brasileira. Inovar nas</p>	<p>firme contra o patenteamento das sementes e variedades crioulas e sistemas de registro, ou qualquer forma de apropriação intelectual do agronegócio;</p> <p>- Abordagem sobre o uso popular das <b>plantas medicinais</b></p> <p>- <b>Os financiamentos para sistemas agroecológicos são novidades</b> (à época), a requeriam ajustes para melhor adequação às realidades e sistemas produtivos distintos. O acesso ainda era limitado (por restrições de bancos e/ou desconhecimento de agricultores/as)</p> <p>- Criação do Pronaf Mulher (mas mais com variadas restrições para acessar);</p> <p>- <b>Fundos Rotativos Solidários</b> – mecanismo muito eficaz na gestão coletiva de recursos; maior facilidade de chegar às famílias rurais, inclusive as mais pobres → crescentes níveis de autodeterminação coletiva nos locais em que são implementados;</p> <p>- Novas organizações entre produtores/as e novas relações diretas entre quem produz e quem consome → organizações de consumidores também para pautar relações mais justas nos mercados;</p> <p>- Defesa de radical reorientação das políticas de desenvolvimento</p>
--	---	--	---	--

			<p>práticas, conteúdos e métodos pedagógicos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Democratização dos meios de disseminação de conhecimento (inclusive informática);</li><li>- A agroecologia implica o desenvolvimento de novos valores que fundamentam as relações de agricultores/as com os mercados, com diferentes estratégias de organização e comercialização → conceber os mercados de outra forma, a fim de que ele não reproduza o agronegócio, bases éticas e solidárias, fundamentadas em alianças entre produtores e consumidores;</li><li>- As feiras agroecológicas não são espaços com finalidade meramente comercial e econômica: são espaços de troca de conhecimento e fortalecimento de laços comunitários;</li><li>- A construção da agroecologia segue na contracorrente das orientações do Estado dominadas pelos interesses do agronegócio → há instituição de políticas que fomentam e fortalecem experiências agroecológicas, mas a política macroeconômica hegemônica, com as políticas agrícola e agrária, seguem voltadas para expansão do agronegócio exportador</li><li>- A ANA segue como um espaço de aproximação e diálogo de forças sociais transformadoras</li></ul>	
--	--	--	---	--

<p>III ENA, 16 a 19 de maio de 2014 – Juazeiro/BA</p> <p>“Cuidar da terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro”</p> <p>2.100 participantes</p>	<p>- O modelo hegemônico segue provocando êxodo rural (principalmente de jovens e mulheres jovens);</p> <p>- O agronegócio segue sendo o principal obstáculo para a efetivação da agroecologia como um projeto para a sociedade. É incompatível coexistir a violência e o autoritarismo sociocultural, técnico e ambiental do agronegócio, com a proposta agroecológica que se funda na eficiência econômica, equidade social, equilíbrio ambiental e democratização do acesso aos bens comuns;</p> <p>- Defesa contundente da <b>Reforma Agrária e do reconhecimento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais</b>:  → <b>Manutenção da centralidade da questão agrária no século XXI</b>: a disputa pela terra está na base das crises ambiental, energética e alimentar → intensificação sem precedentes dos conflitos socioambientais;  → O extrativismo realizado pelas populações tradicionais que vivem ao entorno das Unidades de Conservação é sustentável e têm potencial econômico, promovem a segurança alimentar e nutricional, bem como conservação da biodiversidade, e precisa ser reconhecido como tal → <b>situação de IA em que vivem povos indígenas</b> mostra a urgência de</p>	<p>- Famílias agricultoras familiares reconhecem o papel que desempenham em produzir o alimento diversificado para a sociedade;</p> <p>- <b>Busca crescente</b> de consumidores individuais e/ou coletivamente organizados <b>por alimentos de qualidade</b> nos diferentes circuitos de mercado → comercialização direta, bloqueio às corporações do varejo alimentar, gera força social que nega os produtos do agronegócio e nutre o crescimento da produção agroecológica</p> <p>- O controle das grandes corporações alimentares sobre os sistemas de abastecimento alimentar impacta de forma negativa a SSAN. A construção de <b>mercados e abastecimento de alimentos na perspectiva agroecológica</b> se contrapõe ao regime agroalimentar hegemônico: <b>aproxima quem produz e quem consome</b>, prioriza circuitos de proximidade, conserva e <b>valoriza a agrobiodiversidade e culturas alimentares regionais</b>, o uso sustentável dos ecossistemas, <b>facilitação e popularização do acesso aos produtos agroecológicos</b>, o autoconsumo é essencial na prática da agricultura familiar e camponesa, e a contribuição estratégica das mulheres nesse abastecimento alimentar.</p> <p>- A agroecologia tem um papel importante na agricultura urbana e periurbana, que cumpre um papel fundamental e estrutural de</p>	<p>- O processo preparatório evidenciou a abrangência nacional que a agroecologia tem, em todos os biomas → alternativa real ao modelo hegemônico no campo;</p> <p>- Incorporação da agroecologia pelas famílias agricultoras por saber ser um caminho de revalorização dos saberes tradicionais e reafirmação do papel da produção de base familiar como provedora de alimentos para a sociedade;</p> <p>- Para enfrentar o êxodo rural, as juventudes têm tomado crescente espaço como sujeito político da agroecologia → sucessão rural, acesso à terra, educação do/no campo, políticas públicas de apoio à produção e comercialização;</p> <p>- <b>Identificação e adesão crescente de setores da sociedade à agroecologia, pois identificam nela a possibilidade de respostas concretas aos desafios mais imediatos</b> como também a médio e longo prazo → <b>superação da miséria, alimentação saudável</b>, saúde coletiva, conservação da natureza, do patrimônio cultural, trabalho com distribuição de renda, igualdade de gênero e geracional, <b>desenvolvimento de uma cultura de paz</b> em todos os espaços e territórios. Diversos e distintos outros movimentos sociais têm se encontrado com a agroecologia;</p>	<p>- Orientado pela pergunta central: <b>“Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?”</b>;</p> <p>- Na resistência ao agronegócio, às grandes obras de infraestrutura e aos projetos de mineração, as resistências da agricultura familiar e camponesa e dos povos tradicionais produzem respostas consistentes e diversificadas para os desafios estruturais postos para o futuro da sociedade → denúncia do <b>acirramento dos conflitos socioterritoriais e socioambientais</b>;</p> <p>- “Sem feminismo, não há agroecologia” → visão ética de justiça social e ambiental que pressupõe igualdade de gênero. Para além de retórica, toca em questões estruturais: participação política e social, acesso à terra, à água, às sementes e às condições de produção e comercialização com autonomia e liberdade;</p> <p>- Por um lado, contexto positivo com a conquista da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e a paridade na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) → ampliação dos canais de diálogo entre sociedade civil que se organiza nessa pauta e Estado;</p>
---	--	---	--	--

	<p>regularização fundiária de seus territórios  → Desapropriação dos latifúndios para estancar a violência no campo e democratizar o acesso à terra → estímulo de um amplo programa de agroindustrialização e cooperativismo associado à promoção da agroecologia nos assentamentos</p> <p>- Afirmação da sociobiodiversidade, de valor inestimável para o conjunto da sociedade, e que é promovida a partir do uso sustentável feito por povos indígenas, comunidades tradicionais e pela agricultura familiar e camponesa → garantir seus territórios e políticas públicas adequadas para seu fortalecimento, é afirmar e reconhecer essa sociobiodiversidade;</p> <p>- Conflitos e injustiças ambientais se acirram, e utilizam de um aparato estatal recorrente: uso violento da força policial, intensificação de desapropriações compulsórias e reintegração de posse; flexibilização das legislações ambientais e de proteção dos direitos tradicionais; aumento da violência no campo, com ameaças e assassinatos de indígenas e lideranças camponesas; criminalização dos povos tradicionais e camponeses, e de movimentos sociais e ambientalistas; destruição sistemática de ecossistemas, solos, água e biodiversidade → necessário ampliar a articulação do conjunto da</p>	<p>enfrentamento ao modelo de desenvolvimento das cidades. Propõe <i>espaços urbanos para a produção de alimentos, plantas medicinais e mesmo criação de animais</i>, no resgate da cultura rural nas cidades, com promoção da conexão campo-cidade. Importância dessa <i>produção ser contemplada em diversas políticas que versam sobre segurança alimentar</i>, seja em programas, em linhas de crédito, em conselhos afins, com articulação conjunta na gestão delas.</p>	<p>- Crescente incorporação da agroecologia nas práticas de ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>- Pela <i>crescente procura por alimentos agroecológicos</i>, aumenta a visibilidade dos sujeitos que produzem, e rompe progressivamente a aliança do agronegócio com a grande mídia;</p> <p>- A agroecologia contribui para a manutenção das reservas de água e de sua qualidade, e repudia o apoio do Estado às atividades produtivas do agronegócio (no caso, especialmente as de monocultivo de eucalipto e <i>pinus</i>);</p> <p>- Articulação Ensino, Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): romper com a racionalidade produtiva do agronegócio, ainda predominante; contextualizar com as realidades socioambientais e territoriais. Ampliar e fortalecer as experiências de agroecologia passa por criar rede de articulação e troca de saberes, para construção de conhecimento agroecológico → protagonismo dos sujeitos que produzem agroecologia, a partir de seus territórios e identidades coletivas. Necessidade de aprimorar os instrumentos de política pública, como os da PNAPO, com as unidades territoriais como referência na articulação de ensino, pesquisa e Ater;</p>	<p>promulgação da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), com novos formatos para sua organização (abertos ao enfoque da agroecologia – demanda antiga);</p> <p>- Por outro lado, denúncia da aliança do Estado com as forças que sustentam e se beneficiam com o Agronegócio e tudo o que ele representa</p> <p>- Não há agroecologia sem democratizar a terra pela Reforma Agrária e sem o reconhecimento de territórios tradicionais</p> <p>- Questionamento à <i>lógica da legislação sanitária</i>, que compreende produtos químicos e artificiais como mais seguros enquanto os vivos e naturais como perigosos. Essas normas sanitárias são uma das principais barreiras para ao cesso da agricultura familiar aos mercados formais, inclusive os institucionais. O campo agroecológico precisa fortalecer esse debate e desencadear um processo amplo e democrático na construção de uma legislação e sistema de inspeção sanitária que seja mais inclusivo e popular.</p> <p>- <i>Políticas públicas voltadas ao fomento de crédito</i> para promover a agroecologia e a transição agroecológica. A linha de crédito do Pronaf</p>
--	--	---	---	---

<p>sociedade e suas organizações sociais para fortalecer as resistências, bem como políticas efetivas de proteção aos direitos de comunidades e povos atingidos;</p> <p>- <b>Agrotóxicos e seus impactos na saúde:</b> urgente reversão do uso abusivo de agrotóxicos no Brasil; o agronegócio é dependente do uso de fertilizantes químicos e venenos, e isso também representa uma violência contra todas as formas de vida, e que atinge a saúde de toda a população; são uma ameaça explícita à vida do planeta; não existe 'uso seguro de agrotóxicos' e nem 'níveis aceitáveis' de contaminação; barrar a expansão do agronegócio sobre os territórios tradicionais e da agricultura familiar e camponesa, e demarcar zonas livres de agrotóxicos e transgênicos; urgência na formulação e execução do Plano Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (previsto na PLANAPO);</p> <p>- Acesso e gestão das águas: aumento das áreas de irrigação com obras do PAC2 servem aos interesses do agronegócio (que consome um grande volume de água). Alguns dos efeitos dessa nova política pressionam os aquíferos; aumentam a concentração de terra e de água; representam uma contrarreforma agrária; introduzem culturas exóticas e ameaçam o patrimônio genético local; a água que chega pelos canais não atende as demandas da população. Há uma</p>		<p>- A educação do campo valoriza a cultura e a vida no campo, no enfrentamento ao agronegócio. Importante manter escolas abertas e em pleno funcionamento por todo o seu significado estrutural e simbólico;</p> <p>- <b>Sementes crioulas como sinônimo de diversidade, história, autonomia, coevolução, segurança alimentar e nutricional.</b> As políticas públicas das esferas de governo devem reconhecer a importância dessas sementes, valorizar, dinamizar formas para trocas e ações de resgate, bem como valorizar o papel e o trabalho dos guardiões e guardiãs de sementes. O dinheiro público não deve ir para a compra de sementes transgênicas. As zonas livres de transgênicos devem ser criadas também como estratégias de conservação dos recursos genéticos locais. Há um rol de políticas públicas que precisam se voltar para esse movimento de resguardar as sementes, espécies e todas as variedades crioulas (da pesquisa, extensão/Ater, linhas de crédito e fundos públicos de financiamento, legislações...)</p> <p>- <b>Abastecimento e construção social de mercados:</b> denúncia às corporações que controlam os sistemas de abastecimento alimentar, e que desestruturam as relações entre quem produz e quem consome. Esse controle impacta de</p>	<p>Agroecologia não cumprirá com essa finalidade enquanto estiver fundado na lógica da produção tradicional e hegemônica. Iniciativas de <b>Fundos Rotativos Solidário</b> devem ser fortalecidas; a organização produtivas de mulheres deve se traduzir em condições objetivas de acesso às linhas de crédito e fomento;</p> <p>- Plantas medicinais: resgate e ressignificação de conhecimentos sobre, realizado por mulheres de comunidades e assentamentos de todo o Brasil. Esses saberes estão em risco de desaparecer, seja pela expansão do uso de agrotóxicos, seja pelo apagamento da memória, seja pela legislação que privilegia a indústria farmacêutica (que se apropria do saber popular e tradicionais, patenteia seus resultados e conhecimentos).</p> <p>- <b>A comunicação é um direito fundamental</b> e precisa ser defendido e democratizado. O sistema de comunicação hegemônico é uma grande ferramenta ideológica a serviço do capital. O <b>Brasil Agroecológico</b> desejado estará fundado em meios de comunicação plural, dialógica, horizontal e em rede. Inúmeras organizações, redes e movimentos que integram a</p>
---	--	--	--

	<p>preocupação generalizada com o todo da questão hídrica; e uma urgência de ações efetivas do Estado para proteger os recursos hídricos</p>		<p>forma negativa a SSAN. Expressão da construção de mercados na perspectiva agroecológica são as <i>feiras agroecológicas, os grupos e redes de consumidores</i>, aliança do pequeno varejo e o tecido econômico local, <i>as políticas públicas de compra de alimentos da agricultura familiar e camponesa pelo mercado institucional</i> (PAA e PNAE) – aliás, as alterações normativas do PAA se voltam à burocratizar a execução do programa e pôr em intermédio os entes oficiais, o que fragiliza as associações e organizações sociais cogestoras e operadoras do programa. Da mesma forma, as acusações de possíveis irregularidades na execução do PAA é manobra de criminalização de lideranças e gestores públicos comprometidos, e não de aperfeiçoamento do programa à sua concepção original.</p> <p>- Finalizam com o compromisso e disposição de lutar pela transformação da ordem dominante dos sistemas agroalimentares, apontando a agroecologia como caminho e proposta contraofensiva para romper com as violências do agronegócio e outras expressões do capital sobre os territórios → defesa de uma sociedade democrática e que respeite os direitos de cidadania.</p>	<p>ANA já agroecológicas estão desenvolvendo experiências dessa comunicação alternativa</p>
--	--	--	---	---

<p>IV ENA, 31 de maio a 03 de junho de 2018 – Belo Horizonte/MG</p> <p>Agroecologia e democracia: unindo campo e cidade</p> <p>2.000 participantes</p>	<p>- Denuncia a <b>violência e autoritarismo do latifúndio, dos monocultivos, da mineração, das obras hidrelétricas e todos os projetos do grande capital</b> que exploram a natureza de forma predatória para a produção de <i>commodities</i>; Também denuncia todo <b>apoio político, econômico e sistemático/estrutural que o Estado brasileiro dá para esses projetos</b>, que beneficiam uma minoria parasitária que se nutre de um modelo de desenvolvimento e abastecimento alimentar socialmente excludente e que compromete a saúde pública, que se ancora no ‘livre mercado’, onde a terra de trabalho e de vida é mera mercadoria.</p> <p>- <b>Pós-Golpe</b>: recrudescimento da violência no campo;</p>	<p>- A PNAPO, de 2012, se somou à PNSAN, de 2006.</p> <p>- O investimento em políticas públicas estruturais de alimentação contribuíram para que o país saísse do Mapa da Fome da ONU, em 2014;</p> <p>- <b>Democratização do consumo de alimentos de alta qualidade via compras públicas de alimentos</b>, como estratégia, o que dinamizou e amparou novos circuitos de escoamento da produção → promoção da segurança alimentar e nutricional de segmentos da sociedade que historicamente tiveram esse direito negado;</p> <p>- <b>Pós-Golpe</b>: flagelo da fome volta a subir</p> <p>- As redes territoriais de agroecologia contribuem diretamente para o alcance da soberania e segurança alimentar e nutricional do povo</p>	<p>- Mais de um 1,2 mi de famílias camponesas e extrativistas conquistaram a terra com muita luta popular, desde o início dos anos 1990;</p> <p>- A agroecologia é construída em todas as regiões do país na resistência criativa e prática, através de redes e organizações. Essas redes territoriais são decisivas na construção de uma outra sociedade (justa, igualitária e sustentável);</p> <p>- Crescimento do movimento agroecológico no Brasil → conquista das lutas populares pela democratização do Estado e da sociedade brasileira (pautando-os); → também <b>pelos alianças políticas e crescente engajamento junto a outros movimentos e coletivos</b> que lutam pela democracia e pela sustentabilidade da vida; pluralidade na composição do próprio movimento agroecológico e no ENA → a agroecologia se encontra com ela mesma, com suas raízes fundadoras → previne contra as tentativas de cooptação que pretendem reduzir a agroecologia a um enfoque tecnocrático de esverdear a agricultura industrial/agronegócio;</p> <p>- Presença de representantes do movimento agroecológico de outros países demonstra que <b>a luta por transformação estrutural é internacional</b>, e se deve ampliar as redes de solidariedade e intercâmbio</p>	<p>- Encontro realizado em praça pública, no intuito de comunicação direta e aberta com o povo das cidades;</p> <p>- Celebrar as lutas e as conquistas, renovar a esperança;</p> <p>- Processo de preparação com muitos encontros estaduais, regionais, que fortaleceram as articulações e redes, atualizando a <b>identidade (coesão)</b> em torno a valores, princípios e práticas que convergem para uma mesma direção: <b>Democracia e Bem Viver</b></p> <p>- Contexto histórico dos três primeiros ENAs era de avanços e conquistas políticas para o campo agroecológico, apesar de não ter tido reformas estruturais necessárias à democratização do acesso aos bens comuns. Houve uma abertura de caminho para a democratização de recursos (<i>apesar de estar longe de ser de fato</i>), que fortaleceram as redes de agroecologia no país.</p> <p>- Políticas afirmativas para reparar desigualdades de gênero, e reconhecer os direitos territoriais de povos tradicionais → Não significa que não tenha havido inúmeras contradições...</p> <p>- O contexto do IV ENA é do pós golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a presidenta Dilma. Desde então, ataque e desmonte sistemático contra</p>
--	--	---	---	--

			<p>entre as organizações populares agroecológicas de todo o mundo;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As juventudes evidenciaram que a agroecologia é uma utopia real → apontaram caminhos de rejuvenescimento das agriculturas e sistemas agroalimentares, com respeito às diversidades de meios e modos de vida;</li> <li>- <b><i>O movimento agroecológico é portador de boas notícias e de caminhos alternativos</i></b> para a superação da lógica do capital que dilacera a sociedade de dilapida a natureza → “essa certeza enche de coragem e alegria”;</li> <li>- Fortalecimento da ANA enquanto uma rede de redes em diálogos e convergências, na diversidade da sociedade, no campo e na cidade → avançar em passos firmes na construção de um projeto de democrático e popular para o Brasil</li> </ul>	<p>direitos e políticas públicas conquistadas desde a CF/1988 → desmonte neoliberal contra o Estado Democrático de Direito</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b><i>Pós-Golpe</i></b>: aumento do número de violência contra as mulheres, negros/as, LGBTQs, violência nas periferias; aumento de desemprego e desalento; de ondas de conservadorismo.</li> <li>- Dificuldades estruturais para garantir a realização do ENA: foi essencial a energia e a capacidade de mobilização militante e criativa de pessoas e organizações</li> <li>- A greve dos caminhoneiros de 2018 expôs a vulnerabilidade e insustentabilidade do sistema e de produção, <b><i>distribuição</i></b>, consumo e abastecimento alimentar → natureza antipopular e antiecológica → reforça a relação de capitalismo dependente</li> <li>- Lemas incorporados: “Sem feminismo não há agroecologia”; “se tem racismo não há agroecologia”; “com LGBTQfobia não há agroecologia”;</li> <li>- Mobilização constante nos territórios para que a agroecologia e a sociedade civil organizada sejam reconhecidas e promovidas pelas políticas públicas do estado em todos os níveis → defesa de eleições</li> </ul>
--	--	--	---	---

				livres e democráticas, e defesa da liberdade do ex-presidente Lula; - Dimensão estratégica importante da aliança entre comunicação popular e a educação do campo para fortalecer as lutas contra hegemônicas
--	--	--	--	---

<b>Encontro, data e local, tema/lema, público</b>	<b>Entidades que compuseram a comissão organizadora</b>
I ENA, 30 de julho a 02 de agosto de 2002 – Rio de Janeiro/RJ → 1.100 participantes	ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; ASA Brasil – Articulação do Semi-Árido Brasileiro; AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; CTA – Centros de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata; Centro Ecológico Ipê; Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá; CPT – Comissão Pastoral da Terra; CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Fase – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional; FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil; FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Região Sul; Gera – Grupo de Estudos sobre Reforma Agrária / UFMT; GTA – Grupo de Trabalho Amazônico; GTNA – Grupo de trabalho Agroecológico na Amazônia; MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Rede Cerrado; Rede Ecovida de Agroecologia; Sasop – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais; Unefab – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil TOTAL: 21 entidades
II ENA, 02 a 06 de junho de 2006 – Recife/PE → 1.730 participantes	Secretaria Executiva do ENA: Centro Sabiá; Diaconia e FASE-PE; Núcleo Executivo da ANA: AS-PTA, CTA-ZM, FASE e Secretaria Executiva da ANA (08) Comissão Organizadora Nacional: ANA-Amazônia; ASA-Brasil; AS-PTA; Centro Sabiá; CEPAC-PI; CETAP; CTA-ZM; FASE; GTNA; MST; Rede Ecovida de Agroecologia; SASOP (12) Comissão Organizadora Local: ASA - Brasil, ASA - PB, CAATINGA, Centro Sabiá, Diaconia, FASE, Via Campesina (07) Comissões de Trabalho Locais: Articulação Estadual da Zona da Mata, ASA-Brasil, Cáritas NEZ, Casa da Mulher do Nordeste, CENAP, Centro das Mulheres do Cabo, Centro Sabiá, CPT-PE, Diaconia, FETAPE, FETRAF, MMTR/NE, MST- PE e SOS Corpo (14) TOTAL: 41 entidades
III ENA, 16 a 19 de maio de 2014 – Juazeiro/BA → “Cuidar da terra, alimentar a saúde, cultivar o futuro” → 2.100 participantes	MMM, MST, MPA, Secretaria Executiva/ANA, Centro Sabiá, Terra de Direitos, CPT, MMC, SASOP, IRPAA, PESACRE, Comunicação/ANA, CTA-ZM/ANA, AMA, FASE-MT, Centro Ecológico, Unicafe, UFVCNS, ABRASCO, AARJ, CONAQ, APA-TO, REGA, Rede Ecovida de Agroecologia, RBJA, CONTAG, AS-PTA/ANA TOTAL: 27 entidades

<p>IV ENA, 31 de maio a 03 de junho de 2018 – Belo Horizonte/MG  → Agroecologia e democracia: unindo campo e cidade  → 2.000 participantes</p>	<p>Movimentos Sociais e Redes Nacionais, Regionais e Estaduais: Articulação de Agroecologia da Amazônia - ANA Amazônia; Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ; Articulação Capixaba de Agroecologia; Articulação Mineira de Agroecologia – AMA; Articulação Paulista de Agroecologia – APA; Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Articulação Semiárido Brasileiro – ASA; Articulação Tocantinense de Agroecologia – ATA; Associação Brasileira de Agroecologia – ABA; Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO; Associação dos Produtores Orgânicos do Mato Grosso do Sul – APOMS; Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Comissão Guarani Yvyrupa – CGY; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – CONTRAF Brasil; Confederação dos trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – CONTAG; Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS; Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB; Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FBSSAN; Grupo de Intercâmbio em Agroecologia – GIAS; GT Gênero e Agroecologia do Sudeste; Marcha Mundial das mulheres – MMM; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento Camponês Popular – MCP; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco babaçu – MIQCB; Movimento de Mulheres Camponesas – MMC; Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste - MMTR/NE; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Pastoral da Juventude Rural – PJR; Rede Agroecológica do Maranhão – RAMA; Rede Ater Nordeste; Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA; Rede Cerrado; Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado; Rede Ecovida; Rede de Grupos de Agroecologia do Brasil – REGA Brasil; Rede Maniva de Agroecologia – REMA; Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia – RMERA; Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste; Rede Pernambucana de Agroecologia; Rede Sergipana de Agroecologia – RESEA; Rede Terra sem Males; União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES; GTs e Coletivos da ANA; Entidades que compõem o Núcleo Executivo da Ana: AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA-ZM / GT Mulheres da ANA; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM; Serviços de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP; Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá - Centro Sabiá; Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre – PESACRE; Associação Agroecológica Tijupá; Centro Ecológico</p> <p>TOTAL: 56 entidades</p>
--	---